



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXXIV — Nº 095

TERÇA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 1979

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 131ª SESSÃO, EM 20 DE AGOSTO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Projeto de Lei da Câmara nº 98/78 (nº 3.356-B/77, na Casa de origem), que inclui parágrafo ao art. 46 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 280/79, de transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Presidente João Baptista Figueiredo durante a audiência que concedeu a 175 prefeitos de cidades de médio porte de 11 Estados.

— Nº 281/79, de transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro João de Lima Teixeira, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, quando da entrega ao Presidente João Baptista Figueiredo do Grão-Colar do Mérito Judiciário do Trabalho e do agradecimento do Senhor Presidente da República.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Designação da Sra. Senadora Eunice Michiles para, representando o Senado Federal, comparecer ao Terceiro Congresso Mundial de Prevenção de Alcoolismo e Dependência de Drogas, em Acapulco, México.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR LEITE CHAVES — Correspondência recebida em favor da concessão da anistia ampla, geral e irrestrita.

SENADOR ROBERTO SATURNINO, como Líder — Apreensão de S. Exª referente a noticiário de jornais atinente a substituições que ocorrerão em altos postos do Governo Federal.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Necrológio do Desembargador Ubirajara Carneiro.

1.2.5 — Requerimentos

— Nº 282/79, de urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 245/78, que dispõe sobre aposentadoria especial para os músicos, inscritos na Ordem dos Músicos do Brasil.

— Nº 283/79, de urgência, para a Indicação nº 2/75, que sugere à Comissão Diretora do Senado Federal, no sentido de se instituir, no Se-

nado Federal, estágios para universitários, nos moldes do existente na Câmara dos Deputados.

— Nº 284/79, de desarquivamento de projeto de lei do Senado que especifica.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Transferência, para o dia 29, da homenagem ao ex-Senador Pedro Ludovico, anteriormente marcada para o dia 22 do corrente.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 159/76-Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 252/79, de autoria do Sr. Senador Paulo Brosard, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 83/78, do Sr. Senador Mauro Benevides, que estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 274/79, de autoria do Sr. Senador Jarbas Passarinho, solicitando urgência para o Ofício nº S/17, de 1979, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, requerendo autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de dólares norte-americanos), destinado a programas prioritários do Estado. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 96/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 112/79, de autoria do Sr. Senador Cunha Lima, que considera não tributáveis, para efeito do Imposto de Renda, os proventos e pensões nas condições que indica. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 91/79, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, que isenta o salário mínimo de descontos para a Previdência Social, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 7/79 (nº 6/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o Protocolo sobre Privilegios, Isenções e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites — INTELSAT, assinado em Washington, no

EXEMPLAR ÚNICO

dia 19 de maio de 1978, pelo Governo brasileiro. **Aprovada.** À promulgação.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 8/79 (nº 4/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o Protocolo de Prorrogação do Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis (Acordo Multifibras), assinado em Genebra, a 30 de dezembro de 1977. **Aprovada.** À promulgação.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Registro de dados e informes colhidos por S. Ex^a, por ocasião da visita de Parlamentares brasileiros a centros nucleares europeus.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Concessão, pelo Governo Federal, de tratamento prioritário para o Nordeste, de acordo com os propósitos expressos pelo Senhor Presidente da República para aquela Região. Telex do Governador do Estado da Paraíba, remetido ao Presidente João Figueiredo, referente a situação da indústria paraibana face a redução nas cotas de óleo combustível.

SENADOR LOMANTO JÚNIOR — Homenagem de pesar pelo falecimento do Ministro Amarílio Benjamim, do Tribunal Federal de Recursos.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Denúncia de irregularidades que estariam sendo praticadas pelo Sr. Ary Valadão, Governador do Estado de Goiás.

SENADOR EVANDRO CARREIRA — Apoio de S. Ex^a à decisão do Banco do Brasil, em Manaus, em desativar projeto da Agro Industrial Fazendas Unidas S/A.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Presença do Papa João Paulo II no Congresso Eucarístico Nacional a ser realizado na capital cearense, no próximo ano.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Congratulando-se com o Ministro Eduardo Portella e com o Diretor do Departamento de Assistência ao Estudante — DAE, pelo desenvolvimento dado ao programa de bolsas de estudo.

SENADOR BERNARDINO VIANA — Falecimento do Dr. João Mendes Olímpio de Mello.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Leite Chaves, pronunciado na sessão de 16-8-79.

— Do Sr. Evelásio Vieira, pronunciado na sessão de 17-8-79.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 131ª SESSÃO, EM 20 DE AGOSTO 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA E NILO COELHO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Bernardino Viana — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Henrique Santillo — Affonso Camargo — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Paulo Brossard — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 449, DE 1979

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1978 (nº 3.356-B, de 1977, na Casa de origem), que "Inclui parágrafo ao art. 46 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).

Relator: Senador Nelson Carneiro

O parecer desta Comissão, ao opinar pela constitucionalidade e juridicidade da proposição, concluiu por oferecer emenda substitutiva, que, por sua natureza, dizia respeito ao mérito. Não nos cabe examinar as razões do parecer contrário da douda Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Somos, assim, pela aprovação, no mérito, do Projeto, com a redação já aprovada por este Órgão Técnico.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 1979. — Aloysio Chaves, Presidente em exercício — Nelson Carneiro, Relator — Bernardino Viana — Almir Pinto — Murilo Badaró — Franco Montoro — Amaral Furlan — Lázaro Barboza.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 280, DE 1979

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido no Palácio do Planalto, no último dia 16 de agosto, pelo Presidente João Baptista Figueiredo, durante a audiência que concedeu a 175 prefeitos de cidades de médio porte de 11 Estados, que lhe fizeram entrega de um memorial de sugestões sobre a política habitacional brasileira.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1979. — Lourival Baptista.

REQUERIMENTO Nº 281, DE 1979

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requero a transcrição nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido no último dia 16 de agosto pelo Ministro João de Lima Teixeira, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, quando da entrega ao Presidente João Baptista Figueiredo, do Grão-Colar do Mérito Judiciário do Trabalho e do agradecimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1979. — Lourival Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos lidos serão publicados e submetidos ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Obedecido o disposto no art. 30, alínea "g" da Constituição, a Presidência designa a Senadora Eunice Michiles para, representando o Senado Federal, comparecer ao Terceiro Congresso Mundial de Prevenção de Alcoolismo e Dependência de Drogas, a realizar-se em Acapulco, México, de 26 a 31 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves, primeiro orador inscrito.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, estava inscrito, hoje, para proferir um discurso de análise sobre este momentoso problema nacional: a crise energética.

Este assunto tem ocupado a minha atenção por mais de 20 dias, levando-me a longo estudo, não só sobre matérias publicadas no Brasil, como, sobretudo, pelas revistas estrangeiras abordando tal problema numa perspectiva dos anos vindouros até o ano 2000.

Entretanto, Sr. Presidente, existe matéria de maior urgência que está sendo objeto de estudo e consideração nesta Casa e que, possivelmente, esteja na noite de hoje sendo votada pelo Congresso Nacional, que é a questão da anistia. Ontem à noite recebi do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Marília pedido de parecer jurídico sobre a anistia, de como poderia ser ela definida, isto é, a anistia prometida pelo atual Governo, dentro dos parâmetros gerais do instituto, tal como é conhecido e definido pelo Direito. Além do mais, são muitos os pedidos, como de resto devem receber todos os Senadores desta Casa, para que dispense toda a atenção e apoio a esta medida pela qual está ansiando o País. Posso arrolar, entre as últimas correspondências recebidas, a do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro; outra da Associação de Defesa dos Direitos Pró-Anistia dos atingidos pelos Atos Institucionais, de Porto Alegre; do Comitê Brasileiro pela Anistia, em Curitiba; do Centro Brasil Democrático, em São Paulo; do Movimento Feminino pela Anistia; dos ex-policiais militares de São Paulo, absolvidos pela justiça competente, reivindicando sua inclusão na anistia; movimento dos artistas pela anistia ampla, geral e irrestrita; MDB do Rio de Janeiro, que conclama: não há um minuto a perder, vamos todos às ruas lutar pela anistia ampla, geral e irrestrita; pedidos coletivos; pedidos isolados; pedidos feitos sob a forma de requerimento e também cartas anônimas de pessoas que manifestam a sua repulsa à anistia; Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos. Diversas outras correspondências, Sr. Presidente, limitando-me a trazer estas, porque foram as últimas a chegar às minhas mãos.

Pela primeira vez o Congresso de 64 para cá, se preocupa do tema, e como não é uma matéria usual, ela comporta certas indagações de natureza jurídica, ainda que partidas de modesto advogado, que o faz sem preparo maior, em rápido improviso daqui do plenário do Senado Federal.

A anistia, como ela própria diz, se relaciona com amnésia, ou com *amnestia*, do grego, que quer dizer esquecimento e esquecimento total de uma determinada situação, de um determinado passado, de um determinado fato. Ela, embora seja tratada pelo Direito, não é matéria de ordem jurídica, é mais matéria de natureza política, não visa à justiça, ela não visa absolver alguém porque está sendo injustamente inculcado, acusado ou processado. O que a anistia visa é exatamente a paz social, a tranqüilidade social, o restabelecimento da harmonia social, para que a sociedade, reconhecendo-se culpada pelos excessos, possa ter tranqüilidade para o trabalho, para a luta e para enfrentar novos e grandes problemas. Não se indaga, com anistia, se houve maior ingerência, ou menor ingerência, maior participação, menor participação, porque no instante em que a lei procurasse discriminar, contemplando uns e excluindo outros, estaria necessariamente julgando; e quem julga está no dever de adiantar razões, de manifestar critérios. E como os crimes políticos são sempre crimes passionais, nunca o concedente da anistia, que de um modo geral também está envolvido na situação, teria condições de moderação e de isenção para examinar esses dados ou expender considerações de ordem de justiça.

A anistia não é novidade. Na história dos povos civilizados, dos mais remotos aos mais recentes, a ela sempre se recorreu. Quando um valor maior de ordem social ou pública se levanta, os valores individuais ou transitórios passam a ser secundários.

Pontes de Miranda, comentando a anistia, traz algumas considerações de ordem histórica, expendendo alguns conceitos que bem merecem ser lembrados nesta Casa, a fim de que tomados da serenidade necessária, possamos votar esta lei com a elevação de espírito reclamada pela Nação brasileira.

Leio Pontes de Miranda, em *Comentários à Constituição de 1946*:

"Anistia. A competência para anistiar é ligada à competência para legislar sobre crimes, delitos e contravenções. Por isto, posto que aí se fale, em geral, de anistia, apenas se entende a anistia concernente a atos para os quais só o direito do poder legislativo central pode estabelecer penas. Sólou usou da anistia.

E Trasíbulo, ao expulsar os Trinta Tiranos, pediu ao povo que não tísasse a vitória com a vingança, e decretasse a anistia. Bruto e Valério concederam-na aos que haviam seguido o rei Tarquínio; e Cícero conseguiu do Senado a anistia dos assassinos de Júlio César. Em 582, Chilperico, nas festas natais do seu filho Teodorico, mandou soltar os presos e perdoou as multas fiscais. Carlos, o calvo, em 856, e Felipe, o belo, em 1338, concederam-na. Depois a anistia se tornou instituto menos esporádico. Houve e há anistia geral, que abrange certo movimento, partido, Província ou raça, e a anistia individual ou especial, em que se dizem os nomes dos anistiados. Cartas de remissão, cartas de abolição, cartas de graça, tais os nomes que se davam aos atos de clemência, obliuadores dos crimes e infrações. No século XVII, à abolição geral, ao obliu coletivo, chama-se *anistia*. Com a revolução de 1789, passaram as *anistias* e as *abolições individuais* a ser da competência do Poder Legislativo. A Assembléia usou da medida política a 5 de agosto de 1790 e a 14 de setembro de 1791; a Convenção, a 22 de agosto de 1793. Napoleão e Luís XVIII exerceram-na, retomando-a como poder do Chefe de Estado. Em 1871, a República reentregou-a à legislatura. Serviu aos rebeldes da Comuna (1879) e aos envolvidos no caso Dreyfus (1900). Vemo-la em tratado, quando Carlos V e os Príncipes alemães asseguraram, em 1552, a tolerância religiosa, e quando se pôs termo à guerra dos Trinta Anos (1648).

Muitos outros casos são arrolados. Mas, como o nosso tempo é exíguo, não poderemos enumerar todos, para mostrar que por mais prepotentes que fossem os reis, imperadores e ditadores, não se detiveram eles, não se negaram, não se arreceram em conceder anistia ampla e geral, quando fatos históricos, quando circunstâncias políticas exigiam esse comportamento.

A anistia, como já dissemos, inclusive com base em Pontes de Miranda e outros juristas, é uma medida tipicamente política. O fato da iniciativa da lei ser do Presidente da República, ou do Congresso, depende do grau maior ou menor de democracia que exista nesse país. Como vivemos num estado de relativa democracia, a iniciativa não é do Congresso, é do Presidente da República. E Sua Excelência para esta Casa remeteu o projeto que, depois de estudos os mais longos, de emendas as mais amplas, haverá de receber votação nesta Casa.

Declarou o Presidente da República, por diversas vezes, que não intervirá na votação do Congresso que tanto pode ampliar quanto restringir os limites desta anistia; a Sua Excelência seria reservado, entretanto, o direito de vetar a concessão em relação àquilo a que ele chama de terroristas. Quem seriam os terroristas? Aqueles rapazes, estudantes, mal saídos da puberdade que, tomados do ardor normal da juventude, ousaram sequestrar embaixadores ou mesmo violentar bancos? Os crimes, entretanto, são definidos não pela objetividade da ação e sim pela impulsão delituosa, isto é, pelo alcance que se busca com o ato delinqüencial ou com o ato anti-social. Na questão do homicídio, quando ele é assim considerado? Quando se quer, realmente, matar alguém ou destruir a sua vida; este é o homicídio doloso. Mas, às vezes, alguém tira a vida de outro sem que o objetivo determinado fosse aquele de destruir a vida; é o caso do latrocínio. É um crime de homicídio qualificado mas ele não responde a júri, ele é julgado pelo juiz singular; embora matasse alguém, a finalidade foi o roubo. Então, no caso do que eles chamam de terrorismo, a violentação a vida não foi o móvel do crime; o móvel do comportamento foi outro, foi de natureza política e para criação de um fato político.

Os rapazes presos e que hoje estão no 20º dia de greve de fome guardam semelhança com aqueles que hoje estão sendo aplaudidos por destruir uma tirania na Nicarágua. Os motivos de comportamento foram os mesmos, apenas foram vitoriosos tendo hoje o respeito da pátria e a admiração do mundo. Esses rapazes que hoje estão nas prisões brasileiras, protestando da forma mais veemente contra a sua exclusão, usam um direito seu, que pode implicar, a qualquer momento, na morte de um deles, morte por inanição; morte numa luta muda em favor de uma liberdade que não pode ser concedida a uns e negada a outros.

No passado, o Estado fez violências até mesmo maiores, contra figuras que são verdadeiros ídolos nacionais e que são hoje símbolos de martírio e de patriotismo. Maior violência do que contra esses presos se fez contra Tiradentes. A Tiradentes não se deu apenas prisão — deu-se-lhe mais do que isto — retiraram-lhe a vida, e, mais do que a vida, retiraram-lhe a cabeça e mostraram-na pelas ruas da cidade, como um exemplo a todos aqueles que alimentassem a intenção de seguir por um caminho semelhante. A mesma coisa se fez com Felipe dos Santos. São eles heróis nacionais.

O antídoto do terrorista é o torturador. Os torturadores não passam à História. Ficam nos porões das delegacias, dificilmente vindo à luz.

O nobre Líder da Maioria disse que os presos políticos não merecem contemplação porque seqüestraram embaixadores, porque violentaram bancos. Os bancos, entretanto, não perderam dinheiro algum; o próprio seguro lhes cobriu os desfalques. Nenhum embaixador foi morto no País. Aliás, diga-se uma coisa, houve um episódio de grandeza e de sabedoria nesse Movimento de 64, quando não se pejou em estabelecer a lei do banimento. Para salvar vidas de embaixadores, não se pejou em assegurar a retirada do Brasil de determinados estudantes, de determinados revolucionários que conturbavam ou eram tidos como conturbadores da tranquilidade nacional.

Mas acho que se deveria ter grande serenidade no julgamento dos fatos passados. Maior violência do que um seqüestro com finalidades de fuga existiu na atividade dos torturadores, já previamente absolvidos no projeto do Governo. E quantos houve no Brasil? E quantos existem? E quantos foram culpados? Quem sabe das violências, ou quem tem conhecimento das máquinas desumanas, inomináveis, perpetradas contra Herzog? Quem tem conhecimento das circunstâncias dentro das quais foi assassinado Rubens Paiva? Muitos aqui também têm conhecimento de um fato ocorrido no Brasil: para conseguirem a confissão de uma mãe, os torturadores chegaram a usar eletrochoque na filha menor diante dos seus próprios olhos. Os jornais noticiaram este fato.

Então, que moral tem o Governo que exclui uns sob a alegação de terrorismo, mas que nem sequer submete a processo torturadores? Estes, sim, jamais são merecedores da piedade humana, porque, como se sabe, eles não atuam por valores relevantes, mas, sim, por servilismo ou para satisfazer instintos.

Quem não sabe que, em toda a História, os torturadores de uma certa forma satisfazem a desejos de afirmações pessoais? Sendo frustrados e incapazes na vida de assumir mando ou determinações, eles se afirmam destruindo os seus semelhantes, enquanto estes se encontram indefesos.

E o caso não ocorre só no Brasil, mas em todas as partes do Mundo. Pois nada se assemelha mais a um torturador do que outro torturador. Eles não atuam por ideal. E quando não é uma frustração de ordem moral que os leva a comportamento desta natureza, é uma frustração de ordem fisiológica, na maioria das vezes sexual.

Quem não tem conhecimento de que, inclusive no Brasil, freiras foram estupradas? E não é porventura a própria Medicina Legal, a própria Psicopatologia, que mostram que determinadas pessoas são capazes de afirmação sexual somente em situações dessa natureza?

Sr. Presidente, estaremos votando o projeto acompanhados de perto pela atenção do País. Concedida a anistia, de forma restrita, menor, estaremos sendo julgados pela Nação. Por que Fulano foi solto e Sicrano não foi?

Os crimes políticos são de natureza emocional. E basta mostrar o caso deste estudante, que hoje, segundo os jornais, teria escapado em Salvador.

Ele foi condenado à morte. A própria Justiça reduziu-lhe a pena a um mínimo. Vejam que não há critérios de justiça, são critérios emocionais.

Amanhã, estarão voltando ao País muitos exilados, alguns deles pagando um exílio de 15 anos. A dolorosa dor do exílio, e dentre eles vêm verdadeiras afirmações de liderança e de lideranças intocadas, que somente haverão de crescer, porque foram líderes surgidos num determinado período de liberdade, em que os valores específicos da sociedade podiam ser discutidos.

Aliás, a demonstração de que esta Revolução nada criou de definitivo é de que as lideranças voltam intocadas. Porque este Movimento de 1964 teve dentre outras preocupações a de eliminar as condições para a formação de lideranças; de 1964 para cá não fizemos outra coisa a não ser lutar por temas gerais e, nisto, foi o nosso Partido extraordinariamente vencedor. A nossa luta foi por liberdade, por abertura, pela supressão de violência, pela liberdade de imprensa, pela eliminação de mortes nefandas nos porões das cadeias.

A partir deste instante, os temas específicos virão à baila, e cada um haverá de se posicionar em relação a eles de acordo com seus ideais, seus sentimentos de patriotismo.

Voltarão lideranças, como disse, válidas e que ao longo destes anos ficaram intocadas. Além do mais, cresceram até como símbolos de respeitabilidade, porque as causas que foram objeto de sua luta não foram removidas, mais do que isso, foram agravadas.

E se nós não concedermos uma anistia ampla, estas próprias lideranças já terão um posicionamento para afirmação maior: a defesa dos seus próprios companheiros de infortúnio, os que ficaram nas penitenciárias.

Quem negará a Arraes e a Brizola o direito de, ao chegarem, se levantarem de imediato em favor dos que estão presos? Não há diferença maior entre o exílio e a prisão, apenas, sob certo aspecto, o exílio é mais doloroso, porque é o arrancar da alma à Pátria a que nós pertencemos.

Quem negará aos exilados ao voltarem o direito maior de se levantarem em favor dos que estão presos? Porque, se assim não o fizerem, não estarão sendo dignos deles próprios. E, então, já terão nas mãos uma maior causa: a da solidariedade e justiça.

E se este próprio Governo, ao longo destes 15 anos, tem tido receio destas lideranças, por que lhes colocar nas mãos de logo uma portentosa e respeitável bandeira?

Sr. Presidente, talvez amanhã esteja morrendo por inanição um desses jovens que estão presos na cadeia do Rio de Janeiro. Se isso ocorrer, não tenho dúvida de que a Nação haverá de pedir para ele, independentemente da extensão da culpabilidade, o título de mártir nacional.

Então, esta Casa que seja generosa, mesmo porque ela está votando a anistia espoliada do seu direito — o direito de anistiar é do Congresso em todos os países democráticos. Permanece com o Presidente da República a iniciativa da lei somente nos casos em que o nível de liberdade e de democracia são reduzidas. Assim, votemos de acordo com as nossas consciências esses casos, absolvamos a todos, não visando à justiça, mas à tranquilidade, agora quando o País dela tanto carece, para enfrentar essa recessão, enfrentar a crise energética, enfrentar a inflação.

É um apelo que fazemos, inclusive ao Partido oficial, que ao longo destes anos foi de grande solidariedade ao Poder Central, mas que, desta vez, quando ela tem diante de si a vida e a liberdade de brasileiros, muitos deles encarcerados há mais de 15 anos, que use da indulgência que jamais sai do coração dos homens.

Mostrei, com exemplos históricos, trazidos por Pontes de Miranda, de que todas as sociedades concederam anistia; inclusive, a que foi obtida por Cícero, no Senado romano. A despeito das emoções, dos ódios, dos sentimentos, de represálias dos romanos, conseguiu ele que o Senado anistiasse os assassinos de César.

O que pedimos ao Senado, é que dê a anistia ampla e irrestrita solicitada pela Nação em favor de brasileiros, estudantes universitários que se erraram foi dentro de uma convicção interior de que, assim procedendo, estavam fazendo alguma coisa pelo seu País. (Muito bem! Muito bem!)

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Peço a palavra, Sr. Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, na condição de Líder da Minoria.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Li no *Jornal do Brasil* de sábado que, na véspera, na 6ª-feira, em Rezen-de, no meu Estado, o Ministro Said Farhat referiu-se ao Ministro Delfim Netto usando a expressão, "um animal político."

Ora, Sr. Presidente, ainda que se deva necessariamente tomar essa expressão como uma expressão jocosa, como uma brincadeira, o fato é que ela me parece pouco adequada para um Ministro de Estado. E parece-me também que, no fundo de toda brincadeira desta natureza reflete-se o contorno de uma opinião oculta.

Não sei bem, Sr. Presidente, o que o Sr. Ministro Said Farhat quis dizer com a expressão "animal político", pois, para mim, a palavra "animal" refere-se a um ser vivo sem consciência, sem senso moral. Mas, confesso que a perplexidade me impede de decifrar o sentido da expressão usada pelo Sr. Ministro Said Farhat.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — É no sentido aristotélico da palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Por outro lado, isto me traz à recordação uma versão muito divulgada, tempos atrás, segundo a qual, para o Ministro Delfim Netto, o Governo seria uma entidade eminen-

temente aética. Ora, Sr. Presidente, aproveito para manifestar — acho que já o fiz antes, mas quero repetir esta manifestação — a minha total, a minha frontal discordância com essa opinião; a meu ver, muito ao contrário, o Governo deve ser, sobretudo, uma entidade ética, e muito particularmente é importante que isso ocorra num momento de crise, como essa que o Brasil atravessa, que é em grande parte — eu diria sobretudo — uma crise de confiança, que para ser superada exige, por conseguinte, um elevadíssimo, um extraordinário sentido ético do Governo, para que a confiança do País possa crescer.

Sr. Presidente, feita esta referência de fundo, gostaria de chamar a atenção da Casa para alguns fatos que estão ocorrendo desde a posse do Ministro Delfim Netto e que, confesso, a mim muito têm preocupado. Assim, Sr. Presidente, estou seguramente informado, eu diria mais, estou diretamente informado de que o Ministro Delfim Netto convidou formalmente duas pessoas sérias, adultas, respeitáveis, responsáveis, para o mesmo cargo, e para um cargo de grande importância ligado a sua pasta, a sua Secretaria de Planejamento, que é o Conselho Nacional de Pesquisa. O Ministro Delfim Netto convidou o Físico e Professor José Goldenberg para assumir o cargo e convidou o Professor e Matemático Maurício Peixoto para permanecer no cargo.

Ora, Sr. Presidente, são dois eminentes cientistas brasileiros, homens que pela sua seriedade e pelo seu valor devem ser motivo de orgulho desta Nação e jamais objeto de — talvez pudesse assim classificar — uma levianidade ou talvez de uma brincadeira que poderia caber em qualquer outra circunstância, mas não no cargo em questão e não em relação às duas pessoas que mencionei.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Eu discordo de V. Ex^a Eu acho que em nenhuma circunstância.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Em nenhuma circunstância, V. Ex^a tem razão; eu quis até ser indulgente. Mas, o fato é que, em uma decisão de Ministro de Estado, em nenhuma circunstância caberia uma duplicidade inexplicável desta natureza.

O caso é grave, as minhas informações são absolutamente seguras, e o fato, Sr. Presidente, exige uma explicação cabal por parte do Governo, especialmente do Ministro Delfim Netto.

Mas há outro fato, também, que merece a meditação e que nos suscita grave preocupação.

Trata-se de uma substituição, de uma propalada substituição, porque também quanto a isto já não tenho certeza, a minha convicção já está bastante balançada e os noticiários dos jornais não confirmaram. Mas o fato é que se veiculou a notícia da substituição do Sr. Isaac Kerstenetzky, o atual presidente do IBGE, homem também de extrema seriedade, homem respeitadíssimo em toda a comunidade dos economistas e dos cientistas sociais deste País e que vem realizando um trabalho da maior envergadura à frente desse importante órgão da Secretaria de Planejamento.

A respeito, preferiria até ler aqui este editorial, que achei muito oportuno e muito procedente, do jornal *Folha de S. Paulo*, de sábado último, dia 18. Vou me permitir não ler a totalidade do editorial, mas a parte mais interessante e que mais de perto concerne ao assunto a que estou me referindo.

Diz a *Folha de S. Paulo*, no seu editorial:

Dentre aqueles que estão sendo substituídos com tanta celeridade pelo novo titular do Planejamento, cabe destacar a figura do professor Isaac Kerstenetzky, cientista social que deixa agora a presidência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), depois de uma década de trabalho extremamente frutífero.

Nos últimos dez anos, o IBGE aperfeiçoou a sistemática de levantamento de dados censitários, passou a realizar censos quinquenalmente, realizou a cada dois anos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e o Estudo Nacional de Despesa Familiar, construiu a Matriz de Relações Interindustriais, passou a levantar estudos mensais de acompanhamento conjuntural do nível de atividade e de emprego na indústria, realizou os mais completos estudos sobre distribuição da renda e sobre os indicadores sociais brasileiros, tem acompanhado sistematicamente o movimento de preços e, a partir deste ano, passou a elaborar um índice nacional de custo de vida com base no levantamento de preços nas principais regiões metropolitanas brasileiras.

Aqui, Sr. Presidente, faria um parêntesis na leitura do editorial para acrescentar um pouco mais e dizer que, além de realizar tudo isto, o IBGE

tem publicado, sistemática e honestamente, todos esses dados que tem levantado, com maior perfeição, do quadro econômico e social brasileiro.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Continuo só a leitura do editorial e, logo em seguida, concederei com prazer o aparte a V. Ex^a

Em meados do ano passado o Ministério do Trabalho anunciou que a tarefa de levantar o índice nacional do custo de vida a ser considerado pelo Governo Federal na fórmula de reajustes salariais passaria para o IBGE. Este órgão ainda não passou a divulgar regularmente os índices levantados; é importante que passe a fazê-lo.

Continua o editorial:

Para o lugar do professor Kerstenetzky vai o professor Julian Chacel, diretor de pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, organismo responsável pelo cálculo dos índices de inflação de 1973.

Vejam bem, Srs. Senadores, vai o Sr. Julian Chacel, Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, organismo responsável pelo — diria eu — famoso cálculo dos índices de inflação de 1973.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — A alteração é sintomática.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — A alteração, como diz o nobre Líder Paulo Brossard, é sintomática. E a nós nos preocupa muito, a nós que temos o dever de fiscalizar as ações governamentais, a nós que temos a memória bem viva do que se passou em 1973, a nós que respeitamos imensamente a seriedade, a honestidade e a imagem do professor Isaac Kerstenetzky, a nós, confessamos, nos preocupa profundamente essa substituição.

Mas ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Roberto Saturnino, acredito que a alegação de que S. Ex^a o Sr. Ministro do Planejamento teria convidado, ao mesmo tempo, dois eminentes cientistas, que merecem, ambos, o maior respeito do País, para ocupar o mesmo cargo, deve ser fruto de algum mal-entendido, pois é claro que S. Ex^a, o Sr. Ministro do Planejamento, jamais faria um ato dessa natureza, quando concluo que deve haver um mal-entendido nisso tudo. Não tenho informação segura, mas me comprometo com V. Ex^a de trazer aqui uma informação sobre isso.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — De qualquer sorte, é interessante o aparte do nobre Senador pelo Ceará, porque ele também acha que esse procedimento seria simplesmente inqualificável.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — E sei que S. Ex^a não terá feito, absolutamente, isso. Mas pedi o aparte para me congratular com V. Ex^a, quando elogia o trabalho do IBGE. Isto porque, aqui mesmo, neste Plenário, muitos Senadores, sobretudo da Minoria, costumam levantar dúvidas sobre os trabalhos feitos pelo Dr. Isaac naquele organismo, inclusive levantando sérias dúvidas a respeito de índices oficiais provenientes daquela entidade.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Perdão, nobre Senador, jamais ouvi...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Não estou me referindo a V. Ex^a

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — ... qualquer referência ao IBGE e ao trabalho sob a presidência do Professor Isaac Kerstenetzky. Nunca ouvi.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Pessoalmente, não, mas no Instituto que ele representa, sim.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Mesmo do Instituto, não.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Aqui, várias vezes, foi levantado o problema de que aqueles dados relativos ao custo de vida, aos salários...

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Mas, exatamente, o custo de vida...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a me permite?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a uma breve correção?

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Com o maior prazer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Os índices de custo de vida eram elaborados pela Fundação Getúlio Vargas e só recentemente ficou decidido que passariam ao IBGE, mas o IBGE ainda não o publicou.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Além disto, os dados referentes a salários, levantamentos de dados, inclusive, das pesquisas domiciliares.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Todos da Fundação Getúlio Vargas, nunca do IBGE. Ah, não, das pesquisas domiciliares, ao contrário, nós temos nos servido deles para fazermos as nossas pesquisas.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a sim, mas outros aqui têm feito sérias críticas aos dados oficiais do Governo.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Críticas de dados oficiais do Governo. O Nobre Senador está se referindo ao trabalho do IBGE.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Exatamente!

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Quanto, em algum momento, V. Ex^a levantar dúvidas a respeito do Ministro do Planejamento, do pensamento do Ministro, porque faz uma escolha dentro das necessidades, da confiança — que o cargo afinal é de confiança — não me parece que V. Ex^a tenha razão nesse ponto. Sobretudo, quando essas dúvidas são levantadas sem dados formais para uma acusação dessa natureza.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Não. Os dados existem! E tanto existem que foram citados pelo Orador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Exatamente!

Os dados existem e são do conhecimento público, são originários de uma confissão feita em um documento do próprio Ministro Mário Henrique Simonsen ao então Presidente Geisel, a respeito das distorções ocorridas no índice do custo de vida, de 1976.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Pelo menos dizer que são distorções voluntárias, não há nada que prove isto.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Nobre Senador! Eu não estou dizendo que foram voluntárias, eu estou dizendo que houve as distorções e que a substituição do Professor Isaac Kerstenetzky, neste momento, a nós nos causa preocupação.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Enseja preocupação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Exato!

Quanto a questão da ambigüidade no convite ao cargo de Presidente do CNPq, eu digo a V. Ex^a: pode ser que haja um equívoco e, por isso mesmo, nós estamos aqui a pedir explicações porque o fato é sério, envolve pessoas da mais seriedade neste País. Mas o fato, eu digo a V. Ex^a, eu estou, repito, seguro e diretamente informado de que ambos assim entenderam — entenderam que foram expressamente convidados pelo Sr. Ministro Delfim Netto. Então, se há um mal entendido, é preciso que S. Ex^a se desfaça publicamente e que haja uma explicação pois, do contrário, esses homens ficarão mal e o próprio Sr. Ministro ficaria muito mal perante a opinião pública.

Ouçó, agora, o aparte do do nobre Senador Aloysio Chaves.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Nobre Senador Roberto Saturnino, congratulo-me com V. Ex^a pelas referências elogiosas que faz ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — hoje, Fundação IBGE — porque esta, realmente, tem prestado grandes serviços ao País, desde que foi criada. A Fundação Brasileira de Geografia e Estatística, como V. Ex^a sabe, tem uma dupla responsabilidade, não só no setor de estatística, como também, no que concerne aos estudos geográficos, pois dois são os grandes setores em que essa Fundação se desdobra. Acompanhei, durante muitos anos, os trabalhos desse Instituto, que é hoje a Fundação Brasileira de Geografia e Estatística. O atual Presidente dessa Fundação a dirige durante 10 anos — exerce um cargo de confiança. Não sei e não posso afirmar a V. Ex^a e ao Senado se ele será substituído, mas, se o for, parece-me que é um ato de rotina, em se tratando de um cargo de confiança, pois esse eminente técnico já dirige essa Fundação há 10 anos. É evidente que, sendo um cargo de confiança, nada obriga que o Governo mantenha a Direção durante um prazo de 10, 15 ou 20 anos, porque não é vitalício, essa função não é efetiva, mas é, repito, um cargo em comissão. Insistimos em dizer a V. Ex^a que não temos nenhuma notícia de que o Presidente da Fundação será substituído. O que eu quero registrar, neste aparte a V. Ex^a, é o louvor ao trabalho extraordinário que vem

sendo feito por essa Fundação, que tem prestado grandes serviços, por seus técnicos, a este País. V. Ex^a destacou os censos, que são decenais, segundo uma resolução universal à qual o Brasil se associou desde o Congresso de Estatística, de 1872, em Leningrado. Mas este censo, com essa periodicidade de dez anos, vem se fazendo no Brasil cada vez de maneira mais perfeita, através de uma metodologia aperfeiçoada, que foi institucionalizada pela Fundação com excelentes resultados, porque os indicadores que daí derivam servem para todos os setores da vida pública nacional. O trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística só pode merecer louvor e, sobretudo, o seu Presidente. Mas não creio que a substituição desse Presidente possa constituir um ato a ser especulado nesta Casa, principalmente porque essa relação de causa e efeito que V. Ex^a quis estabelecer, essa ilação que V. Ex^a pretendeu retirar deste fato, não me parece procedente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Nobre Senador Aloysio Chaves, eu também não posso afirmar que essa substituição venha a se concretizar, digo a V. Ex^a. Acreditaria nela pelas notícias dadas pela imprensa, tanto que li, aqui, o editorial da *Folha de S. Paulo*, que é um jornal que merece toda a fê.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite, nobre Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Com os antecedentes do Conselho Nacional de Pesquisa, agora eu também fico em dúvida se será ou não o Sr. Kerstenetzky substituído. V. Ex^a diz muito bem, e eu concordo, que a substituição, num cargo de confiança, é um ato de rotina, quando há uma mudança, principalmente quando há uma mudança. Mas, precisamente, pelas circunstâncias, pelos antecedentes e situação grave que vive o País, e principalmente pelas opiniões, que se levantam juntas, com a classe trabalhadora neste momento, que está a merecer, por parte do Governo, digamos, gestos que lhes captem a confiança de forma mais definitiva. Quer dizer, esta substituição, neste momento, com os antecedentes ocorridos, me parece, pelo menos, digna de ensejar preocupação de nossa parte.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Não ajudaria a esta confiança.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Não, não ajudaria.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Pois não.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Para lamentar este fato, se ele realmente se confirmar, do afastamento do Professor Isaac Kerstenetzky, que reuniu em torno de si uma equipe altamente qualificada e que tem, na pessoa do Secretário-Geral do Instituto, Dr. Eurico de Andrade Neves e Borba, o esteio da atual administração.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Com todo o prazer.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Tem toda a razão V. Ex^a, nobre Senador Roberto Saturnino, em demonstrar preocupação com o comportamento do Ministro Delfim Netto. Até mesmo pelos antecedentes de quem ousou afirmar perante a Nação que o Governo é uma entidade aética...

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Veja bem que não estou sozinho a me recordar deste fato.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — ... permite este tipo de preocupação. Está na hora inclusive do Ministro Delfim Netto falar franco à Nação. E tomo a liberdade porque trago aqui uma publicação de palestra sua, feita na Escola Superior de Guerra, onde passa em branco o tipo de entendimento que tem S. Ex^a a respeito do que é desenvolvimento. Clama aos céus! Tomo a liberdade de ler:

"O então Ministro da Agricultura, Delfim Netto, disse ontem, durante palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), que há no Brasil uma tendência de se maximizar os problemas da economia e um excesso de preocupação com a crise gerada pelo processo de desenvolvimento, afirmando serem estas dificuldades normais, "porque desenvolvimento é crise".

Mas, tem mais, nobre Senador Roberto Saturnino. O conceito de desenvolvimento de S. Ex^a, feito na Escola Superior de Guerra, é antológico:

"O desenvolvimento é o processo de mudança, de atrito, de se arrancar coisas de um setor para colocar noutro. Algumas pessoas vão progredir e outras serão esmagadas pelo próprio processo de

desenvolvimento. O desenvolvimento é uma luta, não um ato de amor. Ele é um processo no qual todas as energias do País se mobilizam para a realização de um objetivo, que depois de alcançado, todo mundo acha que não valeu a pena."

Mas, tem mais, ainda:

"Segundo Delfim Netto, a economia só se alimenta desse tipo de energia gerada da crise, porque quando todos se acomodam, há a estagnação. Portanto, o desenvolvimento é um processo de criação de problemas, pois quando se resolve um, criam-se mais três, que depois gerarão outros e enquanto o País for capaz de solucioná-los, vai continuar crescendo."

Nobre Senador Roberto Saturnino, não é só S. Ex^a que deve ter preocupações com o que pensa e com o que diz o Sr. Delfim Netto. Se ele ousar dizer tudo isso, de maneira clara perante a Nação, infelizmente, dias piores haverá de surgir para a família brasileira.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Senador Jaison, V. Ex^a enriquece o meu discurso com essas citações, que vêm corroborar, que vêm enfim fortalecer as nossas angústias, que estamos aqui manifestando.

O Presidente me chama a atenção, porém eu gostaria de mencionar, apenas, mais dois casos, mais duas coincidências dessas que nos enchem a mente de preocupação.

Uma delas é o pedido de demissão, que eu li nos jornais, em caráter irrevogável, do Dr. Júlio César do Prado Leite, do Cargo de Consultor Jurídico, do Ministério do Trabalho.

Por acaso eu conheço o Dr. Prado Leite, conheço as suas qualidades, a sua seriedade, a sua competência e, principalmente, conheço a sua qualidade de homem eminentemente liberal que, dentro das suas possibilidades, dentro da sua esfera de atuação, tem desenvolvido um esforço sério e honesto para devolver à classe trabalhadora os direitos legítimos que lhe cabem num regime democrático.

É óbvio que pode ser uma mera coincidência, mas esta sucessão de coincidência, mais esta, é que vai acrescentando as nossas preocupações...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Gostaria de dar o aparte, mas o Presidente já me chama à atenção... mas, com a sua colaboração...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Serei extremamente breve. É para dizer que nós também, do Nordeste, que tínhamos, no Dr. Prado Leite, uma figura de excepcional confiabilidade no Ministério, estranhamos profundamente este ato de sua saída. E, com V. Ex^a, especulamos o que está se passando nos arraiais do Governo, quando homens da maior credibilidade e de uma linha de conduta extremamente liberal são jogados fora por esse Governo. V. Ex^a faz bem em trazer este registro de preocupação ao Senado da República.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Vejam os nobres Senadores que não estão absolutamente sozinhos nessas preocupações e ouço confirmações delas em vários dos nossos colegas, que se manifestam especialmente agora, através do Senador Gilvan Rocha, que conhece o Dr. Prado Leite, conterrâneo que é dele.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Pois não.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Desejo trazer o meu depoimento em favor do Dr. Prado Leite, que foi, inclusive, o Chefe da Delegação do Brasil na última conferência da OIT, da qual participei como observador parlamentar do Senado. Ali, S. Ex^a prestou relevantes serviços aos empregadores e aos trabalhadores brasileiros. É o que posso testemunhar perante o Senado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Pois muito lhe agradeço. V. Ex^a confirma as minhas palavras.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Sim, mas peço que seja breve, porque o Sr. Presidente me adverte.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Serei brevíssimo. O discurso de V. Ex^a, com o aparte do nobre Senador Jaison Barreto, trouxe à baila um

conceito de desenvolvimento, que a nós pareceu absolutamente perfeito. Como V. Ex^a é um mestre em Economia, gostaria que V. Ex^a nos socorresse com algum outro conceito em torno da palavra desenvolvimento, ou da tese desenvolvimentista.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Nobre Senador Murilo Badaró, se eu for dissertar aqui sobre desenvolvimento, em primeiro lugar, trata-se de um assunto de tal profundidade que não tenho a competência para lhe dar uma resposta...

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Competência tem de sobra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Entretanto, devo dizer a V. Ex^a que não discordei das apreensões manifestadas pelo Senador Jaison Barreto.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — O Senador Jaison Barreto não falou em apreensões. S. Ex^a leu um conceito, uma definição. V. Ex^a está de acordo?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Estou de acordo com as apreensões manifestadas.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Mas não com os conceitos?

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — O conceito é do Ministro Delfim Netto e não meu. Aí é que está o equívoco.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Exatamente o que queria saber, se o Senador Roberto Saturnino discorda do conceito de desenvolvimento do Ministro Delfim Netto.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Discordo, claro. Já que estou de acordo com as apreensões, não posso concordar com os conceitos.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — E qual seria, rapidamente, o conceito diferente de desenvolvimento?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Parece-me que desenvolvimento, na minha visão das coisas, é algo de harmonioso...

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — O nobre Senador Roberto Saturnino dará um curso sobre desenvolvimento, em breve, e estão abertas as inscrições para esse curso.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — E nós vamos todos nos inscrever, certamente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Exatamente.

Mas desenvolvimento é algo que sirva aos interesses, é algo que encerra também a noção de harmonia, a noção de negociação entre as partes, a noção de assentimento geral para os projetos, e não de briga, de luta, de massacre de uma classe por outra, que foi o que apreendi das palavras ditas pelo nobre Senador Jaison Barreto, referindo-se ao conceito do Ministro Delfim Netto.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Faz soar a campainha.)

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Paulo VI dizia, nobre Senador, que o desenvolvimento é o novo nome da paz, o Ministro Delfim Netto diz que o desenvolvimento é o novo nome de guerra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Sr. Presidente, encerrarei brevemente as minhas considerações, chamando a atenção ainda para uma outra coincidência que, a meu ver, também é grave, também me preocupa. Trata-se da substituição, já anunciada, da Diretoria da Empresa COBRA — Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.

Trata-se de uma empresa que, praticamente, vi nascer dentro do BNDE; uma empresa que enfrentou, Sr. Presidente, mil e um percalços, como toda empresa altamente exigente sob o ponto de vista de tecnologias avançadas, uma empresa que nasceu do nada e que exigiu dos brasileiros um esforço muito grande.

Pois bem, depois de mil e um obstáculos, esta empresa, nos últimos dois anos, se firmou pela ação de uma diretoria que se revelou extremamente competente. E hoje, agora, vem a notícia da substituição desta diretoria.

Está aqui, no *Jornal de Brasília*, de hoje, uma carta assinada por 761 funcionários da Empresa COBRA, uma carta aberta ao Presidente João Baptista Figueiredo. É praticamente a totalidade dos funcionários da em-

presa que escreve ao Presidente da República uma carta aberta, a qual, por ser muito curta, vou-me permitir lê-la. Diz ela o seguinte, Sr. Presidente:

"Nós, funcionários da COBRA (Computadores e Sistemas Brasileiros S/A), conscientes da importância na afirmação de uma indústria de computadores, que realmente desenvolva tecnologia no País, voltada para os interesses e necessidades da sociedade brasileira, e considerando que nosso trabalho e empenho foram parcelas importantes nas conquistas já alcançadas, nos sentimos no direito e no dever de manifestar nossa apreensão quanto às notícias de alteração da diretoria da empresa recentemente publicadas na Imprensa.

A COBRA, paralelamente à absorção de tecnologia estrangeira, estabeleceu e vem cumprindo um plano para o desenvolvimento de produtos com tecnologia gerada no Brasil, como o TD — micro-computador de transcrição de dados — TR — terminal remoto —, e o médio computador MC, em fase final de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo em que cumpria seus objetivos tecnológicos, a COBRA conseguiu se viabilizar economicamente, apresentando lucro nos dois últimos exercícios, gerando recursos para a construção de sua fábrica e que permitiram a recuperação das despesas de implantação. Cabe então a pergunta: por que mudar?

Só podemos entender uma mudança de pessoas por incompetência, o que os fatos acima contestam, ou por uma mudança na filosofia da empresa.

Agravam ainda nossas preocupações o fato dessa mudança comprometer o processo atual de consolidação da COBRA, o que favorece as grandes empresas estrangeiras, atraídas pelo promissor mercado brasileiro, atualmente reservado às empresas nacionais."

Ora, Sr. Presidente, é como disse o Senador Aloysio Chaves, mudanças em cargos de confiança são atos de rotina. Mas, a sucessão dessas coincidências nos preocupa muito e não só a nós, está aí a carta dos funcionários e a manifestação dos bancos, os quais são sócios privados no projeto COBRA e a manifestação dos fabricantes nacionais de componentes dos produtos eletrônicos, como se reflete nas palavras do Sr. Didier Vianna, Secretário-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Computadores, ABI-COM. Todos estes estranham — e estranham profundamente — a mudança ocorrida, que deverá ocorrer, segundo os noticiários de imprensa, embora as informações na área da Secretaria de Planejamento estejam, vamos reconhecer, muito confusas e muito claudicantes. Enfim, os fatos são estes que vêm sendo veiculados.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Permite o nobre Senador uma rápida intervenção?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB—RJ) — Permito.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Respeitamos as suas apreensões; V. Exª tem títulos demais para se pronunciar desta maneira aqui no Senado da República. Mas uma coisa V. Exª falou aí: a mudança é um problema de rotina, o que não seria rotina é que não se admitisse que se substituissem as diretorias. Finalmente, o problema da COBRA, à qual V. Exª se refere, sem dúvidas ela deve estar ligada a um complexo econômico. Com a nova orientação — queixavam-se do Ministro anterior, reclamavam do Ministro anterior — agora vem um novo Ministro do Planejamento, da Secretaria do Planejamento e, naturalmente, estará procurando formar a sua equipe. Não vejo por que essa preocupação. Por que diretoria, cargo de confiança, assim, de um Governo para outro não se mudaria nada? E sabe V. Exª que há uma tendência, em qualquer funcionalismo, em querer ficar com o chefe da hora. Em qualquer Secretaria de Estado — e V. Exª já ocupou cargo executivo e eu também já o ocupei — quando estamos no cargo executivo, todos os nossos auxiliares se batem pela nossa permanência. De maneira que não vejo nisso nenhum motivo a mais para preocupação. Agora, quanto às apreensões de V. Exª, eu quero confessar, com a admiração que tenho por V. Exª, eu a respeito, mas não é nenhuma razão para criarmos uma tempestade num copo d'água.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Nobre Senador, Deus queira que seja realmente uma tempestade em copo d'água. Eu não posso discordar de V. Exª quando diz que pode haver uma mera coincidência: são atos de rotina, são substituições, diante de uma mudança de Ministro. Mas, eu quis ressaltar que a coincidência nesses quatro casos, a que me referi, dados os antecedentes de cada um deles, a coincidência é de modo a infundir entre nós uma preocupação, uma sensação eu diria de insegurança,

uma sensação de estranheza e, em alguns deles, como o caso, por exemplo, do Conselho de Pesquisas, um verdadeiro pedido de explicação.

Sr. Presidente, eram essas as observações que eu queria fazer. Agradeço imensamente a generosidade de V. Exª (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho. Fazendo soar a campainha.) — Antes de passar à Ordem do dia, darei a palavra, na forma do art. 16, ao Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Para uma comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na semana passada, os círculos jurídicos do Estado perderam um de seus vultos mais preeminentes, com marcante projeção na vida sócio-cultural do Ceará.

Trata-se do Desembargador Ubirajara Carneiro, que exerceu a Presidência do Tribunal de Justiça e, nessa condição, chegou a assumir, interinamente, a Chefia do Poder Executivo, em eventuais ausências do Governador, do Vice e do Presidente da Assembleia Legislativa, que o precediam, nos termos da Carta Constitucional em vigor.

Nascido em Aracati, ali desempenhou o cargo de Promotor de Justiça, fazendo-o com a maior dignidade e se destacando como figura de relevo do Ministério Público cearense.

A 5 de dezembro de 1956, pela Lei nº 3.459, foi alterada a composição da mais alta Corte de Justiça do Estado, ensejando a sua nomeação, por ato de 19 de dezembro daquele ano, para o cargo de Desembargador.

A sua brilhante atuação, como Magistrado integérrimo, fê-lo granjear aura de invejável respeitabilidade entre os seus Pares, a classe dos advogados e no seio da comunidade alencarina, caracterizando-se as incontáveis sentenças que prolatou como peças jurídicas de erudita fundamentação.

Possuidor de estilo primoroso, em que a identificação com os clássicos da língua despontava em todos os períodos, Ubirajara Carneiro era tido como um intelectual competente, de cultura polimorfa, dissertando, com incomparável percuciência, sobre os temas da atualidade.

Aposentado como Magistrado a 5 de novembro de 1970, foi nomeado, algum tempo depois, Procurador do Estado, continuando a sua notável trajetória como jurista dos mais lúcidos e eminentes.

Consortiado com Dona Maria Dolores de Pontes Carneiro, legou aos seus sete descendentes — Cláudio, Pedro, Jerônimo, Ambrósio, José, Ubirajara Júnior e Rita — um patrimônio de honradez, que sempre o fez admirado pela coletividade alencarina.

Ao seu sepultamento no Cemitério de São João Batista, em Fortaleza, fizeram-se presentes as mais altas autoridades do Estado, rendendo-lhe preito merecido de apreço e saudade.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Concedo o aparte a V. Exª, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Mauro Benevides, estou sabendo neste momento, pelo discurso de V. Exª, da morte do Dr. Ubirajara Carneiro. Tratando-se de uma das mais vivas expressões da inteligência cearense, um dos maiores auxiliares na área jurídica do nosso Estado, quero solidarizar-me com V. Exª ao trazer a notícia a este Plenário e fazer minhas as palavras de V. Exª.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Agradeço a solidariedade que V. Exª empresta a esta homenagem que entendi de meu dever tributar à figura do grande magistrado e jurista Ubirajara Carneiro, desaparecido na semana passada, em nosso Estado.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — V. Exª permite um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Concedo o aparte a V. Exª, Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — Fazendo coro ao Senador José Lins quero, nesta oportunidade, parabenizá-lo pelo pronunciamento. Conheci bem o Dr. Ubirajara Carneiro, filho de Aracati e elemento exponencial do nosso Tribunal de Justiça do Ceará, perde o Ceará um grande filho porque tínhamos na pessoa do Desembargador Ubirajara um homem alegre, afável e de grandes conhecimentos jurídicos.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Recolho o testemunho de apoio de V. Exª, nobre Senador Almir Pinto, a esta manifestação de pesar pelo desaparecimento, recentemente ocorrido em nosso Estado, do Desembargador Ubirajara Carneiro.

Ao assinalar, desta tribuna, o desaparecimento do Desembargador Ubirajara Carneiro, quero, em nome da representação cearense no Congresso Nacional, tributar-lhe manifestação de profundo reconhecimento pelos inestimáveis serviços que prestou ao Ceará e ao País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 282, DE 1979

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, requeiro urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1978, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre aposentadoria especial para os músicos, inscritos na Ordem dos Músicos do Brasil.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1979. — **Mauro Benevides**, Vice-Líder do MDB.

REQUERIMENTO Nº 283, DE 1979

Senhor Presidente,

Requeiro urgência, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, para a Indicação nº 2, de 1975, de autoria do Senador Itamar Franco, que sugere à Comissão Diretora do Senado Federal, no sentido de se instituir, no Senado Federal, estágios para universitários, nos moldes do existente na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1979. — **Mauro Benevides**, Vice-Líder do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Os requerimentos que vêm de ser lidos serão publicados e incluídos na Ordem do Dia da sessão seguinte, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 284, DE 1979

Requeiro, nos termos do art. 367 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 138/78, que "altera a redação do parágrafo sexto da Lei nº 6.367, de 1º de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS".

Brasília, 20 de agosto de 1979. — Senador **Orestes Quêrcia**.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência, não havendo objeção do Plenário, resolve transferir, para o dia 29, a homenagem ao ex-Senador Pedro Ludovico, anteriormente marcada para o dia 22 do corrente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Dinarte Mariz — Marcos Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — José Richa — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sendo evidente a falta de *quorum*, em plenário, a Presidência deixa de submeter a votos as matérias constantes dos itens 1 a 6, que estão em fase de votação.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 1976 — Complementar, do Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1979, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos de substitutivo que apresenta;

— **de Legislação Social**, favorável ao projeto na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, votando vencido, em separado, o Senador Jutahy Magalhães.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 252, de 1979, do Senador Paulo Brossard, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1978, do Senador Mauro Benevides, que "estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo, e dá outras providências".

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 274, de 1979, do Senador Jarbas Passarinho, solicitando urgência para o Ofício nº S/17, de 1979, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, requerendo autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de dólares norte-americanos), destinado a programas prioritários do Estado.

— 4 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1979; do Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador, tendo

PARECER, sob nº 223, de 1979, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Lázaro Barboza, Tancredo Neves, Hugo Ramos e Cunha Lima.

— 5 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1979, do Senador Cunha Lima, que considera não tributáveis para efeito do Imposto de Renda os proventos e pensões nas condições que indica, tendo

PARECER, sob nº 334, de 1979, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

— 6 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1979, do Senador Humberto Lucena, que isenta o salário mínimo de descontos para a Previdência Social, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 283, de 1979, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passaremos, pois, ao item 7:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 407, de 1979) do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1979 (nº 6/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o Protocolo sobre Privilégios, Isenções e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites — INTELSAT, assinado em Washington, no dia 19 de maio de 1978, pelo Governo brasileiro.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1979

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1979

Aprova o Protocolo sobre Privilégios, Isenções e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites — IN-TELSAT, assinado em Washington, no dia 19 de maio de 1978, pelo Governo brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo sobre Privilégios, Isenções e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites — INTELSAT, assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil, no dia 19 de maio de 1978, em Washington.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 8:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 425, de 1979) do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1979 (nº 4, de 1979, na Câmara dos Deputados), que aprova o Protocolo de Prorrogação do Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis (Acordo Multifibras), assinado em Genebra, a 30 de dezembro de 1977.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro encerrada a discussão. Encerrada esta, a redação final é dada como aprovada, nos termos do artigo 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1979**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1979

Aprova o Protocolo de Prorrogação do Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis (Acordo Multifibras), assinado em Genebra, a 30 de dezembro de 1977.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Protocolo de Prorrogação do Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis (Acordo Multifibras), assinado em Genebra, a 30 de dezembro de 1977.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves, para uma questão de ordem.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

De acordo com a tradição desta Casa, a Mesa nunca deixa de ser composta pelo Presidente ou, pelo menos, dois Secretários. Isso se manteve ao longo dos anos. Este ano, entretanto, o nosso Partido, por motivos conhecidos, deixou de participar da Mesa. E o critério caiu e, com isso, também caiu a postura dos trabalhos do Senado.

De forma que queríamos apenas pedir a atenção de V. Exª para que os critérios tradicionais voltassem a prevalecer. Não se compatibiliza com a tradição da Casa essa imagem da Mesa. Até o ano passado, enquanto participá-

vamos, jamais deixou de haver essa coisa mais ou menos constrangedora para aqueles que se acostumaram a ver o Senado dentro de padrões de melhor compatibilidade com a sua tradição.

E o que peço a V. Exª e o sentimento não é apenas meu, a observação já vem sendo feita, inclusive, por diversos Senadores desta Casa.

O MDB deixou de participar por uma questão conhecida do País mas, nem por isso, deixa de exigir que os Senadores que assumiram responsabilidade com a Mesa procedam de acordo com essa responsabilidade que assumiram.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Eu levarei a reclamação do nobre Senador à reunião da Mesa, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desde o início da atual legislatura vários Senadores, entre os quais Mauro Benevides, Marcos Freire, José Lins, Agenor Maria, Dinarte Mariz e Almir Pinto, todos do Nordeste, ocuparam esta tribuna para tecer considerações sobre a nossa sofrida região e transmitir ao Governo as suas reivindicações, diante de um ano que se apresentou, mais uma vez, difícil, sob o ponto de vista climático.

Todos sabem que houve mais uma seca no Nordeste e para assistência às suas vítimas o Governo traçou um plano através do Ministério do Interior, que tomou por base o chamado Projeto Sertanejo, cuja filosofia procura desenvolver uma infra-estrutura mais adequada nas propriedades privadas de porte pequeno e médio para que, nos anos sem inverno ou de chuvas mal distribuídas, possam enfrentar os efeitos de uma nova calamidade.

Desde logo, foi feito o cronograma de desembolso dos recursos financeiros, mas parece, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a presença, no Ministério do Planejamento, do Sr. Mário Henrique Simonsen prejudicou um bocadinho o Nordeste, pois durante a sua gestão as dificuldades foram de tal monta que vários Senadores do próprio partido governista, da ARENA, nesta Casa fizeram suas reclamações, juntando-se ao coro daqueles que compõem a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — V. Exª permite um aparte, nobre Senador Humberto Lucena?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Com muito prazer, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Humberto Lucena, o Governo efetivamente programou uma assistência às populações atingidas pela diversidade climática de 1979. Mas a execução dessa programação tem sido seguidamente embargada pelo descumprimento de algumas das diretrizes básicas, e se não ocorreu a desativação total em 35 municípios e a parcial em 119, foi graças sobretudo à nossa vigilância, à vigilância dos parlamentares, das lideranças empresariais e comunitárias do Nordeste que protestaram sempre com a maior veemência diante dessa perspectiva de se procrastinar o atendimento de nossa região. Na tribuna estivemos várias vezes, V. Exª, eu e outros ilustres integrantes desta Casa, chamando a atenção do Governo para que cumprisse realmente seus compromissos e suas promessas em relação à região nordestina.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Muito grato à intervenção de V. Exª

Tanto eu tinha razão na assertiva inicial do meu discurso que, ainda há pouco, o novo Ministro do Planejamento, segundo entrevista do Ministro do Interior, Sr. Mário Andreazza, acaba de liberar recursos que vão a quase 2 bilhões de cruzeiros para fazer face ao pagamento de atrasados de janeiro até agora, se não me engano, nobre Senador Mauro Benevides, evidenciando assim que o Ministro substituído é quem vinha retendo esses recursos em detrimento dos flagelados da seca do Nordeste.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite um aparte, nobre Senador Humberto Lucena?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Humberto Lucena, eu gostaria de informar a V. Exª que o programa de assistência às vítimas da seca do Nordeste vem sendo cumprido pelo Ministério do Interior, apesar de algumas dificuldades realmente encontradas este ano, sem evidentemente

contestar as palavras do Senador Mauro Benevides, que nos informou a respeito da posição da Bancada do Nordeste, a respeito da posição da seca, pois estou de pleno acordo com S. Ex^a, de que realmente a Bancada tem feito um grande esforço para ajudar a região. Gostaria de dizer a V. Ex^a que o programa vem sendo cumprido. Os recursos ultimamente liberados não o foram para pagamento de despesas desde janeiro, mesmo porque os primeiros alistados o foram depois de março, e o mês de junho já tinha sido totalmente pago. De modo que se houve alguma diferença, alguma demora de pagamento já foi a partir de julho. Como estamos em meados de agosto, é natural que se esteja pagando o mês de julho. Quero dizer mais a V. Ex^a que as notícias veiculadas sobre desmobilização de flagelados, em alguns municípios do Nordeste, foram notícias apressadas. Estive pessoalmente com S. Ex^a, o Sr. Ministro do Interior, que tomou a decisão formal de não desmobilizar nenhuma frente de serviço, nenhuma das propriedades onde haviam flagelados trabalhando. O grande número de alistados em abril, não é natural; é natural que o pique do alistamento se localize em setembro, outubro e novembro, — e V. Ex^a sabe disto — mas apesar do grande alistamento em julho, em maio até, S. Ex^a garantiu a total continuidade desse serviço. Ainda mais, Sua Excelência o Senhor Presidente da República autorizou o Sr. Ministro do Interior a acompanhar *pari passu* os acontecimentos do Nordeste e ampliar a ajuda, se for necessário. Esta é a informação que quero dar a V. Ex^a, complementando que os recursos, atualmente em liberação, o são para pagamentos mais recentes e não atrasados de janeiro, fevereiro ou março, como V. Ex^a se refere.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Mas V. Ex^a mesmo, Senador José Lins, a par das informações que me presta e as quais agradeço de viva voz, reconhece as dificuldades que houve durante o ano. E, por outro lado, que os pagamentos atuais se referem a atrasados de dois a três meses.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Não, não, absolutamente. Sei e já dei a informação que o mês de junho foi totalmente pago. Acredito que o mês de julho também o tenha sido, mas não tenho certeza. De qualquer modo, se houver atraso, seria simplesmente relativo ao mês de julho.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — O próprio Ministro do Interior Mário Andreazza, na sua entrevista, ao anunciar a verba que lhe foi liberada pelo Ministro do Planejamento, Sr. Delfim Netto, alude ao pagamento de atrasados.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Deve ser, então, do mês de julho.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — Permite-me V. Ex^a um aparte? (assentimento do orador) — Se V. Ex^a me permitir, quero esclarecer, quando estive com S. Ex^a o Sr. Ministro Mário Andreazza, num jantar, do qual participou o Senador José Lins, senti a disposição de S. Ex^a de jamais tratar o Nordeste com aquela discriminação. Depois tive ciência, e fiz até sentir no meu modesto pronunciamento, de que houve um atraso no repasse de dinheiro do Banco Central para o Banco do Brasil e do Banco do Brasil para o Banco do Nordeste. Louve-se a atitude do Sr. Camilo Callazans que empreendeu todos os esforços para que não sofressem os nordestinos qualquer falta daqueles recursos que o Banco do Nordeste tinha a receber do Banco do Brasil. Até bem poucos dias, dizia-me o Dr. Camilo Callazans que ainda não havia recebido aquela dívida do Banco do Brasil para com o Banco do Nordeste. Se já foi paga, deve ter sido coisa bem recente. Na verdade, louve-se a ação do Banco do Nordeste que, como disse o Dr. Callazans, com os seus poucos recursos está exatamente vindo minimizar a miséria do Nordeste.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Muito obrigado a V. Ex^a que, com tanta ênfase, defende os interesses da nossa Região.

Tenho a acrescentar, nobre Senador Almir Pinto, que ao vir a esta tribuna, na tarde hoje, a minha intenção foi a de chamar a atenção para outros aspectos da problemática nordestina, sobretudo partindo do pressuposto de que o atual Presidente da República, a exemplo de seus antecessores, mais uma vez, afirmou que o Nordeste seria meta prioritária no seu Governo. Entretanto devo confessar à Casa que, a não ser no que diz respeito a assistência aos flagelados da seca de 1978, não se conhece, no Nordeste, nenhum fato novo que indique uma tendência do Governo a conceder esse sentido preferencial à região, dentro da administração. Muito pelo contrário, medidas que são tomadas no plano nacional com vistas ao combate à inflação, que é o mal que avassala a todos nós, a nossa economia e que deve nos reunir a todos para encontrar uma solução no sentido, senão de extingui-la pelo menos de minimizá-la, de controlá-la, há várias providências do Governo que têm sido tomadas, e que não fazem distinção ao Nordeste quando, pelo

que eu sinto, dado o subdesenvolvimento de nossa região, dentro de um país que está em vias de desenvolvimento, tudo indica que o Governo deveria ter, em relação àquela região, um tratamento diferencial. É isso que todos nós, nordestinos, exigimos do Governo, neste instante, sem prejuízo dos interesses nacionais de um modo geral.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Eu quero me solidarizar com a posição de V. Ex^a. Acho que é hora de termos realmente, para o Nordeste, uma política cada vez mais agressiva, no sentido de uma programação capaz de fazê-lo superar essas dificuldades todas. Mas, creio que é importante lembrar a V. Ex^a que o Presidente Figueiredo está elaborando o seu próprio plano, que deverá vir ao Congresso nesses breves dias. E tenho a convicção — isso porque inclusive já participei de algumas reuniões na Secretaria de Planejamento a respeito dos problemas do Nordeste — de que esse plano novo, cuja execução será iniciada no ano que vem, irá contemplar o Nordeste com essas medidas que foram objeto de promessa do Presidente Figueiredo. E ainda hoje, em conversa com autoridades do Ministério do Interior, tive a informação de que todos os recursos previstos para o Nordeste, para este ano, deverão ser liberados, sem sofrer qualquer delonga, e não somente esses recursos relacionados com a seca, apesar do programa de economia que está sendo realizado no orçamento da Nação, como um todo.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Espero que a previsão de V. Ex^a venha a se concretizar.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Com muita honra, nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a já estabeleceu uma legenda na representação federal, como um dos maiores defensores da nossa região. E um homem sóbrio nas suas críticas, e por isso recebe o apoio e o respeito de todos os seus conterrâneos e vizinhos daquela região. Desejo entrar no discurso de V. Ex^a, nessa mesma qualificação de nordestino, para lembrar a V. Ex^a, e por seu intermédio lembrar ao Brasil, que a nossa região é realmente a mais injustiçada da nossa história. Por coincidência, estou fazendo um levantamento, hoje, e pretendo demonstrar, nos próximos dias, no Senado da República, que o Nordeste sempre levou este país à prosperidade. Desde a descoberta do Brasil até a Independência, o Nordeste comandava o desenvolvimento econômico. Somente durante um pequeno período do ciclo do café, o Nordeste perdeu a hegemonia, por motivos alheios à nossa vontade. De lá para cá, a hegemonia foi perdida por incompetência total dos governantes, porque a Oposição nunca disse que o Nordeste era inviável, nem que este país era inviável. O Sr. Ministro Simonsen é quem anda dizendo aí que o país é inviável, e que só Deus pode consertá-lo. Faz V. Ex^a muito bem, mais uma vez, em trazer a nossa palavra de alerta à Nação, para dizer que nós estamos chegando em limites perigosos. A situação, no Nordeste, é de pré-revolução fratricida, se este Governo, mais uma vez, vier com a sua tecnocracia, que o caracterizou, anunciar que planos estão sendo elaborados. Planos, em Sergipe, nós temos para dar de graça para quem quiser; nós queremos é ver a solução do Governo cujo nome já está dizendo: que o Executivo execute.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Agradeço a valiosa contribuição do brilhante aparte de V. Ex^a, nobre Senador Gilvan Rocha, e desejo lembrar que no fio de seu raciocínio, de que o Nordeste sempre comandou a economia deste País, a não ser em determinadas fases, a industrialização do Centro-Sul foi feita, praticamente, às nossas custas, na época do câmbio livre, com as divisas que nós conseguimos produzir para este País com as nossas exportações. Nós demos uma contribuição imensa para que o Centro-Sul se transformasse nesta potência econômica que aí está. E, justamente, na época em que nós deveríamos também participar do câmbio livre, isto é, do câmbio favorecido para as importações necessárias à nossa industrialização, veio a célebre Instrução 204 da SUMOC, ao tempo do Presidente Jânio Quadros, que instituiu a "verdade cambial", privando-nos deste privilégio e nos levando então, por efeito da imaginação criadora de um parlamentar nordestino, Gileno Di Carlí, numa cópia aliás, da legislação italiana, a instituir os chamados incentivos fiscais, que deveriam ser nossos, para que nós pudéssemos ali erguer, realmente, aquela industrialização que nós tentávamos, mas que foi logo também destorcida, porque os incentivos fis-

cais passaram a custear também o desenvolvimento econômico de outros setores e regiões de nossa economia.

Ouçó, com prazer, o nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Humberto Lucena, o grande problema do Nordeste não é social nem econômico; é político. O Sul e o Sudeste sempre tiveram interesse de sobrecarregar o Nordeste de todo o ônus. O que é preciso é que nós nos unamos para defender, unidos, o interesse financeiro e econômico do Nordeste, haja vista que o Governo, quando fixa o direito, reconhece a pobreza do Nordeste, a começar pelos salários. O salário é fixado verticalmente; São Paulo, Cr\$ 2.268,00; o Nordeste, pela sua pobreza, Cr\$ 1.644,00. No entanto, quando o Governo fixa as obrigações, no caso a taxa rodoviária, é a mesma coisa. Então, por que somos iguais na hora da obrigação e desiguais na hora do direito? Isto demonstra que o governo tem interesse de puxar a brasa para a sua sardinha. De modo que só temos um caminho: é o caminho da unidade, o de fazer com que acima da Nordeste não parem nem ideologia nem partido, pare simplesmente o direito de todos nós, unidos, defendermos realmente a redenção daquela região. Muito obrigado, Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — V. Exª tem toda a razão no seu aparte, nobre Senador Agenor Maria, e vai ao encontro da idéia que eu esposava, a do tratamento diferencial para o Nordeste. Justamente por isto é que o Governo também, por exemplo, em relação aos juros — e se diz agora que o Governo vai fazer o tabelamento dos juros — deveria diferenciá-los, porque ao meu ver, e, creio, na maneira de ver de V. Exªs., a remuneração do capital no Nordeste é muito diversa da remuneração do capital no Centro-Sul do País. Então, teria que se trabalhar com juros mais baixos. Teria que haver uma forma muito mais barata de se conseguir recursos no sistema bancário, para efeito do desenvolvimento daquela região.

Neste passo, quero lembrar o que houve recentemente com o Nordeste, com referência à fixação de cotas de distribuição de óleo diesel no País. Foi fixado um limite de 10% e não houve, quanto ao Nordeste, nenhuma diferença, o que resultou no fechamento de indústrias no meu Estado como aqui foi denunciado pelo Senador Cunha Lima.

Neste particular, desejo trazer à Casa, para que seja insirido nos Anais, um documento que leio com bastante insuspeição. Trata-se de um telex do Governador da Paraíba, o Sr. Tarcísio Burity, meu adversário político, enviado ao Senhor Presidente da República, que bem retrata a situação do Nordeste nesta hora:

"Excelentíssimo Senhor Presidente João Baptista Figueiredo. Digníssimo Presidente da República, Palácio do Planalto — Brasília — Senhor Presidente: Ao tempo em que cumprimento Vossa Excelência, solicito vênha para expor um assunto da maior importância para o desenvolvimento do Nordeste. Permita-me, antes, reiterar minha confiança nos propósitos expressos por Vossa Excelência, no plenário da SUDENE, quando afirmou que, por direito e por necessidade, seria concedida absoluta prioridade ao Nordeste.

Lamentavelmente, Senhor Presidente, alguns setores do Governo Federal tomam decisões na política econômica, adotando medidas para aplicação indiscriminada todo País, afetando a economia nordestina de forma contundente. Refiro-me, especificamente, ao corte 10% (dez por cento) nas quotas de óleo combustível dos consumidores industriais.

As fábricas paraibanas começaram a suspender suas atividades por falta de óleo combustível. Outras estão impedidas de iniciar seu funcionamento. As demais prevêem que terão de paralisar parcialmente a produção à altura do mês de novembro.

O Conselho Nacional do Petróleo determinou que cada consumidor industrial de óleo combustível, no ano 1979, receberia uma quota reduzida de dez por cento em relação às compras de 1978. Acontece, Senhor Presidente, que o CNP não distinguiu a Região Nordeste como prioritária para indústrias nordestinas, levando o Governo Federal a contradição na sua política de desenvolvimento regional: por um lado, o Governo concede incentivos fiscais para industrialização, por outro impede a indústria de florescer ou mesmo causa a suspensão de seu funcionamento.

Ocorre que o Nordeste precisa e merece tratamento diferenciado segundo o próprio pensamento de Vossa Excelência. Além de castigado pela estiagem deste ano, com perdas expressivas na produção agrícola, o seu setor industrial vem sofrer com esta medida

recessiva, que em efeitos econômicos e sociais poderá ser tão ou mais grave que a seca.

Compreendem os nordestinos e paraibanos as graves circunstâncias que o País atravessa. No entanto, as medidas de contenção aplicadas ao Nordeste, agravada por sua falta seletividade e burocracia na revisão de casos específicos, deverão provocar paralisação total ou parcial de todas as indústrias que utilizam óleo combustível, durante longo período, causando prejuízos incalculáveis e desemprego no meio urbano. O Nordeste vem recebendo medidas de economia de gasolina com espírito de cooperação. Tem oferecido grande contribuição à solução do problema energético, produzindo petróleo e agora álcool etílico, atendendo ao chamamento do Governo. Contribui para diminuir o desequilíbrio no balanço de pagamentos do País, gerando saldo de divisas positivo no comércio exterior e adquirindo bens industrializados no mercado interno.

Maior contribuição poderá o Nordeste oferecer, caso excluído das medidas de caráter recessivo em sua economia, vez por outra adotadas com amplitude indiscriminada todo País, atingindo o Nordeste com o esforço superior à sua capacidade contributiva.

Sofrem nossas indústrias exportadoras, a exemplo das empresas que produzem "baller twine" de sisal, obrigadas a reduzir as suas exportações por falta de óleo combustível. Cai a produção das indústrias substituidoras de exportações. Para situar o problema fecha nesta semana a primeira indústria do Distrito Industrial de João Pessoa, por insuficiência da quota de óleo combustível, deixando de substituir um terço das importações brasileiras de ággar, produto essencial na indústria de produtos alimentícios. Esta pequena indústria é responsável pelo sustento aproximado de duzentas famílias.

O reflexo na arrecadação tributária do Estado será excessivo, vez que o setor industrial contribui quase com cinquenta por cento do ICM da Paraíba. Maior contribuinte do erário estadual, a Companhia Paraíba Cimento Portland, paralisará temporariamente as atividades, deixando de gerar contribuição ao ICM em cerca de dez milhões de cruzeiros, num Estado cuja receita mensal aproxima-se de cento e quarenta milhões de cruzeiros.

Todos os Estados nordestinos em maior ou menor grau sofrerão decréscimo na produção e no nível de emprego de sua economia industrial. Vale salientar que o Nordeste utiliza menos de dez por cento de óleo do combustível consumido no País. Aplicar uma redução menor para a Região, além de ser medida compensatória, seria uma forma de estimular a manutenção e ampliação do nível das atividades da economia, contribuindo para a diminuição das disparidades inter-regionais de renda, problema que acusa a consciência nacional.

Estas razões, Senhor Presidente, levaram-me a discutir o assunto na última reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, onde houve o consenso dos Governadores da Região e dos demais conselheiros representantes dos Ministérios que ali têm assento.

Apelo agora a Vossa Excelência, como mais alto dignatário da Nação e homem sensível aos problemas nordestinos, o que foi demonstrado a partir do discurso histórico pronunciado na SUDENE, ainda como candidato à Presidência da República. Estou certo ser meu dever levar ao conhecimento de Vossa Excelência os argumentos acima apontados, colaborando com a administração de Vossa Excelência, tão bem aceita pelos nordestinos, na certeza de que Vossa Excelência acorrerá em defesa da Região, evitando crise econômica e social.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os protestos de respeito e consideração. Atenciosamente, Tarcísio Miranda Burity, Governador da Paraíba."

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Pois não.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Humberto Lucena, a fábrica de cimento Zebu é tradicional em João Pessoa, Paraíba; 70% do cimento consumido pelo Rio Grande do Norte é dessa fábrica. Essa fábrica está sofrendo uma situação de solução de continuidade, na sua industrialização de cimento, justamente pelo problema que o Governador está falando neste telex. De forma que me congratulo com V. Exª. Desejo expor, no momento, que, se o Estado da Paraíba tiver a sua fábrica de cimento fechada

prejudicará também o Rio Grande do Norte. Não é só a Paraíba que fica prejudicada mas todo o consumidor daquela área do Seridó, que se abastece do cimento de João Pessoa.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Muito grato pelo valioso testemunho de V. Ex^a. Devo aduzir, nobre Senador Agenor Maria, num comentário ao telex do Governador Tarcísio Burity ao Senhor Presidente da República, que S. Ex^a, com esse documento, dá à Nação a prova exata de que estávamos caminhando, com a política do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, para uma recessão; começavam a surgir os primeiros sintomas de inquietação social sobretudo numa região convulsionada como a do Nordeste, com mão-de-obra disponível em grande quantidade. Tanto assim, que o novo Ministro do Planejamento, Sr. Delfim Netto — segundo notícia a imprensa — reuniu o órgão colegiado competente e já suprimiu a medida que estabelecia a fixação de cotas para a distribuição de óleo combustível. No que, Sr. Presidente, me congratulo com S. Ex^a e com a Nação, porque a medida vem ao encontro dos superiores interesses do País e, sobretudo, da minha sofrida Região.

S. Ex^a, com isso, está comprovando que começa a alterar, senão o modelo econômico, como desejamos, pelo menos, topicamente, alguns pontos vulnerabilíssimos da política que vinha sendo posta em prática pelo Ministro Mário Henrique Simonsen, no Brasil, inclusive porque S. Ex^a já anuncia também uma outra medida da maior importância, que é o tabelamento dos juros.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Com prazer.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex^a deve estar congratulando-se com o Ministro Delfim Netto em ter acolhido a advertência que o MDB fez, nesta Casa, em hora oportuna, quando recriou a decisão do Governo em estabelecer cotas de óleo combustível para as nossas indústrias. Porque, num País que precisa aumentar a sua produção, não podemos cercar essas indústrias no aumento de sua produção. V. Ex^a, há pouco, se queixou dos subsídios, porque o Nordeste não é contemplado. Mas, veja V. Ex^a um dado importante: este ano o Governo está oferecendo, em subsídio à comercialização do trigo, o valor de 20 bilhões de cruzeiros. No próximo ano, com o aumento de 60%, serão 32 bilhões de cruzeiros. Trigo para quê? Para a maioria dos ricos fazer bolos, doces, porque a maioria dos brasileiros não tem oportunidade de comer pão com trigo. Se eliminarmos o subsídio do trigo, que é uma medida urgente, poderíamos estar alocando parte desses recursos, pelo menos, para desenvolver a área do Nordeste. Apenas estes dados, como contribuição a V. Ex^a, nesse magnífico trabalho que realiza em defesa, mais uma vez e com muito acerto, merecendo toda admiração e toda solidariedade de todas as representações estaduais, em defesa do Nordeste. O que desejamos é que o Nordeste se desenvolva harmonicamente com todo o Brasil.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — V. Ex^a lembra muito bem, nobre Senador Evelásio Vieira, que o Sr. Ministro do Planejamento realmente nada fez senão ir ao encontro daquelas postulações que colocamos aqui nesta Casa, quando da fixação de cotas para distribuição do óleo diesel, no Brasil. Ele implicitamente reconheceu o acerto em que nós, da Oposição, nos encontrávamos, ao nos colocarmos contra aquela medida governamental.

Mas, quanto ao aparte de V. Ex^a, gostaria de dizer ainda que li, hoje, no *O Globo*, um artigo do Professor Eugênio Gudín — cujas concepções não são as minhas nem as de V. Ex^a, mas que, vez por outra, diz grandes verdades a respeito de economia — no qual S. S^a salienta esse aspecto, ao se referir aos fatores inflacionários que estão aí agravando o panorama econômico do Brasil. Menciona justamente esse ponto: por que o Governo não retira os subsídios do trigo? Por que o povo brasileiro não faz o sacrifício de misturar o trigo com o milho e com a soja, por algum tempo, para que os recursos dos subsídios sejam liberados para objetivos de maior repercussão econômica?

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Pois não, nobre Senador Murilo Badaró.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Senador Humberto Lucena, estou acompanhando o discurso de V. Ex^a e nele foi inserido um aparte do nobre Senador Agenor Maria. De certa maneira, causou-me espécie a colocação que S. Ex^a fez, dizendo que o problema do Nordeste é um problema político; evidente que é. Mas, disse S. Ex^a que há uma falta de unidade para

impedir que o efeito depressivo da economia do Sul e do Sudeste se exerça sobre as áreas do Norte e do Nordeste. Gostaria de chamar a atenção de V. Ex^a e do nobre Senador apartante para uma circunstância muito interessante: o problema é político, mas não político no conceito trivial, é um problema de estrutura. É claro que a própria estrutura social do Nordeste, o próprio sistema de poder do Nordeste, de certa forma, inibe certas mudanças estruturais daquela região, mas quanto à unidade política, esta unidade político-parlamentar, a unidade político conjuntural, o Nordeste tem sido pródigo nela. Existe um estudo, por exemplo, do Professor Paulo Bonavides, da Universidade do Ceará, uma das figuras mais brilhantes da inteligência jurídica brasileira, em que ele demonstra a necessidade de nós reformularmos a Federação brasileira, para inserir no ordenamento jurídico-constitucional do País a figura da região, acima do Estado e, em uma hierarquia inferior, à da União. E um dos argumentos em que ele mais se baseia na defesa de sua terra é de que a própria conjugação de esforços parlamentares, que ele identifica nos debates da Casa, na votação dos projetos, já mostra a existência dessas regiões perfeitamente configuradas aqui dentro do Parlamento, especialmente as Regiões Norte e Nordeste, que ele verificou, através dos Anais, estarem sempre unidas quando se trata de assuntos daquelas regiões. E como exemplo também ilustrativo — perdoe-me V. Ex^a por estar alongando meu aparte — vou citar o caso da famosa incursão mineira na área do Polígono das Secas, que foi uma velha luta — V. Ex^a conheceu bem — para alargar a área do Polígono das Secas em Minas Gerais. Todas as tentativas se frustraram diante da aguerrida determinação dos representantes nordestinos, e a última fracassou estrepitosamente, quando os deputados e senadores do Nordeste impediram que o Município de Barreiro Grande, na região de Três Marias, fosse anexado à área da SUDENE. De forma que me parece uma atitude um pouco escapista, querer jogar a responsabilidade apenas do defeito depressivo que as economias mais fortes exercem sobre as economias mais fracas. E V. Ex^a conhece o caso famoso da região do Mezzo Giorno, na Itália, que recebeu incentivos fiscais e o efeito de enriquecimento econômico foi se projetar no norte da Itália, na região mais industrializada de Turim e de Milão. De certa maneira, aconteceu isso no Nordeste: os efeitos da tomada de incentivos, pelos instrumentos dos artigos 34 e 18, processaram-se mais em São Paulo, é verdade, mas o mecanismo, nem por isso mesmo, deixou de promover uma fantástica melhoria na região. E o fenômeno da polarização econômica é de tal sorte impetuoso e forte que, no próprio Nordeste, pólos de desenvolvimento tomaram corpo e vulto em detrimento e de maneira depressiva sobre outras regiões, dentro do próprio Nordeste. Então, parece-me que o Brasil inteiro não é indiferente ao Nordeste, ao contrário, estamos absolutamente convencidos de que é fundamental que se desenvolva, com mais rapidez, aquela importante região do País. E neste afã, nesse mister, V. Ex^a do Norte e do Nordeste estejam absolutamente seguros de que não há nenhuma falta de sensibilidade dos que representam o Sul e o Sudoeste.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Aliás, V. Ex^a pertence a um Estado que hoje é sócio do Nordeste; Minas Gerais, porque está acolpado, em parte, ao Polígono das Secas, e portanto ao nosso projeto de desenvolvimento regional.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — E mais. Temos uma região, que é o Vale do Jequitinhonha, que tem, hoje, índices de riqueza mais baixos e índices de pobreza maiores do que alguns Estados mais pobres do Nordeste. Veja V. Ex^a que há uma certa identidade desses problemas em todo o Brasil.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Perfeitamente.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Humberto Lucena, eu exemplifico o poder político dando como exemplo o Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, onde não há seca, como realmente temos secas tradicionais no Nordeste — haja vista que em 1877 já tivemos um ano de seca, há mais de 100 anos — tem mais terra irrigada do que todo o Nordeste reunido; só o Rio Grande do Sul.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Quatrocentos mil hectares.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Só o Rio Grande do Sul, repito, tem muito mais área irrigada do que todo o Nordeste.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Permita-me uma intervenção. (assentimento do orador) O que vou dizer interessa ao aparte de V. Ex^a. Veja que os maiores técnicos de irrigação do mundo, que esti-

veram visitando o Nordeste, entre os quais o Sr. Raanam Weitz, de Israel, identificaram a existência dos maiores lençóis subterrâneos, e no entanto não se resolve o problema. Por quê? Porque é um problema estrutural.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — O problema é político. Se o Rio Grande do Sul sozinho tem mais área irrigada do que todo o Nordeste — apesar dos lençóis subterrâneos abundantes de água que possuímos — já se vê que não é falta de estrutura. Temos estrutura, o que nos falta é dinheiro, é uma ação política. Esse o primeiro aspecto; o segundo: só a Ponte Rio-Niterói, só ela, custou mais dinheiro à Nação do que todo o dinheiro gasto pela Nação, nos últimos 10 anos, passado para a SUDENE; todo o dinheiro que o Governo Federal remeteu para o Nordeste, através da SUDENE, apresentou menos do que aquilo que se gastou com a Ponte Rio-Niterói; em terceiro lugar: não existe uma verba específica no Orçamento da União para que o Nordeste sinta e saiba que pode contar com aquilo; sempre ficamos na dependência do que o Governo queria fazer. Não podemos viver eternamente na dependência da boa vontade do Governo. Deve constar do Orçamento uma verba a ser concedida a essa região. Esse é o meu ponto de vista.

O SR. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Ouço, mais uma vez, o nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Veja V. Ex^a, nobre Senador, a falta de imaginação do Governo. V. Ex^a, hoje à tarde, faz um libelo absolutamente fundado sobre a discriminação odiosa a que o Nordeste continua sendo submetido. E nós ouvimos o Líder do Governo dizer o quê? Que o problema é estrutural, que o problema não é político. Imaginem só! Estrutural de quê? Será de etnia do Nordeste? Será de formação filosófica do Nordeste? E pasmem, senhores, o Governo, através do seu porta-voz, vem até contra a Federação, com essa história de redivisão territorial brasileira em regiões, que é mais um golpe que é preciso que o nordestino fique convencido disso. O Nordeste transformado em região será a mais fraca, politicamente, da Nação. Não aceitamos nem insinuações desse tipo. E veja V. Ex^a, o que vem a ser a estrutura a que V. Ex^a alude: "Deputado da ARENA" estou lendo o *Correio Braziliense* de hoje, não é um Senador da Oposição quem está dizendo, é um Deputado do Partido de V. Ex^a, Deputado Adauto Bezerra:

"Os incentivos, outrora o instrumento maior de promoção de investimentos da região, foram sendo progressivamente amenizados com proliferação de incentivos outros fora da área da administração desse órgão. E tamanha foi a evasão — o grifo é meu — que só em 1962, a SUDENE participava com 100% do total dos incentivos. Em 1977, esses se encontravam reduzidos a uns meros 20%."

Veja V. Ex^a que não há nenhuma explicação, a não ser algo perigosíssimo, para a estrutura mesmo da nossa Federação, uma perigosa falta de atenção para com uma região importante do País. E não nos venham acenar com modificações geoeconômicas que funcionarão tanto quanto vai funcionar mudar Delfim Netto conservando o modelo.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Permite V. Ex^a um aparte? Somente para retificar...

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Só um momento, nobre Senador. Desejo referir-me, em primeiro lugar, ao aparte do nobre Senador Agenor Maria sobre irrigação, dizendo que S. Ex^a tem inteira razão. Realmente, em matéria de irrigação, estamos no Nordeste muito longe daquilo que seria de prever. Por exemplo, o II Plano de Desenvolvimento Econômico estabeleceu uma meta de 120 mil hectares e está terminando a sua execução e nós não chegamos nem aos 40 mil hectares irrigados no Nordeste.

E lembre-se que o Nordeste havia contribuído, com recursos dos incentivos fiscais, que foram desviados para a Amazônia, para o custeio do Plano de Integração Nacional, sob o pretexto de que parte deles iriam custear projetos de irrigação. E, no entanto, nada disso aconteceu.

Então, se não se mudou a estrutura do Nordeste no que tange, por exemplo, à zona semi-árida com a implantação de projetos de irrigação, a culpa é realmente do Governo, que se tem feito ausente nesse particular, porque pouco realizou em relação aquilo que foi estabelecido nos seus planos nacionais.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Tenho a impressão de que o nobre Senador Gilvan Rocha não captou bem o sentido do meu aparte. O que eu dizia, a respeito da falta de unidade política a que se referiu o nobre Senador Agenor Maria, é que por longos anos aqui no Parlamento o que se

tem verificado é exatamente o contrário, as bancadas do Nordeste e do Norte são absolutas e, compactamente unidas quando se trata de defender interesses da região.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — É instinto de conservação...

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Não importa, o que eu quero dizer é que esse fato existe e o Senador Humberto Lucena pode comprovar. E mais, quando fiz referência à tese do Professor Paulo Bonavides, não foi com o objetivo de colocar em discussão o problema de reformulação da Federação. Não se trata disto, é que ele que defende esta tese por longos anos, é uma tese importantíssima, ele traz como exemplo da concepção política da região exatamente a unidade norte-nordestina nas votações, nos pleitos políticos aqui no Parlamento. Este é exatamente o sentido que eu quis dar ao meu aparte e que, no meu modo de entender, não foi bem captado pelo Senador Gilvan Rocha. Quanto ao problema político, não se trata de fazer uma afirmação fantasiosa, o problema do Nordeste é um problema estrutural, é um problema sério. Existe alocação de recursos e talvez a Nação não possa provê-los de uma hora para a outra. Agora, isto não elimina a necessidade de que todos nós, nordestinos, nordestinos, sulistas, mineiros, cariocas, todos nós nos empenhemos, conjugadamente, para eliminar essas disparidades regionais que de certa maneira, são a grande vergonha da nossa Federação.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Não há dúvida, nobre Senador Murilo Badaró, que há aspectos estruturais que devem ser salientados. Um deles, por exemplo, seria a necessidade, que todos nós proclamamos diariamente neste plenário, da implantação da reforma agrária no Nordeste. Temos uma estrutura fundiária antiquada e, até agora, o Governo nada fez para modificá-la. Pelo contrário, a todo instante, estão eclodindo questões as mais sérias que convulsionam a região e que contam, apenas com a intermediação da Igreja, na sua ação de pacificar os espíritos no Nordeste e se distribuir justiça social; mas, em termos de reforma agrária, nós nada fizemos, apesar da criação do INCRA e dos vultosos recursos postos à disposição do Governo.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — A reforma agrária é conversa de economista desocupado...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — O Senador Gilvan Rocha lembra que, a reforma agrária é "assunto de economista desocupado", no dizer do Ministro Delfim Netto.

Com muito prazer, ouço o nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Humberto Lucena, há pouco foi encerrado um seminário sobre o Nordeste cujo objetivo era exatamente analisar o problema da conjuntura nordestina e dar sugestões para o fortalecimento da SUDENE, porque há consenso unânime de que a SUDENE é fundamental para o nosso desenvolvimento. Numa palestra que fiz neste seminário, levantei a tese de que o problema do Nordeste é, realmente, um problema político. Aqui eu talvez possa conciliar a posição do nobre Senador Murilo Badaró com a do nobre Senador Gilvan Rocha. É que há problemas estruturais do Nordeste e esses problemas somente serão resolvidos por decisões políticas.

Não há dúvida e eu também estou de acordo de que as lideranças do Nordeste, de tempos em tempos, têm-se mostrado unidas e atualmente esta união é mais do que patente. Todos nós estamos empenhados em ultrapassar uma fase que já não aceitamos, e em buscar soluções novas para a nossa região, porque nós também queremos participar do desenvolvimento nacional. Apesar do grande esforço que foi feito nos últimos anos — e eu não sou daqueles que negam esse esforço — reconheço que houve retirada de incentivos, embora não no limite alegado pelo nobre Deputado Adauto Bezerra, porque realmente se restaram para os incentivos fiscais dirigidos, para a indústria, apenas 20%, uma parcela sensivelmente igual a esta foi também deixada para a área da agricultura. De modo que nós não nos reduzimos a 20%, mas à cerca de 40 a 45%. De qualquer modo, isso representa uma retirada grande de incentivos do Nordeste, nós estamos todos de acordo quanto a isso. Mas o essencial é que essa decisão política seja acompanhada por uma decisão programática correta, porque a decisão política de adotar uma programação para a região precisa encontrar ressonância na sabedoria das decisões levadas para a região. Isso é muito importante e eu acredito, nobre Senador, que hoje nós estamos instrumentados para isso porque o Nordeste sabe o que quer, que os programas capazes de fazer a transformação daquela região também estão identificados, e que há toda possibilidade de que o Governo do Presidente Figueiredo possa tomar a decisão política de mudar as estrutu-

ras do Nordeste com vistas a um programa de desenvolvimento efetivo da região. Creio que estamos todos de acordo neste ponto e espero sinceramente que a programação nova alcance esse objetivo. Já se disse aqui que de programas estamos fartos, mas o programa é uma fase inicial e indispensável. Tenho certeza que vamos conseguir que o programa do Presidente Figueiredo leve coisas novas em termos de orientação e decisão para a região.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Vamos aguardar o III PND para sobre ele nos debruçarmos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Sr. Presidente, ouvirei apenas o aparte do nobre Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Peço-lhe desculpas, nobre Senador Humberto Lucena, por ter a ousadia de me inserir no seu discurso brilhante desta tarde, mas é interessante notar que a Liderança da ARENA admita neste Plenário que realmente o problema do Nordeste brasileiro, na miséria, na pobreza, na falta de desenvolvimento, se insere em seriíssimos problemas estruturais e que a decisão será política. No entanto, o Governo brasileiro, e principalmente o Governo dos últimos quinze anos, não se poderá eximir de culpa, porque estivemos este tempo todo sob um Estado autoritário dos mais ferozes que este País já conheceu, com a centralização de decisões políticas nas mãos de meia dúzia em Brasília e que poderiam perfeitamente terem tomado todas as decisões políticas necessárias para que houvesse reformas estruturais. V. Ex.^a citou muito bem o problema da reforma agrária. Tem o Governo os instrumentos jurídicos para isso há quanto tempo? Desde o Governo Castelo Branco, quer com o art. 161 da Constituição, quer com o Estatuto da Terra. E o que se fez até agora? Na verdade, o Governo, até agora, tem apresentado programas muitas vezes muito bem elaborados, mas na sua execução mantendo o latifúndio como um dos pés de apoio político do Estado autoritário. É muito bom que a Liderança da ARENA reconheça isto aqui. Melhor ainda que deputados arenistas, reunidos na semana passada, em número de 32, tenham feito a mesma denúncia à Nação, e tenham proclamado até mesmo a necessidade de se reconvocar o grande economista Celso Furtado para a Superintendência da SUDENE, a fim de tentar resolver os gravíssimos problemas estruturais do Nordeste, problemas que só se resolverão, sem dúvida alguma, a nível de superestrutura política, que está aí para manter uma situação de dominação de pequena e reduzida minoria sobre a esmagadora maioria do sofrido e sacrificado povo nordestino, que tão bem V. Ex.^a representa nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Agradeço o aparte do nobre Senador Henrique Santillo, que apóia o meu pensamento e o pensamento do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa, em cujo programa está inserido, em letras bem fortes, a reforma agrária, como uma necessidade imperiosa, não só no que tange ao Nordeste, mas a todo o Brasil. Evidentemente, ela terá que ser diversificada num País como o nosso, de extensão continental, para atender às características regionais. Mas, diz muito bem S. Ex.^a, do descaso do Governo para com a solução deste problema, o que nos priva de integrar no processo de desenvolvimento brasileiro milhões e milhões de brasileiros, que hoje continuam marginalizados dos frutos da nossa economia.

Eu pediria ao nobre Senador José Lins que fosse breve, diante da advertência da Mesa.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Se V. Ex.^a me permite, eu apenas pediria aos colegas que não me interpretassem mal, quando expendo meu pensamento: disse desde o começo que reconhecia o muito que se tem feito pelo Nordeste, mas que os problemas estruturais não poderão ser resolvidos, a não ser que se una a decisão política e quando falo em decisão política, não estou pensando apenas no Executivo, estou pensando no papel fundamental que o Legislativo deve cumprir — com as decisões técnicas, que deverão ser necessárias para as mudanças estruturais naquela Região. Este foi o meu pensamento.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Sr. Presidente, com o aparte do nobre Senador José Lins, encerro as minhas considerações, fazendo um apelo às autoridades constituídas do País, sobretudo do setor econômico, para que dêem maior atenção ao Nordeste e aos seus problemas, no contexto do desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lomanto Júnior.

O SR. LOMANTO JÚNIOR (ARENA — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Cumpro, neste momento, o doloroso dever de trazer ao conhecimento desta Casa o falecimento de um ilustre coestaduano, o Ministro Amarílio Benjamin, membro do Tribunal Federal de Recursos, falecido às 8 horas de hoje no Hospital das Forças Armadas, nesta capital.

O Ministro Amarílio Aroldo Benjamin da Silva nasceu no dia 8 de abril de 1910, em Castro Alves, Estado da Bahia; deixa viúva D. Arlinda Carvalho da Silva e três filhos.

Formado pela Faculdade de Direito da Bahia, foi Deputado à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, e ainda em nosso Estado ocupou o cargo de Secretário do Interior e Justiça. Foi, ainda, Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia, cargo que desempenhou com brilho de grande jurista e eminente homem público. Nomeado para o Tribunal Federal de Recursos em 25 de agosto de 1960, foi, também, Juiz na composição do Tribunal Superior Eleitoral. O Ministro Amarílio Benjamin ocupou, ainda, a Presidência do TFR no biênio 69/71. De 1977 a 1979 ocupou o cargo de Corregedor Geral da Justiça Federal.

O Ministro Amarílio Benjamin era o mais antigo membro do Tribunal Federal de Recursos, com 19 anos de serviços prestados ao Egrégio Tribunal. Sem dúvida alguma Amarílio Benjamin dignificou aquela Casa e a Justiça brasileira.

O seu corpo será trasladado para a Bahia, seu Estado natal, onde será sepultado e receberá, ali, as homenagens dos seus conterrâneos.

Registrando, pois, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o falecimento da grande figura da Justiça brasileira, quero aproveitar a oportunidade para endereçar aos seus familiares o profundo pesar dos seus conterrâneos, que representam a Bahia na Câmara Alta da República, mas, sobretudo, o pesar do Senado brasileiro por tão grande perda.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Mesa se associa à manifestação de pesar em memória do eminente jurista Amarílio Benjamin.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por imperativo dever de consciência, venho a esta tribuna, nesta tarde, para fazer uma acusação muito grave, que pesa sobre o Governador do meu Estado. Declarações feitas no final da semana próxima passada pelo Líder do MDB na Assembléia Legislativa do meu Estado, Deputado João Divino Dorneles, vazadas em termos candentes, mas desapaixonadas e acompanhadas de documentos comprobatórios das denúncias. Diz o referido Deputado, Sr. Presidente, o seguinte:

Dando continuidade à sua grande escalada de desmandos e desatinos de toda sorte, o Governador Ary Ribeiro Valadão vem promovendo uma série interminável de atos ilegais e atentatórios ao direito, à moral e aos bons costumes na gerência da coisa pública, tais como:

a) autorização para a CASEGO concluir os silos de Anápolis, obra cujo valor é de quinze milhões de cruzeiros, sem observância da lei que exige concorrência pública para casos como este;

b) aquisição de equipamento rodoviário e contratação de obras do Projeto Formoso, sem observância do mesmo dispositivo legal, isto é, sem concorrência pública, tornando-se o caso revestido da maior gravidade quando se verifica que as firmas — RODARTE e Construtora Goiana — agraciadas pertencem uma ao Deputado Federal da ARENA Hélio Levy e a outra a um ex-sócio de Oto do Nascimento;

c) eleger, estranha coincidência, a área do Projeto Formoso justamente em cima da área de propriedade de Armando Nascimento, quando se sabe que o executor do projeto é Oto do Nascimento, sobrinho de Armando, e diversos parentes da família da esposa do Governador;

d) para camuflar suas intenções pouco inescrupulosas, Ary Valadão, segundo se sabe, passou a operar nos bancos oficiais do Estado usando como trampolim, filhos e genros;

e) sabe-se ainda que Ary Valadão adquiriu, precisamente agora, todo o gado de propriedade de Armando Nascimento, que se

encontrava na área do Projeto Formoso, cujo vendedor é a mesma pessoa que recebe do Estado vultosa indenização como pagamento da área desapropriada, sem a necessária lei que a declara de utilidade pública; e, sintomaticamente, é do conhecimento público que já foi instituído um processo de revalidação da referida área, com o intuito de majorar em dobro o valor da terra;

Continua o deputado, e apresentando documentos:

E os fatos aqui narrados por nós, os quais serão delineados a seguir, tiveram como êmulo a nos despertar para o mesmo, as palavras candentes do semanário *Cinco de Março*, um dos órgãos de imprensa que mais tem se destacado no combate à grilagem de terras em Goiás, quando, em sua edição de 16 a 22 de abril do corrente ano, chamava a atenção para um grilo de mais de 40 mil alqueires de terras no Município de Itacajá, norte do Estado de Goiás.

Alertados pelo mencionado órgão de imprensa, partimos para a pesquisa dos fatos e, surpresos, descobrimos que o maior grileiro do Município de Itacajá é o próprio Governador do Estado, Sr. Ary Ribeiro Valadão.

Indicado Governador do Estado de Goiás, e usando da influência do mais alto cargo goiano, Ary Valadão cometeu uma proeza até então nunca vista ou imaginada em nosso Estado, para o fim de conseguir os títulos das áreas griladas, dando a alguns dos atos até mesmo uma conotação hilariante.

Senão vejamos:

a) Usou como posseiros genros, filhos, parentes, parentes dos parentes, testas-de-ferro, salientando-se que, segundo pode ser calculado, alguns de seus filhos já eram posseiros no Município de Itacajá aos sete anos de idade;

b) Os requerimentos solicitando a expedição dos títulos de domínio deram entrada no IDAGO no dia 1º de novembro de 1978 e já nos dias 6, 7 e 8 os respectivos títulos eram expedidos, após um processo que, normalmente, demandaria um prazo de nada menos de um ano para a sua conclusão;

Um parêntesis: pequenos posseiros esperam, às vezes, até 10 anos, quando conseguem. Mas no caso das terras do Governador, esses processos foram concluídos e terminados em cinco ou seis dias.

c) Comenta-se entre os servidores do IDAGO, em tom de ironia, que o Ministro Hêlio Beltrão foi inspirado em sua luta pela desburocratização do Serviço Público no Brasil nos processos de aquisição de terras griladas no norte goiano pelo atual inquilino do Palácio das Esmeraldas;

Nunca se viu, em toda a história do IDAGO, processos tão sumários.

d) Por outro lado, segundo comprovam os próprios processos, as terras vendidas aos familiares do Governador e indiretamente à sua pessoa totalizam uma área de cerca de 7.000 alqueires e foram pagas à razão de Cr\$ 3,00 e Cr\$ 17,50 o hectare, ficando sempre o trabalho de medição e demarcação sempre superior, aproximadamente três vezes superior, ao preço da própria terra;

Necessário se faz esclarecer que o Governador do Estado, na aquisição dessa terra, usou vinte e uma pessoas figurantes como posseiros, entre as quais, como já foi dito, filhos, genros e parentes mais próximos.

e) Agora, o Governador está empenhado na construção de uma rodovia que liga Pedro Afonso à Itacajá, a qual tem por finalidade beneficiar suas terras e valorizá-las ainda mais.

Por outro lado, temos informação que no IDAGO correm, ainda, cerca de 50 processos de legalização de terras devolutas no Estado de Goiás, todos de interesse de familiares do Governador;

f) Sabe-se que o Governador do Estado de Goiás, dando continuidade aos desatinos administrativos de que é já useiro e vezeiro, promoveu a inauguração de um grupo escolar, com seis salas de aula, em São João da Aliança, esbanjando de maneira irresponsável o dinheiro do povo, pois levou uma frota de aviões, constituída de oito aeronaves, além de uma frota de carros muito grande, provocando um gasto de aproximadamente Cr\$ 300.000,00 somente com despesas de todos esses veículos, não se falando na importância de Cr\$ 80.000,00 com publicidade televisada. Resultado: se-

gundo previsões já feitas por nós, a inauguração ficou muito mais cara do que a própria obra;

g) E o desrespeito à Constituição, à Lei, aos bons costumes, à moral e à ética empreendido pelo atual Governo do Estado de Goiás é por demais revoltante e até digno de uma ação realmente enérgica por parte do Poder Legislativo, Judiciário e até das autoridades federais responsáveis pela sua investidura no Governo:

— Além das diatribes acima já relacionadas, o Governador Ary Ribeiro Valadão nomeia Procurador do Estado sem o necessário concurso público;

— Desapropria área de terras sem lei declarando-a de utilidade pública;

— Manda avião do Estado de Goiás ir aos Estados Unidos levar seu filho para uma *tournee* de trinta dias, colocando um piloto do Estado, Alair de tal, e um avião igualmente do povo goiano, à disposição do rebento querido, enquanto o Brasil inteiro agoniza com o problema energético;

— Usa do tráfico de influência e usa SINVAL BOAVENTURA para conseguir vultosa importância como financiamento ou empréstimo no Banco do Estado de Minas Gerais.

São, Sr. Presidente e Srs. Senadores, acusações gravíssimas sobre um problema de que Goiás padece já há muitos anos: estrutura latifundiária mantida à custa de uma superestrutura política destinada, como já tive oportunidade de dizer, a manter os privilégios de minorias, a manter uma situação de dominação de alguns poucos sobre a quase totalidade do povo sofrido e sacrificado do meu Estado.

O problema de grilagem de terra em Goiás é dos mais sérios que a Nação possa ter. O problema atinge as raízes do inconcebível, onde ainda se queimam ranchos, onde ainda se expulsam posseiros de suas terras, onde ainda posseiros são esmagados, assassinados e trucidados e enterrados nas matas e no cerrado.

Fato como este é comprobatório da responsabilidade inescrupulosa e criminosa de autoridades que não têm nenhum compromisso com o povo, porque nomeadas pela ditadura, pelo Estado autoritário.

Guiado Ary Ribeiro Valadão ao Governo do Estado pelo processo puro e simples da nomeação, representou ele o retorno inequívoco ao poder de velhas oligarquias latifundiárias do Estado, que já há muito haviam sido afastadas pelo poder do voto.

Fato como este está a exigir do Governo da União, do Governo Federal, que, através dos três Ministros militares, outorgou à Nação esta Constituição dispondo, ditatorial e totalitariamente, no seu artigo 10, todas as possibilidades de intervenção federal nos Estados, como mais um acinte à autonomia estadual e ao povo, fatos como esse obrigam o Governo Federal, representado na esteira de continuidade de um mesmo processo injusto e desumano implantado no País, apesar de se modificarem os detentores pessoais do Poder — apenas isso — às vezes apenas do Presidente da República, mantendo-se a mesma equipe e quase sempre a mesma *entourage* tecnocrata, esse mesmo Governo, que inseria esse art. 10, ditatorial, precisa tomar providências no sentido de intervir em Goiás, para que atos de corrupção como esse não continuem sendo perpetrados à sombra do Governo e — o que é pior — pelo próprio Governante.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e aos Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carneira, para breve comunicação.

O SR. EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Em julho de 1980, a Capital cearense será sede do Congresso Eucarístico Nacional, evento dos mais auspiciosos para a história sócio-religiosa do País.

Todos os segmentos da opinião pública do meu Estado estão sendo convocados pelo Cardeal Aloísio Lorscheider, Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, a colaborar com o magno conclave, para o qual convergem, desde já, as atenções da comunidade católica brasileira.

Possuindo arraigados sentimentos de fé, os meus coestaduanos acham-se jubilosos em razão da escolha de nossa cidade para palco daquele expres-

sivo acontecimento, de cujos atos participarão milhares de peregrinos, oriundos de todos os recantos do território nacional.

As autoridades federais, estaduais e municipais, o clero, o empresariado e as lideranças comunitárias arregimentam-se entusiasticamente para que o certame corresponda, de maneira plena, às melhores e mais caras tradições da gente alencarina.

Com bastante antecipação, vêm sendo adotadas providências para o brilho do Congresso e a acomodação das caravanas de visitantes, bem assim do acesso ao local em que se efetuarão os atos oficiais.

Pela sua amplitude e segurança, foi escolhido o "Estádio Plácido Castelo" para o centro principal das cerimônias litúrgicas, uma vez que a Catedral e a praça fronteiriça não comportariam os milhares de católicos que se dispõem a participar de um cometimento de tamanha repercussão.

Destaque-se que, diante da impossibilidade de a rede hoteleira absorver a demanda de peregrinos, vigários de todas as paróquias continuam apelando para que as famílias hospedem casais de outros Estados, assistindo-os dentro de um espírito de fraternidade, cuja prática o Episcopado brasileiro tem estimulado, em campanhas promocionais levadas a efeito, em cada ano, com mensagens de extraordinário conteúdo cristão.

O ponto alto do próximo Congresso Eucarístico Nacional será, sem dúvida, a presença de sua Santidade, o Papa João Paulo II, já confirmada, segundo declarações recentes do Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, divulgadas no último fim de semana, por toda a grande imprensa brasileira.

De conformidade com o que afirmou aquele ilustre Prelado, o Santo Padre estaria, além de Fortaleza, também em Aparecida do Norte, consagrando a nova Basílica que ali foi erigida, ao mesmo tempo em que presidiria as festas assinalativas das bodas de prata do Conselho Episcopal Latino-Americano.

Conquanto aguardada em meio à inusitada expectativa, a confirmação da vinda de João Paulo II foi saudada, no Ceará, por incontidas demonstrações de alegria, partidas de sacerdotes, do laicato e de todo o Povo de Deus.

Preparam-se, os cearenses, em meio, sobretudo, a iniciativas de cunho eminentemente espiritual, para receber o sucessor de Pedro, rendendo-lhe a reverência que lhe é devida como Chefe Supremo da Igreja.

Em nome, pois, da representação do Ceará no Parlamento Brasileiro, registro, desta tribuna, a alvissareira notícia, possuído da incontida euforia que domina, desde sábado, todas as camadas da população alencarina. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O diretor do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), professor Hécio Uchoa Saraiva, informou que, graças a empenho do Ministro Eduardo Portella, serão aplicados, este ano, Cr\$ 334 milhões na concessão de mais de 190 mil bolsas de estudo, destinadas a estudantes de 1º e 2º Graus, de ensino superior e de educação especial.

As bolsas serão distribuídas com atendimento prioritário aos alunos de 1º e 2º Graus, que receberão 160 mil bolsas, no valor de Cr\$ 250 milhões, concedidas diretamente pelo MEC. Para o mesmo fim, serão repassados Cr\$ 21 milhões às secretarias estaduais de educação, correspondentes a cerca de 13 outras mil bolsas de estudo. Na área do ensino superior, serão renovadas 180 bolsas de estudo, no valor aproximado de Cr\$ 500 mil, enquanto para o ensino especial foram firmados, na atual administração, convênios com 25 secretarias, totalizando uma verba de Cr\$ 63 milhões para a concessão de 18 mil bolsas.

Informou o diretor do DAE o desenvolvimento de programa de bolsas de trabalho, visando oferecer aos estudantes de 2º Grau e ensino superior oportunidade de remuneração financeira e, também, treinamento complementar em atividades de pesquisa, arte, esporte e cursos de extensão. Acrescentou que o MEC já concedeu 35 mil bolsas, para universitários, e a 6350 alunos do 2º Grau.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma notícia auspiciosa, pois a importância social dessas bolsas de estudo é por demais grande, face a pobreza que ainda atinge a maioria de nossa população, de modo especial em estados menos favorecidos como os do Nordeste.

O programa de bolsas de estudo do Ministério da Educação e Cultura tem propiciado oportunidade para que dezenas de milhares de brasileiros estudem, o que seria impedido à maioria, não fosse essa ajuda governamental.

E a ótica social dos problemas de sua pasta que levou o Ministro Eduardo Portella a ampliar, tanto quanto possível, os recursos para a concessão de novas bolsas, a despeito das dificuldades financeiras que nos rodeiam. Esse um procedimento, sem sombra de dúvida, acertado da parte do Ministro, pois o momento difícil que o Brasil atravessa, na verdade, multiplica as dificuldades de sobrevivência da grande maioria do povo brasileiro, impondo-se, mais do que nunca, que o Governo se mostre sensível aos problemas sociais, sem o que o desespero se apossaria das massas e maiores conturbações nos adviriam.

Congratulo-me, portanto, com o Ministro Eduardo Portella e o diretor do DAE, professor Hécio Uchoa Saraiva pela sensibilidade que revelam, aplaudindo o acerto com que agem em instante tão penoso, preocupados em proporcionar o máximo de justiça social à mocidade que estuda. Este, finalmente, um investimento altamente reprodutivo, pois somos daqueles que, como o Ministro da Educação, têm o ensino e a educação como o que há de mais reprodutivo para o País! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Esta comunicação é para anunciar o falecimento de João Mendes Olímpio de Mello, nascido em Teresina, em dezembro de 1917, filho do Dr. Matias Olímpio de Mello, tradicional político piauiense onde exerceu a governança do Estado e por numerosas vezes a senatória.

João Mendes era engenheiro agrônomo, tendo sido recentemente Presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Agrônomos.

Em 1950, foi eleito Prefeito de Teresina, assumindo depois as funções de Secretário da Educação no Governo Jacobo Gayoso de Almendra. Suplente de Senador do seu pai, assumiu algumas vezes a cadeira em virtude de afastamentos eventuais do mesmo titular.

Foi eleito Deputado Federal e ao concluir o mandato, ainda chegou a exercer o cargo de Chefe do Fomento Agrícola do Piauí, transferindo-se depois para Brasília, onde reassumiu o seu cargo de Engenheiro Agrônomo do Ministério da Agricultura.

Deixa dois filhos: Dr. Guilherme Olímpio de Mello e o garoto Matias Olímpio de Mello Neto, além de dois irmãos o Professor José Olímpio de Mello e o Dr. Raimundo Area Leão Olímpio de Mello.

Faleceu aos 62 anos de idade, no dia 5 de agosto do corrente em Teresina.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 1976-Complementar, do Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, Pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos de substitutivo que apresenta;

— de **Legislação Social**, favorável ao projeto na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, votando vencido, em separado, o Senador Jutahy Magalhães.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 252, de 1979, do Senador Paulo Brossard, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1978, do Senador Mauro Benevides, que "estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo, e dá outras providências".

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 274, de 1979, do Senador Jarbas Passarinho, solicitando urgência para o Ofício nº S/17, de 1979, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, requerendo autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa contratar operação de em-

préstimo externo, no valor de US\$ 53.000.000.00 (cinquenta e três milhões de dólares norte-americanos), destinado a programas prioritários do Estado.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 282, de 1979, do Senador Mauro Benevides, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea "C", do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1978, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre aposentadoria especial para os músicos inscritos na Ordem dos Músicos do Brasil.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 283, de 1979, do Senador Mauro Benevides, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea "C", do Regimento Interno, para a Indicação nº 2, de 1975, de autoria do Senador Itamar Franco, que institui, no Senado Federal, idêntico estágio para universitários, nos moldes do existente na Câmara dos Deputados.

— 6 —

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1976, do Senador Lourival Baptista, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 556, de 1978 e 328 e 329, de 1979, das Comissões:

— de **Redação**, oferecendo a redação do vencido para o segundo turno regimental;

— de **Constituição e Justiça**, favorável à emenda de plenário; e

— de **Legislação Social**, favorável à emenda.

— 7 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação do artigo 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador, tendo

PARECER, sob nº 223, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Lázaro Barboza, Tancredo Neves, Hugo Ramos e Cunha Lima.

— 8 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1979, do Senador Cunha Lima, que considera não tributáveis para efeito do Imposto de Renda os proventos e pensões nas condições que indica, tendo

PARECER, sob nº 334, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

— 9 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1979, do Senador Humberto Lucena, que isenta o salário mínimo de descontos para a Previdência Social, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 283, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

— 10 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 1977, do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 256 a 258, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Wilson Gonçalves e Osires Teixeira;

— de **Economia**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 16-8-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Um documento recentemente publicado num jornal, que se edita no País em inglês e que é distribuído em toda a América Latina, chamou-me a atenção. Primeiro, porque revela um sentimento de solidariedade continental que vai pela alma brasileira; segundo, porque o jornal procedeu de forma elogiável ao usar, como matéria editorial, uma carta de simples leitor dirigida às páginas de um jornal brasileiro.

O jornal a que me refiro, Sr. Presidente, é publicado no Brasil mas é editado em inglês, pois é destinado à América Latina, e se chama *Latin America Daily Post*. Juntamente com ele é distribuído um segundo jornal que há muito tempo é aqui editado, chamado *Brazil Herald*.

É muito curto o editorial e por isso o lerei. Com o texto em inglês é mais expressivo talvez do que a própria tradução que farei ao correr da leitura, eu me permito lê-lo em inglês, sobretudo porque diversos Senadores, nesta Casa, bem conhecem a língua.

Eis o editorial:

"O que é um latino?"

Valho-me deste meio para difundir os meus sentimentos e manifestar a minha solidariedade com o povo da Nicarágua. Ser latino-americano é mais do que ser um povo místico, selvagem, pobre... um latino-americano aprendeu a viver com o sofrimento e com a adversidade. Ele sabe que a esperança nem sempre é possível, mas está muito próximo de se tornar realidade, realidade entretanto que raramente ocorre. Ele aprendeu a esperar, a sorrir, a pensar, a chorar e a lutar. Ele não é indiferente à miséria, sabendo que basicamente somos um povo de alguma forma rico. Um latino-americano é capaz de morrer para defender a sua honra, uma honra muitas vezes esquecida por muitos. A honra de ser ser humano, sendo também pessoa humana, o supremo direito dos Direitos Humanos. A honra de ser capaz de passar fome e alimentar sonhos, ainda que pequenos, de uma vida melhor para seus filhos. E em silêncio, como fazem todos latino-americanos, assistimos a esse drama macabro. Vemos mulheres e crianças morrerem. Crianças, vizinhos, amigos. Todos lutando e morrendo. Choramos, mas desejamos ajudar. A morte vem cedo e precipitadamente. O povo sofre como todos os latino-americanos sofrem também.

É uma vitória sem a espada da vingança. Uma vitória com sacrifícios sanguinolentos. Uma vitória de lágrimas de felicidades, melancólicas lágrimas daqueles que são vitoriosos, embora tristes. A verdadeira vitória da justiça, da humanidade.

Não esqueceremos o sangue que foi derramado... ele fertilizará a terra. Este sacrifício da Nicarágua pela vitória e pela paz. O amor do povo pela sua terra nativa crescerá nas florestas e nos campos. Esta vitória, irmãos, paga com vosso sangue, serve como exemplo para todos, da nossa herança, que desembainharam a espada em favor da liberdade.

Que possa a moderação e o sentimento de humanidade culminar o caminho de seus novos líderes. Que eles possam abraçar a causa da verdadeira liberdade. Que os direitos humanos prevaleçam sobre tudo que eles fizerem.

Finalmente, nós brasileiros esperamos ver em você, Nicarágua, mais do que "A Terra do Sol e da Felicidade". Nós desejamos que você se torne a terra da paz e o exemplo para todos os países latino-americanos. Nós brasileiros choramos seus mortos, mas nos regozijamos por sua nobre conquista da liberdade. Certamente nós, juntos com todos os irmãos latino-americanos, lutaremos pela sua reconstrução.

(Oswaldo Emilio Silva Júnior — São Paulo — *Jornal da Tarde* — Seção de Letras.)

Este documento, Sr. Presidente, é comovente: foi escrito por um homem do povo, e agora divulgado em toda a América Latina, pelo *Daily Post* que não se pejou em transcrevê-lo como seu Editorial.

Mas esse sentimento não está apenas no coração do povo, ele está no coração dos seus líderes, daqueles, sobretudo, que são eleitos pelo povo. E foi com esse sentimento de solidariedade continental, que, recentemente, se realizou em Curitiba, Capital do Estado do Paraná, a reunião preparatória

do encontro de oposições latino-americanas, e esteve presente o nosso Partido, Deputados e Senadores, estiveram presentes representantes de todas as camadas sociais; estiveram presentes foragidos de alguns países vizinhos: ex-Deputados e líderes que não podem, pela violência, voltar à sua terra.

E viu-se ali, Sr. Presidente, que os laços de solidariedade que nascem entre os partidos que estão na oposição transcendem os limites das suas fronteiras. Nota-se também que essa solidariedade já não é apenas de partidos, mas sim de continentes.

Não sei se o Senado tem conhecimento de que na América Latina, na África e na Ásia estão 70% dos habitantes da terra. Entretanto, esses 70% de pessoas auferem apenas 20% da produção internacional. Enquanto isto há países que não possuem sequer 7% da população mundial e não obstante auferem 30% de todas as reservas que o mundo produz. Foi debaixo desse clima que foi produzido esse documento, sintetizando o sentimento daquele conclave preparatório. Tenho certeza de que são também os sentimentos da Oposição, nesta casa, e do próprio Senado Federal.

Eu me permito lê-lo.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo o prazer, nobre Senador Evandro Carreira.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador Leite Chaves, V. Exª, na oportunidade, faz justiça à Oposição Nicaraguense, àqueles heróis, na maioria anônimos, completamente desconhecidos, mas que através da temeridade, da bravura, conseguiram derrubar uma tirania que já se aproximava dos 50 anos.

V. Exª, ao ler esse editorial, faz justiça a todos aqueles heróis que tombaram, aspirando a liberdade.

Recordo-me de uma expressão do nosso decantado Camões, que diz:

“Aqueles que por obras valorosas se vão da lei da morte libertando.”

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — “Cantando, espalharei por toda parte, se a tanto me ajudar o engenho e a arte.”

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Para que se valorize a expressão do editorial inglês, permito-me verter para o inglês esse trecho camoniano:

“Those who by noble deeds are freeing themselves from the law of death.”

“Aqueles que por obras valorosas se vão da lei da morte se libertando.”

Todos os heróis sandinistas que tombaram sob a bala assassina do Somoza estão hoje livres, completamente livres e libertaram seus irmãos. Com muita honra aparteio V. Exª, na oportunidade em que, me parece, pela primeira vez a Oposição faz justiça aos heróis que tombaram pela liberdade na Nicarágua.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Muito grato a V. Exª Parece-me que o preço dessa liberdade foi muito alto, porque dificilmente conquistada. Nessa última reportagem do *Time*, há um apelo dos líderes nicaraguenses para que o povo se reúna. O novo lema é o seguinte: “Pedimos que vocês se organizem. Quanto mais organizados, mais difícil nos tornaremos para a sanha dos contra-revolucionários”.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Nobre Senador, quero apenas solidarizar-me com seu pronunciamento, entendendo que não vai ficar apenas o elogio. Neste momento de decisão nacional, que o exemplo da Nicarágua sirva às oposições brasileiras. Nós, que estamos a oferecer à Nação uma saída democrática, temos a obrigação maior de copiar um exemplo de espírito nacional, de unidade nacional, neste momento de crise brasileira. Temos repetido, pelo Brasil afora, que a única diferença que existe entre a Nicarágua e o Brasil é que lá havia somente um Somoza; aqui, temos muitos. Por isso, temos a consciência de que, democraticamente, haveremos de oferecer, com nossa unidade, um programa alternativo, a fim de que o País possa sair da crise em que essa Revolução o colocou.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — V. Exª tem toda razão. Agradeço o aparte de V. Exª

Aqui mesmo, no Senado, tivemos oportunidade de, numa interpelação a um membro do Itamaraty, por nós convocado para prestar informações sobre a Nicarágua, indagarmos sobre as razões que levaram o Brasil a suspender e não interromper as relações com o governo de Somoza. E a resposta não pôde ser clara, por mais brilhante e inteligente que fosse o interlocutor. O sentido que atribuímos àquele fato é que a situação do Brasil, sendo em muito semelhante à da Nicarágua, o Governo procurou adotar aquele gesto para que operários, lavradores, Igreja Católica e estudantes não continuassem num crescendo a manter a sua identificação com aquela luta, sabido como esses mesmos segmentos sociais lá estavam lutando por essa liberdade a que me referi.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Pois não.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Apenas gostaria que constasse no discurso brilhante de V. Exª a nossa estranheza, porque não podemos aceitar essa semelhança ou igualdade entre a situação da Nicarágua e a do Brasil. A Nicarágua era uma fazenda, com um senhor absoluto, dominando tudo, com um exército pessoal, praticamente.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Fazendeiros, temos também aqui no Brasil.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Esta era, lamentavelmente, a situação da Nicarágua. Nós, aqui, temos problemas, reconhecemos, mas nós não temos aqui um fazendeiro, senhor de tudo isto. Somos os fazendeiros e somos os peões, meu caro colega. Há muita diferença entre o Brasil e a Nicarágua.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Temos vários fazendeiros desse tipo.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço muito a V. Exª e concordo que não existe aqui apenas um patrão; temos diversos patrões. Mas a concentração de renda aqui estava quase nos mesmos níveis da Nicarágua. E tanto é verdade que, depois da Nicarágua, somos, talvez, o único País da América Latina em que 5% da população detém 40% da renda. Economicamente, estamos exatamente iguais à situação da Nicarágua. Só que a Nicarágua já está um passo à frente. Lá, realmente, havia um ditador personificado, mas aqui temos estruturas que se tornaram ditatoriais. Mudam os ditadores do dia, mas a corporação é a mesma que permanece no poder.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — O sistema de dominação é o mesmo.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, este é um documento de que, com alto respeito, dou conhecimento ao Senado. Foi produzido por Deputados da nossa Bancada do Estado do Paraná.

“REUNIÃO PREPARATÓRIA DO I ENCONTRO DE OPOSIÇÕES LATINO-AMERICANAS

Um Modelo Econômico e Eficaz para o Desenvolvimento da América Latina.

O continente Latino-Americano está inserido historicamente no contexto capitalista internacional e tem nele a causa de seu próprio subdesenvolvimento. Visto de outro ângulo, diríamos que é o subdesenvolvimento Latino-Americano que garante o desenvolvimento dos países capitalistas dominantes. É aqui que a Europa e os EUA, e recentemente o Japão, vêm amassar o barro para construir o seu próprio desenvolvimento.

Por isso estamos convencidos de que não se pode analisar o subdesenvolvimento Latino-Americano isoladamente do contexto histórico em que se dá o processo de desenvolvimento capitalista a nível nacional. Exemplificando, observa-se que se hoje, uma Volkswagen consegue socializar sua empresa na Alemanha e assim oferecer melhores condições de vida a seu quadro de funcionários, é porque encontrou no Brasil a mão-de-obra escrava geradora de excedentes que são transferidos ao país de origem.”

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Muito bem colocado!

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Muito obrigado.

“E assim, diríamos também que a Social Democracia Europeia só pode tomar a dianteira na socialização de seus países enquanto estiver dominando os países Latino-Americanos, eis que submetidos ao mais ferrenho capitalismo selvagem. Isso nos leva a crer, inclusive, que se não houver mudanças ra-

dicais nas relações econômicas com os países capitalistas dominantes, a América Latina estará destinada a ser o último reduto do capitalismo internacional.

Estas colocações iniciais nos levam a vislumbrar uma nova forma de conceber o subdesenvolvimento da América Latina, bem como traçar metas claras que visam ao desenvolvimento. O novo modo de interpretar o subdesenvolvimento levou os estudiosos a superarem erros de interpretações que podem ser resumidos em três dimensões: 1) A incapacidade de explicar o desenvolvimento do sistema capitalista como um todo; 2) A ignorância da história dos países subdesenvolvidos, que levou à suposição de que o passado dos países subdesenvolvidos repetem etapas anteriores da história dos países agora desenvolvidos; 3) A interpretação dualista das sociedades e economias dos países subdesenvolvidos.

O primeiro equívoco de interpretação não conseguiu explicar a geração simultânea do subdesenvolvimento de alguns países e do desenvolvimento econômico em outros. E por isso acreditava-se que o desenvolvimento ocorria numa sucessão de etapas capitalistas e que os atuais países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como interpretam os que hoje ainda acreditam neste mito, estariam atravessando uma etapa pela qual os países atualmente desenvolvidos teriam superado há muito tempo."

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo o prazer.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador, o ilustre economista, de notoriedade universal, chamado Günard Myrdal, analisa esse fato aos últimos pormenores e chega a dizer que é tolice que os povos subdesenvolvidos alimentem esperanças no sentidos de alcançar o desenvolvimento seguindo a mesma trilha. Eles têm que encontrar novas opções; eles têm que criar, inventar. Não adianta copiar o modelo do superdesenvolvido, porque jamais os alcançarão.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — O aparte de V. Ex.^a robustece o documento que leio e lhe dá mais grandeza trazendo, em seu abono. . .

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — A autoridade de Günard Myrdal.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Exatamente.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Permite um parte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Pois não.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Parabéns pelo discurso, pela lucidez do documento e pela oportunidade das colocações que faz, porque desmistifica a social-democracia que, hoje, tenta impor um modelo ao Brasil que, decididamente, não está de acordo com as nossas realidades. Inclusive, cito um exemplo: a autogestão; um país como o nosso, caracterizadamente subdesenvolvido, sem condições de exportar capital e tecnologia, não pode aceitar colocações, hoje, levantadas aqui para o Brasil, sob pena de não chegar a encontrar as soluções definitivas para o povo que aqui vive. Renovo os meus parabéns pelo brilhantismo e pela profundidade do pronunciamento que está fazendo muita falta nesta Casa.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço muito a V. Ex.^a, como se vê, é um documento com o qual estou solidário, de iniciativa deste conclave do Paraná, com a participação efetiva dos nossos Deputados estaduais, da nossa valorosa Bancada. E tenho a certeza de que ele representa o sentimento da Oposição no Brasil.

"No entanto, a própria história, como veremos adiante, nos mostra e explica que os países atualmente desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter sido não desenvolvidos. As circunstâncias históricas em que se deu o desenvolvimento dos países hoje dominantes depende muito mais de suas relações econômicas entre os satélites subdesenvolvidos e os países metropolitanos, atualmente desenvolvidos. E estas relações constituem uma parte essencial da estrutura e desenvolvimento do sistema capitalista como um todo numa escala mundial. É toda uma cadeia de constelações de metrópole e satélites que integram um sistema global desde seu centro metropolitano, na Europa e nos EUA, até o mais longínquo posto da zona rural latino-americana. O subdesenvolvimento é gerado dentro desta estrutura metrópole-satélite onde se verifica que cada um dos satélites serve como instrumento para sugar os capitais ou excedentes de seus próprios satélites e canalizar parte destes excedentes para a metrópole mundial de que são satélites. Além disso, cada metrópole nacional e local serve para impor e manter através de modelos políticos de desenvolvimento, a estrutura de monopólio e

as relações de exploração deste sistema, e isso enquanto continuar servindo aos interesses das metrópoles, que se aproveitam desta estrutura global, nacional e local para promover seu próprio desenvolvimento e o enriquecimento de suas classes dominantes. Estas condições permitiriam ao estudioso Andrew Gunder Frank a concluir que dentro desta estrutura metrópole-satélite as relações entre a metrópole e suas colônias econômicas ao longo da expansão mundial e do desenvolvimento mercantilista e capitalista, gerou o desenvolvimento a partir do subdesenvolvimento.

O segundo equívoco, basicamente, é decorrência do primeiro ou vice-versa. É impossível formular uma política de desenvolvimento adequado para os países subdesenvolvidos se nos mantivermos no erro de querer basear nossos conceitos e nossas políticas de desenvolvimento exclusivamente na experiência das nações capitalistas avançadas da Europa e da América do Norte. Pois nós latino-americanos temos nossa experiência de subdesenvolvimento econômico que difere fundamentalmente da experiência de desenvolvimento econômico dos países capitalistas desenvolvidos na atualidade. Basta uma pequena familiaridade com a história para saber que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional, e que nem o passado e nem o presente dos países subdesenvolvidos se parece, em qualquer aspecto importante, com o passado dos países hoje desenvolvidos. Isto não quer significar que deveremos analisá-los isoladamente, pois apenas explica as diferentes condições em que se deu o processo de desenvolvimento que situou uns na posição de desenvolvidos e outros na condição inexorável de subdesenvolvidos. O que não podemos fazer sob pena de equívoco fundamental é considerar apenas a história dos países desenvolvidos e retirar deles um exemplo histórico para sustentar políticas desenvolvimentistas a exemplo da Aliança para o Progresso. Não podemos alimentar o mito de que são os capitais estrangeiros os geradores do desenvolvimento, como haveremos de demonstrar ao atermo-nos no terceiro equívoco. A História do Brasil é talvez o caso mais claro de como se produziu historicamente o subdesenvolvimento, tanto nacional quanto regional. A expansão da economia mundial a partir do começo do século XVI converteu, sucessivamente o Nordeste, o interior de Minas Gerais, o Norte e por último o Centro-Sul em economias de exportação e incorporou-as à estrutura e desenvolvimento econômico durante o período de suas respectivas idade de ouro. Tratava-se, porém de um desenvolvimento satelitizado que não era nem autogerador, nem autosustentável. E logo que o mercado ou a produtividade das primeiras regiões declinou o interesse econômico nessas regiões tanto interno quanto externo, se desfez, elas foram relegadas a desenvolver o seu subdesenvolvimento.

O terceiro equívoco é de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, e dentro deles suas áreas domésticas mais subdesenvolvidas, deverá ser e será gerado pela difusão, nestes países e nestas áreas de capitais, instituições e valores das metrópoles capitalistas, internacionais ou nacionais. O erro se encontra no ponto de vista de que apenas uma parte da economia e da sociedade teria sido afetada de modo importante por relações econômicas íntimas com o mundo capitalista e relativamente desenvolvida justamente por causa deste contato. A outra parte é vista como isolada, baseada numa economia de subsistência feudal ou pré-capitalista de várias formas e por isto mais subdesenvolvida. Ao contrário do ponto de vista levantado, o desenvolvimento esporádico experimentado por algumas regiões ou nações subdesenvolvidas se deram exatamente em períodos onde o estreito relacionamento com os países desenvolvidos estava enfraquecido ou mesmo era interrompido.

Queremos citar o caso do Paraguai. Foi exatamente naquele período de isolamento que o Paraguai conseguiu um grande surto econômico, e o próprio Brasil, como um instrumento do capital inglês, ao lado do Uruguai e da Argentina, esmagaram-no através de uma guerra de heroísmo discutível.

A História nos traz o exemplo de cinco grandes períodos em que se enfraqueceram as relações com os países-metrópoles.

Isso é muito importante. Estou trazendo esses dados porque eles expressam os sentimentos e interesses nacionais, e eles servirão de base aos grandes debates desta Casa, tão carente de argumentos válidos como é dessa vez; são argumentos que vêm não de cúpula mas das bases, vêm dos Deputados Estaduais, dos nossos Vereadores, dos Prefeitos emedebistas do Paraná."

O Sr. Evandro Carreira — (MDB — AM) — Nobre Senador Leite Chaves, V. Ex.^a, com essa contribuição, com esse documento que está a nos ler, transforma o Senado da República em uma universidade à procura desse encontro econômico que todos os povos subdesenvolvidos anseiam. Sua contribuição é inestimável. Esse documento deveria ser lido por todos os políticos brasileiros, lido e anatomizado, dissecado, porque é da maior importância.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Muito grato a V. Ex^a. Realmente, o documento tem essa dimensão.

Lamento que a Bancada oficial não esteja na sua totalidade presente para que possa refutar alguns desses argumentos, nos futuros debates que haveremos de travar em torno desses programas. Sabemos que muitos ilustres Senadores do próprio Partido oficial esposam pensamentos dessa natureza, porque não são pensamentos da Oposição apenas; são sentimentos que nascem no coração do brasileiro como um fato, por exemplo, de afirmação de nacionalidade. É um País enorme, grande, que precisa se afirmar na constância internacional.

A história nos traz o exemplo de cinco grandes períodos em que se enfraqueceram as relações com os países-metrópoles, a saber: A Depressão Europeia do Século XVII, As Guerras Napoleônicas, A Primeira Guerra Mundial, A Depressão dos Anos 30 e A Segunda Guerra Mundial. Já é uma tese claramente estabelecida e geralmente aceita que os desenvolvimentos industriais recentes mais importantes, principalmente da Argentina, Brasil e México — ocorreram precisamente durante os períodos das duas Guerras Mundiais e da Depressão que sobreveio no intervalo delas.

A pesquisa histórica confirma que o mesmo aconteceu na América Latina durante a Depressão Europeia do século XVII. Nessa época, a manufatura cresceu nos países latino-americanos e vários deles como o Chile, até se tornaram exportadores de bens manufaturados. As Guerras Napoleônicas, da mesma forma, deram origem a movimentos de maior independência da América Latina. Mas não só os períodos de crise do capitalismo monopolista vem confirmar nossa hipótese. Também podemos observar na história que o isolamento geográfico experimentado em algumas regiões da América Latina e por algum tempo igualmente gerou certo grau de desenvolvimento por não estarem estreitamente integrados no sistema mercantilista e capitalista. Os casos mais importantes foram Tucumán e Assunção, bem como outras cidades, como Mendoza e Rosário no interior do Paraguai e da Argentina, durante o fim do século XVIII e começo do século XIX. São Paulo dos séculos dezessete e dezoito. Antioquia, na Colômbia e Puebla e Querétaro, no México. A seu próprio modo o Chile, antes de ser aberto a rota marítima pelo Cabo Horn, este país vivia relativamente isolado, no fim de uma longa viagem da Europa via Panamá. E por que não lembrar a civilização Incaica do Peru que foi completamente destruída pelos conquistadores. Todas estas regiões tornaram-se centros manufatureiros e mesmo exportadores, comumente tecidos, durante os períodos que precederam ou que se interromperam as relações com o sistema capitalista colonial, nacional e mundial. Logo que as metrópoles se recuperaram da crise e reincorporaram os seus satélites no quadro do sistema capitalista mundial, as manufaturas foram destruídas pela competição estrangeira — aliás, aqui precisamos nos lembrar do caso daquela fábrica de linhas que havia no Rio São Francisco, fundado por Delmiro Golveia —, as terras foram tomadas e concentradas em latifúndios pela economia exportadora em ávida expansão, as distribuições de rendas entre as regiões se tornaram muito mais desiguais e as regiões que experimentavam um pequeno desenvolvimento autônomo se tornaram simples satélites de Buenos Aires e, através desta, de Londres a metrópole de então. E no Paraguai, que ambicionavam um desenvolvimento mais autônomo, como nos referimos, foi destruída não só a economia como também a sua população que se atrevera a resistir aos satélites aliados de Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro, encorajados pela metrópole de Londres na fatal Guerra da Triplíce Aliança. A economia e a indústria da Argentina e do Brasil e de outros países que têm experimentado os efeitos da recuperação metropolitana, depois da Segunda Guerra Mundial, estão sofrendo hoje a mesma sorte.

Conclui-se, portanto, que a injeção de capital estrangeiro e o contato mais estreito com os países desenvolvidos — nesta relação de metrópole e satélite — só trouxe dependência e subdesenvolvimento ao longo da história da América Latina.

Trouxe também o atraso estrutural, pois, as regiões que são hoje subdesenvolvidas e aparentemente feudais são as que no passado tiveram ligação mais estreita com a metrópole. As regiões que outrora forneciam a seiva da vida para o desenvolvimento mercantil e industrial capitalista mundial, a exemplo do Nordeste brasileiro, dos planaltos do Peru e da Bolívia, os Estados Mexicanos centrais de Guanajuato, Zacatecas e outros nomes famosos pela sua prata, são as que hoje mais sofrem a desolação do subdesenvolvimento crônico. E o processo do desenvolvimento capitalista continua se expandindo com incrível rapidez sobre a América Latina após uma série de reveses sofridos nos continentes Africanos e no Oriente. A economia brasileira talvez seja na atualidade a maior vítima do capital estrangeiro, uma vez que sua penetração foi forçada através da ditadura militar. O Brasil nunca esteve

tão comprometido com o estrangeiro do que como agora, na atual década, em que pese o sentimento nacionalista das Forças Armadas. Contudo, há de convir que é um comprometimento até certo ponto privilegiado, diante dos países vizinhos — pois está prestes a converter-se em submetrópole em relação aos demais países do cone Sul.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo o prazer.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Nobre Senador estou ouvindo — permita que o diga — o excelente discurso de V. Ex^a com muita atenção, porque sou um homem que gosta de História; aliás, desde quando era aluno interno do Colégio dos Maristas, uma das coisas que eu mais fazia era ler História, li inclusive, toda a coleção de Júlio Verne, esse maravilhoso homem que nós ainda hoje depois de velhos, gostamos de ler e que ainda faço, de vez em quando, lendo agora o original, em Francês para não perder o pouco que sei — pois sempre é delicioso. E agora, ouvindo V. Ex^a, tenho a impressão de que estou ouvindo aquilo que conta aquele maravilhoso livro, que tem tantas verdades: *As Velas Abertas da América do Sul*, livro este que é um *best-seller*, e que dá exatamente um retrato do que V. Ex^a está apresentando. Mas, meu aparte foi precisamente quando V. Ex^a disse, e se não me engano, encontrei também isto no livro do Gunnar Myrdal, em que ele diz exatamente que, nesta década, o Exército foi praticamente o elemento conservador de algumas defesas do nacionalismo e da economia do Brasil. Eu queria apenas que ficasse inserido no discurso de V. Ex^a o seguinte: que não apenas o Exército, pelo qual tenho a maior admiração, mas nós também, brasileiros, que representamos o povo no Congresso Nacional, também cientistas do maior valor, também intelectuais, professores das universidades, e digo mais a V. Ex^a, também muitos desses Presidentes que tivemos nestes últimos dez anos, que reputo, com os seus Ministros, patriotas da maior envergadura. Era apenas isso que eu queria ficasse inserido no discurso de V. Ex^a. Acho que o brasileiro é um amigo da sua terra, é um homem de coração aberto para receber os povos de todas as partes do mundo, mesmo porque somos pedaços de todo o mundo, pelas nossas filiações, pelos nossos pais, muitas vezes vindos de todas as bandas do mundo; nós nos acostumamos a gostar, a amar e a saber defender este território, da melhor maneira que nos é possível, diante de tantos problemas que este País tem que enfrentar. Era apenas isso que eu gostaria que ficasse registrado.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço e recolho a análise de V. Ex^a ao documento, como um testemunho de grande valor.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Permite, nobre Senador?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Quero, entretanto, manifestar minha discordância com V. Ex^a quando diz que os generais revolucionários presidentes foram homens de extremo patriotismo e que souberam defender os interesses nacionais. Chamo aqui à colação um depoimento que já dei, por algumas vezes, nesta Casa: o primeiro Presidente da Revolução foi Castello Branco; pois foi exatamente Castello Branco que eliminou a estabilidade, aos dez anos, que foi a maior conquista do trabalhador, desde Getúlio Vargas.

Qual foi a finalidade da eliminação da estabilidade? Foi permitir o avanço, o ingresso de grande número de firmas estrangeiras no Brasil. Todo mundo sabe que as grandes corporações americanas só trabalham, só operam, só adquirem o controle acionário de uma outra empresa, noutro país, quando não existe qualquer limitação, à demissão de qualquer empregado e a qualquer momento.

Então, foi em razão disso que o General Castello Branco, mesmo que pudesse ter intenções, até mesmo nacionalistas, terminou por eliminar a estabilidade, aconselhado pelo Sr. Roberto Campos, Ministro de então. O trabalhador foi violentado no seu mais sagrado direito, que era o direito de não ser demitido depois de dez anos de serviço, por qualquer capricho do patrão. Foi, então, suprimido esse direito; criaram essa ignomínia em seu lugar que é o Fundo de Garantia; e hoje se encontram no País milhões de brasileiros sem conseguir emprego aos 50 anos, sem respeito a nada. Não há respeito algum aos trabalhadores, na sua velhice; eles se equiparam: pode ter um dia ou cinquenta anos de empresa; podem ser enxotados da mesma forma. Há uma série de injustiças a partir de 1964, sendo que a supressão da estabilidade teve como causa o fácil acesso da firma estrangeira ao mercado nacional.

Quantas pequenas empresas brasileiras não foram adquiridas à custa de miséria? Porque em 1964 e em 1965 a pressão dos bancos era violenta; o número de protestos avassalador, o número de falências, impressionante, e então as firmas se vendiam por qualquer preço. E foi o capital avassalador que as adquiriu.

De forma que pode ter havido outra intenção, mas o resultado foi funesto como esse. De forma que esse patriotismo primário, esse patriotismo de aparência não pode mais ser aceito hoje. Um patriota é aquele que assume posição de consciência. É por isso que governar um país não é apenas bater no peito e protestar patriotismo. Sem conhecimento de causa, podem até trair os interesses do País quando pensam servi-lo.

Sei que grande dose de boa vontade existe nessas pessoas a que V. Exª se refere, mas os reflexos são esses a que assistimos: a desolação e a miséria, neste País.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — V. Exª fixou-se na figura do ex-Presidente, do grande Presidente...

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Citei apenas um exemplo, outros existem.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — V. Exª fixou-se em Castello Branco e levantou o problema da estabilidade. V. Exª está fazendo um discurso baseado em fatos históricos. Se V. Exª recuasse apenas cinco anos, para não dizer dez, teria verificado há quanto tempo vinha sendo debatido esse problema das vantagens ou das desvantagens de ter a estabilidade como era a do trabalhador brasileiro. Iria verificar, também, aqueles que combatiam em sentido contrário, mostrando os males que causava, de se ver muitas vezes homens com formação profissional realmente da melhor qualificação, não apenas entre operários, mas entre homens qualificados pelos seus conhecimentos, pelos seus cursos de treinamento ou pelas suas especializações até em cursos superiores, ficarem detidos por esse peso terrível. Isso foi debate acadêmico, digamos assim, e também de várias classes. O Presidente Castello Branco não foi pressionado nessa decisão. Faço justiça a sua memória, embora eu não tenha tido contacto pessoal direto com o seu Ministério àquela altura, mas não foi pressionado por forças estrangeiras. Foi pressionado por dados econômicos, por estudos, por apreciações...

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Por dados fornecidos por pessoas que serviam a essas forças.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Por dados de pessoas que reputo respeitáveis. E digo a V. Exª, do contacto que tive com o Sr. Presidente Castello Branco, grave e guardo, até como exemplo, a lembrança de um grande patriota, um homem que amava ao máximo esta Terra que era a sua, um homem conhecedor do sofrimento, sobretudo do seu povo sofrido do Nordeste, um homem que merece — e peço que V. Exª a acolha como um gesto de respeito à sua memória — esta defesa, porque não quero que fique no discurso de V. Exª nenhuma dúvida. Ele foi um grande patriota para se deixar pressionar por qualquer força do exterior e mesmo pelas forças internas, porque era, no íntimo e de fato, um grande comandante que não se deixava dominar, e sim, convencer, quando necessário.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Admito que possa ter havido boas intenções, mas os resultados objetivos foram esses e os interesses a que serviram não foram os dos trabalhadores brasileiros, mas a outros interesses. Voltando a um outro ponto do aparte de V. Exª, quero dizer que não houve, antes de 1964, debates pela supressão da estabilidade, e se houve, foram de vozes isoladas que não visavam, com isso, a trazer segurança e estabilidade para o trabalhador e sim para aqueles que o exploravam.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Houve muitos debates, nobre Senador, muitos mesmo...

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Jamais, numa Democracia, aquela lei chegaria a ser aprovada.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Quero dizer a V. Exª que eu mesmo participei na Confederação das Indústrias, em Federações de Indústrias, desses debates defendendo o oposto. Quero dizer a V. Exª que eu mesmo era contrário, a não ser que se criassem determinadas garantias.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Mas V. Exª jamais indicará um sindicato ou algum estamento social, que defendesse a supressão da estabilidade.

V. Exª não encontra um trabalhador, uma voz autorizada de partido que fosse favorável à supressão da estabilidade, sabido como a estabilidade foi o maior direito, porque ele envolve dignidade, quer dizer, o maior direito que o trabalhador no País já teve. Tanto é que no instante em que ela caiu, caiu a sua segurança, caiu a sua tranquilidade.

Sr. Presidente, o documento é curto e eu darei os apartes aos companheiros logo no final, porque não quero que haja perda da sua unicidade e vejo que ele está sendo ouvido com muita atenção por Senadores ilustres que haverão de, em outros pronunciamentos, o secundarem, o corrigirem ou complementarem.

Projetos arrojados como ITAIPU, Não têm um significado só interno... O seu alcance é de ordem geopolítico. Note-se que em qualquer iniciativa de independência econômica diante das metrópoles do capitalismo internacional é arduamente combatido. O exemplo típico foram as manobras internacionais contra o Pacto Andino. O interesse espúrio que está por detrás das animosidades propositalmente provocadas entre o Peru, Chile, Bolívia, Brasil e Argentina. Há um interesse no divisionismo da América Latina para enfraquecer iniciativas como as do Pacto Andino.

Outra observação importante é que hoje não se faz mais restrições de mercado quanto aos empréstimos conseguidos junto às metrópoles, desde que as compras de produtos industriais sejam feitas na América Latina. Uma vez que as multinacionais elegeram o Brasil como parque industrial, por uma série de razões, tanto faz se comprem das metrópoles ou das submetrópoles, os lucros e as transferências dos excedentes e da plus valia se dá da mesma forma.

Esta rápida análise e posicionamento frente ao subdesenvolvimento de nosso continente, levou a Bancada do MDB do Paraná a formular uma Proposta de Desenvolvimento que vise atender aos interesses internos, sem afetar ou lesar a economia e a legítima aspiração por independência dos países irmãos. Necessitamos, indubitavelmente, do apoio que nos possam prestar os países vizinhos. Acreditamos que a verdade e a ciência não conhecem fronteiras nacionais e por esta razão tomamos a liberdade de fazer nossa interpretação e apresentar nossa proposição para superar o subdesenvolvimento de nosso País, e ficaremos felizes se algo puder contribuir para a reflexão que deverá ser feita por todos os países. Enfim, ao povo de cada nação que afronta a tarefa de mudar este processo não mais aceitável e eliminar esta miserável realidade a que fomos submetidos.

Desenvolvimento Autocentrado

Entretanto, essas características gerais e acima expostas, não são para vestir um novo Estado e sim o Estado já existente, com sua história e suas tradições. A experiência vem demonstrando que a condição de país primário-exportador não se ajusta às necessidades nacionais, não beneficia as amplas massas sociais brasileiras. Nem tampouco a simples substituição dessa economia primária exportadora por uma economia primária exportadora/exportadora de manufaturados, ainda que este pólo de nossas exportações, ultimamente, tendesse a crescer rapidamente.

Nesse processo de produção e exportação, há vários problemas que precisam ser resolvidos: interessa à nação um sistema de produção que amplie ao máximo de sua capacidade, segundo os interesses e aspirações do povo brasileiro. Mas, a democracia do processo produtivo não se compatibiliza com a monopolização da estrutura produtiva. A monopolização priva da liberdade e do armazenamento não se compatibiliza com os interesses da maioria da Nação brasileira. É imperiosa uma democratização da propriedade e da produção mercantil; uma democratização da produção, do consumo e das exportações. E para isso é necessário e inadiável conferir um caráter social à propriedade e aos outros meios produtivos, através de uma reforma da organização mercantil e da ação do Estado. O Estado, como agente social, precisa deter em suas mãos os meios e instrumentos de apoio, fomento e controle da ação produtiva, da modernização produtiva à garantia do mercado de consumo e exportações. E não deve agir como intermediário da ação privada, de uma classe minoritária e de seus grupos mais atuantes que monopolizam crescentemente a produção, a distribuição, o consumo e as exportações. O governo precisa estabelecer a prioridade nacional de apoio ao produtor brasileiro, a garantia de acesso das amplas massas aos meios de produção rural. E ao amplo consumo de alimentos e bens em geral a todas as classes e setores da população. Para isso terá que definir sua linha de desenvolvimento e progresso assentados nas suas riquezas, principalmente, em suas classes trabalhadoras, em sua capacidade de produzir. Um desenvolvimento autocentrado, não de mercado. Esse modelo econômico e social é decisivo para o País. Autocentrado em sua capacidade de produção e consumo e vínculos externos de identificação com outros países que se encontram na mesma situação.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes. Fazendo soar a campainha.) — Lamento informar a V. Exª que dispõe de apenas 5 minutos para concluir seu discurso.

Creio que, assim, estou colaborando com V. Exª

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Obrigado, Sr. Presidente, já estou concluindo.

Centrar-se em "mercado" significa ajustar-se à capacidade de consumo baseada nas classes e camadas privilegiadas. Um sistema de desenvolvimento autocentrado exige, no plano externo, que o País não pretenda nem dispute hegemonias de dominação de outros países — e sim que estabeleça a prioridade das relações internacionais em relações de igualdade e reciprocidade com nações que enfrentam o problema da dependência e lutam para a sua liberdade e progresso.

Essa identificação fundamental com os países do Terceiro Mundo, aponta as prioridades nas relações externas e à frente comum que deve ser desenvolvida nas relações Norte-Sul.

Intervenção do Estado

No mundo em que a ação do Estado é ampla em qualquer economia, é difícil admitir que ainda hoje haja quem, sinceramente, acredite ser possível retornar aos velhos tempos do capitalismo competitivo e do Estado não intervencionista. A intervenção do Estado na economia é necessária e continuará crescendo. A tarefa democrática não é tentar contê-las, mas ampliar o controle popular sobre o Estado. So será possível retomar e garantir o desenvolvimento econômico do País e ao mesmo tempo elevar o padrão de vida dos trabalhadores do campo e da cidade, reforçando a soberania nacional num mundo onde se avolumam as ameaças econômicas, políticas e militares aos países subdesenvolvidos, se se adotar outro modelo. Além das reformas democráticas, nas condições brasileiras de desenvolvimento é fundamental que o Estado se aperfeiçoe e aumente a sua ação econômica, social e cultural. É preciso elevar o grau de participação do Estado, dos Estados membros e dos Municípios, mas que se supere, antes, o burocratismo artificioso que é desvirtuamento funcional do Estado. Que se elimine a crescente privatização do Estado — posto o Estado a serviço de uma classe monopolista — e que agora se completa demolidoramente com a privatização dos resultados sociais, atingidos com a ação do Estado, ao longo dos últimos anos. Porém isso ainda não é suficiente; se não houver outras medidas controladoras da atividade econômica brasileira. Entre elas a estatização do sistema financeiro — que é o perigoso agente dos interesses minoritários e monopolistas, que afetam e degradam cada vez mais a economia dependente de nosso País e as condições de vida e de trabalho do Povo.

Posição do trabalho

Na sociedade brasileira, os programas de governo vêm dando prioridade à posição do capital externo e interno. Essa mistificação, econômica e política, esconde uma atitude de opressão e exploração do trabalho que atinge a níveis intoleráveis. Toda a sociedade nacional se ressentida dessa atitude, fundada na ditadura política e na atual política econômica do governo. O grande desafio que se impõe aos brasileiros, está em colocar o trabalho em sua primazia no sistema produtivo e na valorização social. Sem esta mudança de atitudes e de políticas, a sociedade brasileira não poderá conquistar a democracia e o efetivo desenvolvimento econômico-social. As mudanças de Estado, de governo e as reformas institucionais e sociais não serão levadas a cabo sem que se apoiem no trabalho e nos trabalhadores, em primeiro lugar. Uma política social, que seja resultado e fruto da organização das classes trabalhadoras, e que eleve a participação dos trabalhadores na vida social e política é o primeiro e decisivo passo na reorganização do Estado e do governo, e na construção de programas econômicos, sociais e políticos.

Alinhamentos políticos

Os alinhamentos políticos das oposições, devem endereçar todos os esforços para um Estado Democrático, social e independente, que somente será conseguido se pudermos liquidar as leis e atos de exceção ainda embutidos na Constituição espúria e na Lei de Segurança Nacional, que reflete o espírito ditatorial do regime. A Anistia ampla, geral e irrestrita é uma batalha a ser travada contra as forças arbitrárias como condição para um processo de participação política, democrática e popular, que conduza a Nação a uma Assembleia Nacional Constituinte.

Essa é a formulação política aberta das várias classes sociais e suas relações no livre jogo de interesses e poder político. Não há antecipações arbitrárias que legitimem forças sociais e governos para que representem os efetivos interesses nacionais. A livre manifestação das classes e camadas sociais, sua própria organização com base em seus interesses e aspirações, constitui o pressuposto da legitimidade e a legalidade da organização política brasileira e do funcionamento de suas instituições. Além das medidas formais e políticas, desde já as oposições devem lutar para que a Nação supere sua depen-

dência externa. O Brasil deve ser um País independente e não apenas um País com minorias independentes, porque afinadas com interesses dos países ricos e das grandes empresas monopolistas. E somente um tipo de desenvolvimento, um "modelo econômico e social" que se assente na força, na capacidade e nos interesses e aspirações de suas amplas classes e camadas trabalhadoras, pode construir a independência e o progresso nacionais. Não só como força produtiva e distributiva, da riqueza nacional, mas como força consumidora, autodeterminada. E assim, a ampliação do mercado interno de tipo popular, deve ser o pólo de consumo; consumo ampliado de gêneros e de serviços essenciais. Não o consumo de bens supérfluos. As exportações devem ser subordinadas a políticas que levem à criação de um mercado interno de tipo popular. E essas exportações devem assentar-se, principalmente, em mercados externos sob relações democráticas e populares, quer dizer, em mercados do terceiro mundo, pelo critério preferencial de trocas, especialmente com os países da América Latina, África e Ásia. Todavia, o nível da prática produtiva e as intermediações do sistema distributivo dos alimentos, artigos e bens em geral impõe tarefas de organização popular cooperativa e de ação do Estado, como meio de fortalecer o povo, a produção e elevar o consumo de alimentos e bens sociais a toda a população brasileira.

As cooperativas de produção, distribuição e consumo, de tipo popular e não "empresarial" (de mercado) devem ser estimuladas e merecer o apoio e a garantia do Estado Brasileiro.

Sr. Presidente, é este o documento. Pode haver discordância em relação a pontos, mas no fundamental creio que o País o aceitará. Ele está sendo trazido a debate e ficará nos Anais desta Casa. O Congresso de Curitiba foi de grande proveito; esse documento foi feito por diversos Deputados do nosso Partido. É o resultado de várias idéias de companheiros nossos, que têm vivido a realidade de cada dia e que trazem a vocação para a vida pública e no coração um sentimento de amor a seu povo e à humanidade. Eu não faria justiça, ao final do meu discurso, se não prestasse uma homenagem a todos os Deputados do Paraná, ressaltando dentre eles, dois que tiveram uma participação muito direta no Conclave e que, com seus esforços, concorreram para que chegássemos ao magnífico resultado de unidade continental a que chegamos. São os Deputados Genorte Kirinos, Presidente do Simpósio e Waldir Pugliese. Ressaltamos, ainda, a do nosso líder na Assembléia, o Deputado Nilzon Romeu Sgarzi.

Sr. Presidente, muito grato pela tolerância e espero que este documento, como as coisas sérias, fecunde nesta Casa e seja, ao depois, motivo para considerações mais amplas e mais aprofundadas. Muito obrigado a todos. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LEITE CHAVES, EM SEU DISCURSO:

Brazil Herald

Editoriais

WHAT IS A LATIN?

This is just to give vent to my feelings and a way of expressing my solidarity with the people of Nicaragua:

To be a Latin American is much more than being a mystic people, savage, poor... a Latin American has learned to live with suffering and bad luck. He knows how to hope for the impossible that is always so near to becoming a reality but seldom does. He has learned to wait, smile, ponder, cry, fight. He is no stranger to misery, knowing that basically we are somehow rich. A Latin American will even die to defend his honor, an honor sometimes forgotten by many. An honour of being a human being and of being human. Of the sovereign right of a human being. The honor of being able to go hungry and to dream small dreams of a better life for our children.

And silently, as do all Latin Americans, we watch the macabre game from the grandstand. We see women and children die. Babies, neighbors, friends. All fighting and dying. We cry and wish we could help. An early death comes, precipitated. The people suffer as do all Latin Americans.

It is a victory without the sword of vengeance. A victory, a blood sacrifice. A victory of tears of happiness... melancholy tears of those who are victorious, yet sad. A true victory, of justice, of mankind.

We will not forget the blood that has been spilled... it soaks the land. This sacrifice in Nicaragua to victory and peace. This love of the people for their native land, it grows in the forests and fields. This victory, my brothers, paid for in your blood, serves as an example for all, of our heritage, who take up the sword for freedom.

May moderation and humanity light the way for your new leaders. May they embrace the true conviction of liberty. That the rights of mankind may prevail in all they do.

Finally, we Brazilians hope to see in you, Nicaragua, much more than just "A Land of Sun and Happiness". We wish you to become the "Land of Peace" as an example for all our Latin American countries. We Brazilians weep for your dead, but rejoice in your noble conquest for liberty. Certainly we, together with all our Latin American brothers, will work for your reconstruction. — **Oswaldo Emidio Silva Jr.**

São Paulo
(Jornal da Tarde)
(Letters Section)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVELÁSIO VIEIRA NA SESSÃO DE 17-8-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A situação do nosso País atingiu a um ponto onde sobram problemas e escasseiam as soluções. Para as constantes advertências que fazíamos, sobre a economia e as suas repercussões sociais negativas, obtínhamos respostas prontas, nem sempre convincentes, do tipo deixa estar para ver como é que fica.

Há quatro anos que estamos evidenciando nesta Casa que a estratégia econômica estabelecida nos últimos anos não atende aos verdadeiros interesses da Nação.

Assim chegamos a um dívida externa superior a 43 bilhões de dólares ao final de 1978, a uma inflação nos últimos doze meses próxima dos 50 por cento, a uma dívida interna federal acima dos 371 bilhões de cruzeiros, em abril último, segundo Banco Central, mas calculada em torno dos 500 bilhões pelo Ministro da Indústria e do Comércio, sem contar a crise no abastecimento que obriga o País a importar arroz, feijão, milho, alho, leite, carne, trigo, soja, no valor que se aproxima, este ano, de dois bilhões de dólares, segundo o Dr. Paulo Viana, Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, em depoimento prestado há dias, na Câmara Federal.

É grave a situação atual, a qual tende a ganhar cores ainda mais sombrias, frente a diversos acontecimentos recentes, mas capazes de desdobramentos futuros de profundas conseqüências. Previsão recente, oriunda da revista *Conjuntura Econômica* de maio último, projetou as exportações brasileiras em 14 bilhões, 670 milhões de dólares. Não resta dúvida que é um valor respeitável, quando sabemos que uma década atrás, quer dizer, em 1969, exportávamos 2 bilhões, 311 milhões isto é, seis vezes menos. No entanto, a previsão também que em 1979 parte significativa do resultado das exportações, perto de 50 por cento, serão absorvidos pelas importações de petróleo e derivados, quando em 1969 esta relação era de 10 por cento, aproximadamente.

De outro lado, em 1978 as despesas com o serviço da dívida externa foram de 8,5 bilhões de dólares, havendo motivos de sobra para acreditar que ultrapassem os 10 bilhões no ano em curso. Se não, vejamos. Estimativa do Banco Central do Brasil, publicada no Boletim de junho dessa autarquia, calculou o total de amortizações para 1979 em 5,927 milhões de dólares. A uma taxa de juros de 9 por cento ao ano (na verdade é um pouco mais), a dívida total a 31 de dezembro de 1978, de 43,5 bilhões de dólares, resultaria num pagamento de 3 bilhões, 915 milhões de dólares. Somando juros e amortização estimados chegamos a quase 10 bilhões de dólares.

Só com petróleo e derivados e o serviço da dívida temos aí uma despesa em torno de 17 bilhões de dólares, ao final do ano.

Se considerarmos ainda mais o déficit de serviços correspondente a outras despesas que não os juros da dívida externa, o total de 17 bilhões chega quase aos 19 bilhões de dólares, sem contarmos com outros pagamentos, também necessários, de perto de 9 bilhões de dólares, com aquelas importações igualmente imprescindíveis, de alimentos, matérias-primas, bens de capital e outros.

Não será demais, Sr. Presidente, admitir uma elevação da dívida externa pelo menos da ordem da que ocorreu em 1978, de 35,8%. É a bola de neve na marcha veloz tornando a nossa soberania cada vez menor.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o nobre Senador Agenor Maria, do Rio Grande do Norte.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Eu perguntaria a V. Exª se, essa base de 30,8, quanto era dívida de 1978 e quanto é a dívida de 1979. Só isso.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — A nossa dívida, em 1978, chegou a 43 bilhões e meio. Naquele ano, houve um crescimento de 35,8%, que se repete agora. Nos três anos anteriores, 1975, 1976 e 1977, foi de 23% o crescimento da dívida externa, em cada ano.

Esses números evidenciam que se constituiu uma bola de neve, cada vez maior e mais robusta, a retirar a nossa soberania, pois, para contrairmos novos empréstimos, temos que fazer novas e maiores concessões internas, provocando a desnacionalização deste País.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o nobre Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Quero dizer que a dívida externa aumentava, duplicava, de quatro em quatro anos, segundo o crescimento que se vinha verificando. E agora, pelos novos índices, a duplicação se dará, praticamente, de três em três anos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Perfeito.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Pois não.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Nobre Senador Evelásio Vieira, desejava saber de V. Exª qual a percentagem do risco do dinheiro emprestado? Eu tomei conhecimento de que na proporção em que se está aumentando a nossa dívida, estão aumentando os percentuais dos juros sobre os empréstimos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Tudo depende do credor e das concessões que são realizadas aqui; às vezes não é interessante a um país cobrar juros maiores pelo financiamento, mas receber concessões especiais. De forma que há variações nas taxas. Assim, chegaríamos ao final de 1979 com um endividamento externo de 59 bilhões de dólares. Aceitando, porém, que haja um dispêndio de 3 bilhões das reservas hoje existentes, esse valor para a dívida externa ficaria em 56 bilhões, ou um pouco menos, em 55 bilhões de dólares, o que não deixa de ser um valor extremamente elevado.

Ao lado disso, também com profundas repercussões, temos uma dívida interna que cresce igualmente de maneira acelerada. Durante 1978, os compromissos do Tesouro Nacional tiveram um aumento de aproximadamente 49 por cento, enquanto os resgates desses títulos, sem o lançamento de novos, torna-se cada vez mais difícil, uma vez que elevados superávits orçamentários são improváveis em 1979, ou nos anos seguintes.

Do mesmo modo que vinha ocorrendo com a dívida externa, aquela contraída no interior do País adquiriu um vigor que lhe é próprio, específico, pois a mesma entidade, que sanciona a inflação com emissões, lança títulos no mercado para reduzir nele a quantidade de moedas. No entanto, os títulos públicos não são adquiridos sem vantagens para aqueles que dispõem de recursos para tanto. E estas despesas são um custo a que o Tesouro Nacional deve responder, mais dia, menos dia.

Ainda recentemente, o Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, reconhecia, segundo o *Jornal do Brasil*, de 4 de agosto, que a metade da dívida interna pública, que calculou em 500 bilhões de cruzeiros, é composta de Letras do Tesouro Nacional de curtíssimo prazo, sendo o Governo obrigado a girar estes recursos, o que eleva a taxa de juros — e por outro lado aumenta as obrigações do Tesouro Nacional, acrescentamos.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — E o prazo vai encurtando cada vez mais.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Exatamente.

Não bastasse o desequilíbrio externo, não fosse já demasiada a dívida interna pública, um outro fantasma reforça-se por todo o território brasileiro e, ao tempo em que aprofunda a desigualdade social, pois ataca primeiro o poder aquisitivo dos mais pobres, desorganiza a vida nacional, pela inquietação trazida pelos seus altos índices, tanto às autoridades da área econômico-financeira quanto aos empresários.

Uma pequena inflação pode ser até, não vamos negar isso, estimulante à atividade empresarial, e portanto capaz de gerar emprego. No entanto, quando os índices crescem cada vez mais e fogem ao controle, a situação muda de figura. Aí as coisas se complicam seriamente, Sr. Presidente.

Agora mesmo o jornal *O Estado de S. Paulo* anuncia que o custo de vida na cidade do Rio de Janeiro, que é tomado oficialmente como um indi-

cador nacional, deverá aumentar de 5,8% em agosto, ou seja, no mês corrente, segundo previsão feita com base nos dados apurados pela Fundação Getúlio Vargas. A informação é de ontem, e não é para causar satisfação, pois desde o último pacote de abril, de pseudocontrole inflacionário, e mesmo antes, estávamos certos de que somente um processo de reforma estrutural é capaz de repercutir positivamente em nosso País, reduzindo a inflação e a dependência externa.

É preciso uma reformulação estrutural em nossa economia, porquanto todas as "sábias" medidas monetaristas não resolveram; pelo contrário, causaram maiores problemas econômicos e, por consequência, sociais. No entanto, Sr. Presidente, as tímidas medidas tomadas até o momento deixam muito a desejar. As alternativas energéticas, voltadas para a exploração de recursos naturais existentes em nosso território, andam a passo de tartaruga, enquanto o preço de um barril de petróleo alcança valores que se tornam proibitivos. Novamente são admitidos incentivos às exportações, quando sabemos que estas, especialmente quando de produtos manufaturados, e até mesmo produtos agrícolas, ocorreram por força da redução do mercado interno do País pela injusta política salarial imposta aos trabalhadores, que agora manifestam, ainda que desorganizadamente, em alguns casos, a sua insatisfação.

Greves em Minas Gerais, Porto Alegre, São Paulo, Rio, Goiás, Santa Catarina e outros pontos do País, estão a revelar, a confirmar as nossas palavras.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — V. Exª permite, nobre Senador?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Pois não.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — E o Governo reiteradamente anunciando a disposição de alterar as diretrizes da política salarial sem nada fazer de concreto. Por várias vezes, o Ministro Murilo Macedo anunciou, realmente, a disposição do Governo em alterar esses critérios, e, decorridos já cinco meses do atual Governo, nada se fez de positivo para estabelecer uma nova sistemática, direcionando a política salarial do País.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — E não é por falta de iniciativa, por falta de advertência ou por falta de lembrança; esta Bancada, o Senador Marcos Freire e V. Exª têm inclusive apresentado projetos no sentido de se reajustar, periodicamente, os salários, para se evitar a defasagem de rendimentos dos trabalhadores em relação à compra do essencial para a sua subsistência.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Senador Evelásio Vieira, escutando V. Exª, e agora o aparte do Senador Mauro Benevides, temos percebido que o Governo continua a dizer as mesmas coisas por formas diversas. Eu diria que o Governo está usando aquela linguagem da tautologia. Não se processa uma reformulação estrutural, como bem disse V. Exª. Ainda há pouco, citando os dados do Rio de Janeiro, que são os dados oficiais que servem de base para todo o País, recorde-me, face à grave situação que atravessa o meu Estado, que, nos últimos doze meses, o custo de vida na Capital de Minas Gerais já atingiu perto de 60%.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Perfeitamente correto. As medidas que foram adotadas não resolveram nada; pelo contrário, os problemas estão se aprofundando. Se quisermos diminuir as tensões inflacionárias, se quisermos reduzir o nosso endividamento externo, nós temos que proceder a uma reforma na estrutura econômica deste País. Sabemos que essas medidas não vão apresentar o resultado imediato que desejamos, mas sim a médio prazo. É preciso adotar-se, com urgência, essas medidas. Mudar a nossa estrutura econômica, porque a continuar como vai é permitir o crescimento, no País, desses problemas de ordem econômica e social.

É importante que haja, da parte daqueles que conduziram tão desacertadamente a política econômica brasileira, um pouco de imaginação e sensibilidade, para que possam, neste momento difícil, buscar o equilíbrio nas negociações salariais. É preciso atender às demandas dos trabalhadores, encontrando a solução para os graves problemas do País na mudança da base do modelo, bem assim no estabelecimento de uma estratégia nacional clara, que contemple os anseios da maioria da população. E aqui está, como sempre esteve, o Movimento Democrático Brasileiro a prestar a sua grande colaboração.

Sr. Presidente, não resta dúvida de que chegamos a um momento em que se torna necessário parar para pensar. A explosão de greves em que a espontaneidade oculta até mesmo as lideranças potenciais merece uma análise atenta. Mesmo que se queira, não há com quem dialogar, reconhecem muitos daqueles que se debruçam sobre o problema. E isto, é preciso dizer, é grave; é muito grave.

Muitos se dão conta de que é fácil planejar uma economia, mas que o homem obedece a motivações muito definidas, comuns a todos, que brotam aqui e ali, e irrompem por toda a parte.

O modelo falhou, porque o econômico somente prospera quando o social é atendido pelo menos naquele mínimo de exigências próprias a cada indivíduo.

Agora cabe estabelecer uma diretriz que seja capaz de revigorar o País, buscando, num pacto de todas as forças vivas, estruturar um programa, cujos resultados não serão obtidos num curto prazo, mas que seja capaz de contar com a confiança de todos e a participação necessária.

Cabe preservar a pequena e média empresa brasileira, criando um modelo de desenvolvimento destinado a produzir benefícios para o País e não às multinacionais. Ainda que compreendamos a importância do capital estrangeiro, cuja eficiência tem sido comprovada em diversos setores fundamentais, não excluimos também a rigorosa vigilância nacional sobre aquelas atividades das quais participem empresas originárias do exterior. Esta é a nossa opinião pessoal.

Igualmente, tanto em função do mercado interno quanto para atender à exportação, acreditamos que cabe à agricultura o papel prioritário. Somos um País de vasta extensão, com áreas vocacionadas para a agricultura e a pecuária, com um clima excelente e um povo trabalhador, portanto, com todas as condições de obter uma produtividade agrícola capaz de sustentar um vigoroso esforço de desenvolvimento.

Até agora, Sr. Presidente, a agricultura tem correspondido, em que pese a pouca atenção governamental. Mas, para a nova etapa que vislumbramos, o apoio tem de ser muitas vezes maior, na forma de tecnologia e recursos financeiros, para instrumentá-la adequadamente, a fim de tornar este País uma verdadeira potência em alimentação.

Reconhecemos o acerto de algumas medidas aprovadas recentemente para o setor, que precisamos de fato ser postas em prática, para que, a partir dos seus resultados, possamos avaliar o alcance de cada uma delas.

É importante reconhecer também que o novo modelo tenha um conteúdo social bastante definido e que não só seja garantido ao homem brasileiro o emprego, mas também, e principalmente, o salário compatível a uma existência em que casa, comida, educação, saúde e lazer sejam sóbrias, mas pelos menos dignas.

Sr. Presidente, os últimos acontecimentos ocorridos em nosso País, desde os movimentos sociais até a reformulação ministerial, demonstram que o equilíbrio deixou de existir.

As grandes maiorias do nosso povo sofrem com a inflação e reagem, na forma de reivindicações econômicas bem definidas. Quanto a isto, creio que todos estão de acordo, pois os índices oficiais de reajustamento de salários estão de fato distantes da realidade dos preços pagos pelos consumidores, em qualquer parte do País.

No entanto, na área do Executivo federal, há evidente falta de comando. O Ministério do General Figueiredo, nem bem completou os seus cento e cinquenta dias, ficou irremediavelmente dividido. A saída do Ministro Simonsen está revelando que muito estava oculto, no que respeita a divergências de opiniões sobre a condução dos negócios econômicos.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com muita honra!

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Essas divergências são tão flagrantes que, tão logo assumiu o novo Ministro do Planejamento o Sr. Delfim Netto, uma de suas primeiras preocupações foi anunciar o tabelamento dos juros, que nunca encontrou guarida no Ministro anterior, por que S. Exª o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen sempre se negou a tomar uma medida dessa natureza, apesar dos reclamos repetidos que eram feitos não só no Senado Federal, como na Câmara dos Deputados.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado, Senador Humberto Lucena, pela contribuição de V. Exª.

De outro lado, a ânsia de popularizar o nome do General Figueiredo leva-o a perder todo um dia para saber o nível de preços de produtos hortigranjeiros.

Cabe a um *Secretário de Abastecimento Municipal* essa missão de indagar o custo do produto na fonte, o custo final ao consumidor, e não a um *Presidente da República*, que se desloca com uma grande comitiva para um dia todo ficar na Cidade de São Paulo, visitando Feiras Livres.

O General está preocupado com IPOPE, e, daí, aceita o recurso fácil do êxito momentâneo, esquecido de que a adesão profunda a um governante requer muito mais o exemplo dos atos do que gestos rocambolescos ou palavras recitadas de cor.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com muito prazer.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Nobre Senador, V. Ex^a tem toda a razão nas considerações que vem fazendo. Num país como o nosso, com o complexidade a agudeza dos nossos problemas, é quase inacreditável que o Presidente da República deixe o seu gabinete de trabalho — onde deveria estar equacionando as grandes questões nacionais — para ir fazer o papel de fiscal de feira de mercado — é incrível mas, dolorosamente, é verdade. Se Sua Excelência — quem sabe? — dizem que teve um êxito momentâneo, porque os preços afixados baixaram naquelas 24 horas — talvez Sua Excelência estivesse melhor, mesmo, se assumisse a Presidência da SUNAB. Mas, nobre Senador Evelásio Vieira, a situação é tão atabalhoada que, há poucas semanas, o Presidente da República e o seu Ministério assumiam os canais de televisão, para assustar a Nação com o termo de "economia de guerra". E agora, passados já alguns dias, com a substituição do Ministro do Planejamento, o que nós vemos? É o novo Ministro assumir a pasta com outra postura, querendo, abruptamente, incutir otimismo e convocar os empresários deste País para prepararem as suas máquinas e os seus arados, porque a orientação agora já é outra — é o de resolver o problema da inflação através de um política desenvolvimentista. Logo, diametralmente oposto à que, há algum tempo, num curto período, se anunciava à Nação. Portanto, esta Nação não pode ter confiança, não pode oferecer crédito a esse Governo. É um Governo que, tendo sido escolhido um ano e seis meses de antecedência, e se dizendo sucessor de outros Governos que se impuseram não pela vontade do povo mas pela força das armas, este Governo está, como nós estamos vivendo, mergulhado na perplexidade, na confusão. Portanto, lamentavelmente, um país como este assiste coisas dessa ordem: um Presidente da República que não foi eleito pelo povo, mas que já era escolhido com um ano e meio de antecedência, o que não possibilitou que se preparasse para assumir a Presidência. Então, deixou o seu palácio para ir fazer atos demagógicos, como este a que V. Ex^a acaba de referir. Parabenizo V. Ex^a com mais este pronunciamento sério e profundo, como costuma fazer nesta Casa.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — V. Ex^a levanta um outro aspecto muito importante e que tem sido um agente a causar maior distúrbio ainda a este País, principalmente no setor econômico V. Ex^a sabe melhor do que nós que desenvolvimento é estado de espírito. Para um homem, individualmente, ou um conjunto social, é preciso que, no cumprimento de qualquer missão, tenhamos um estado de espírito bom, que estejamos marchando com segurança, com tranquilidade. Os comandantes têm obrigação de estabelecer linhas definidas.

Neste País, isso não ocorre. Veja V. Ex^a que o novo Governo, logo que começou a operar, estabeleceu como prioridade a agricultura; daí a pouco, a prioridade foi o combate à inflação; mais tarde, a prioridade número um passou a ser a crise energética e também o endividamento externo. Há uma mudança constante. Veja V. Ex^a, os empresários brasileiros vivem constantemente sem poder tomar posição em relação à expansão das suas indústrias, dos seus negócios, por falta de firmeza do Governo.

Agora, existe no Brasil um clima de expectativa, para se saber se o Sr. Delfim Netto vai repetir a mesma postura que ele adotou nos Governos Costa e Silva e Médici, ou se ele vai agora, como superministro, estabelecer outras normas de ação para o campo econômico e social. Isso tudo tumultua, como tumultua, também, a indecisão do Governo nas questões de acaba ou não acaba com os partidos, procede ou não procede à reformulação partidária.

Isto, também, Senador Marcos Freire, vem criando problemas sérios a se refletirem profundamente na economia brasileira, em todos os setores. É mais um dado a revelar a desorientação deste Governo, que não tem um verdadeiro timoneiro.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Porque, se tivesse, as coisas estariam claras, estariam definidas no campo político, no campo econômico, no campo social, em todos os campos.

Desgraçadamente, o Governo está atônito, está desapontado.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — E com isso, sofre toda a Nação.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Ele patrocina a confusão. Hoje, é o próprio Ministro da Justiça quem vem defender prorrogação de mandatos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Perfeito.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — É incrível e lamentável.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — É. Ouço o Senador Lomanto Júnior.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Nobre Senador Evelásio Vieira, não vejo nenhuma incoerência. V. Ex^a afirmou que nós não temos um timoneiro; efetivamente, não procede a sua afirmação. Nós temos um Presidente cômico de suas responsabilidades, preocupado com os problemas graves que tem que enfrentar, seguro das suas decisões. Criticar-se o Presidente porque ele, ao tempo em que elege como prioridade, como meta número um do seu Governo, a agricultura e, ao mesmo tempo, anuncia o combate à inflação, não vejo nada que possa chocar; ao contrário, a prioridade para a agricultura tem como objetivo principal ser um dos instrumentos válidos para atenuar o problema inflacionário. Não vejo, portanto, nenhuma incoerência nessa atitude ou nessa posição do Governo; ao contrário, o Governo vem se mantendo naquela mesma posição inicial: combate à inflação, elegendo como meta principal de sua atividade administrativa a agricultura, o incentivo à agricultura. E quando o Ministro Delfim Netto assume o Governo e anuncia, convoca e estimula, numa frase, os agricultores para que movimentem os seus tratores e os seus arados, não há dúvida alguma de que essa convocação é uma palavra de estímulo, de encorajamento e um anúncio que traça o objetivo de sua atuação. Criticar-se o Presidente da República porque vai verificar pessoalmente o preço nas feiras, identificar-se com o povo, por quê? Qual o crime que cometeu o Presidente? E qual o tempo que perdeu em ir em contato com aqueles hortigranjeiros, demonstrar ao povo o seu interesse, a sua total preocupação com os problemas que afligem a população de baixa renda? Não vejo portanto a razão de crítica ao Presidente, por assim proceder. Permita-me V. Ex^a discordar da posição, das considerações do seu discurso, eu, que sempre o ouço com muita atenção e tenho grande respeito por V. Ex^a, porque realmente aborda com seriedade, com propriedade os problemas nacionais, hoje esteja a discordar da posição colocada por V. Ex^a. Até agora, V. Ex^a não encontrou nenhuma incoerência por parte do Senhor Presidente da República, nesse seu comportamento ou no comportamento abordado aqui por V. Ex^a.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — O Governo assumiu, anunciando que a sua prioridade número um seria a agricultura; aceitamos. Seria de combate à inflação; aceitamos. Mas, em seguida, anunciou como prioridade o desenvolvimento de alternativas energéticas, que estão marchando a passo de tartaruga. Anuncia o Governo de V. Ex^a, em seguida, prioridade também número um, combate ao endividamento externo, cada vez maior. Agora, o Governo, através do seu principal arauto, superministro Delfim Netto, anuncia que quer desenvolvimento com inflação. Ora, nobre Senador, não é possível atacar todos esses pontos simultaneamente. Como poderemos combater a inflação, se queremos ao mesmo tempo rápido desenvolvimento econômico? Como poderemos ter esse desenvolvimento sem importar matéria-prima, insumos necessários a esse desenvolvimento, sem buscar tecnologia externa? Como poderemos aumentar nossas exportações, se não aumentarmos os financiamentos subsidiados, que chegam à ordem de 300 bilhões de cruzeiros, o que é um dos grandes vetores nas tensões inflacionárias? Não será dessa maneira que o Governo de V. Ex^a vai alcançar essas metas.

E por que isso acontece? Porque o Presidente da República, ao invés de se dedicar mais à eliminação desses problemas, se preocupa mais em ir à feira, em São Paulo, em ir ao Maracanã, assistir o jogo, depois vai ao hipódromo, assistir corridas de cavalo, depois vai ao boteco, conversar com "a" ou "b", depois volta ao Rio de Janeiro. Hoje, o Presidente da República, em fim de semana, está mais fora do que em Brasília.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Estou desconhecendo o Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Estou registrando fatos verdadeiros; ou V. Exª nega...

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Estou desconhecendo o Senador, numa análise que não corresponde ao seu comportamento, à sua posição coerente, à análise séria, sempre feita por V. Exª. Hoje, estou desconhecendo o Senador que tanto admiro nesta Casa.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Estou registrando fatos. O Presidente da República, praticamente, tem estado mais fora de Brasília, em viagens...

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA BA) — Não diga isso!

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — ... e não registrei que Sua Excelência perdeu uma tarde num churrasco de aniversário — no interior do Estado do Rio. Parece-me que a hora é tão séria, tão grave, que o Presidente deveria estar permanentemente comandando seus Ministros...

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — É o que está ocorrendo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — ... para resolver os problemas; mas, ao contrário, está embarcando novamente para o Rio de Janeiro, para passar lá o fim de semana, e voltar só na segunda-feira.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — V. Exª acha que Sua Excelência vai passar o fim de semana? Vai trabalhar no Rio de Janeiro.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Deveria estar com os seus Ministros, resolvendo os problemas nacionais.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Sua preocupação está voltada para os problemas nacionais. Não faça essa injustiça ao Presidente da República, que está desenvolvendo um esforço enorme, está se sacrificando, como, aliás, é do seu dever, para a solução dos graves problemas que afligem a Nação. E ele está consciente desses problemas. Quando V. Exª, há pouco, aludiu que o Presidente foi à televisão, o Presidente advertiu a Nação, falou a verdade, dizendo das dificuldades, pediu austeridade. E, ao mesmo tempo, quando o Ministro Delfim Netto dá uma palavra de otimismo, isso significa que há, realmente, sintonia: precisamos austeridade para combater a inflação, mas precisamos, sobretudo, de desenvolver a nossa agricultura a fim de que ela seja um instrumento válido no próprio combate à inflação.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — É, ele está agindo tão sério que, ainda há dias, recebeu, demoradamente, uma dupla de caipiras, não sei se era Tonico e Tinoco ou outra, e agora vai receber Salomé. Governo de austeridade!...

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Senador Evelásio Vieira, V. Exª deveria perguntar ao Senador Lomanto Júnior, que disse estar desconhecendo V. Exª, hoje, na tribuna, como é que o Governo respondeu à política especulativa do óleo diesel e do aumento do óleo combustível. O Ministro do Governo foi à televisão, confessou a política especulativa, no dia seguinte o Conselho Nacional do Petróleo baixou uma portaria aumentando o óleo diesel. E, no entanto, quiseram proibir os pequenos carreteiros de Minas Gerais a aumentar os seus fretes. Isso é política de austeridade?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — No entender do Senador Lomanto Júnior, sim.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o Senador Marcos Freire.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — O retrato que V. Exª traçou não tem nada de caricato. Estava-se no bojo da pior crise que o Governo atravessou, com a demissão do Ministro do Planejamento, e Sua Excelência estava bancando o fiscal de feira lá em São Paulo. O Senador Lomanto Júnior se esparramou de elogios ao Ministro Delfim Netto e chegou até mesmo a dizer que ele assumiu o Governo — não sei se é equívoco, não sei se foi premonição, não sei, enfim, se assumiu de fato.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ele está certo, assumiu de fato.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — O que me admira é que não tenha havido da parte do Senador Lomanto Júnior uma só palavra...

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — É conhecido o seu estilo agressivo aqui nesta Casa...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Está com a palavra o Senador Marcos Freire.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Muito obrigado. Pois o que me admira é que haja tantos encômios ao novo Ministro Delfim Netto e nem uma palavrinha sequer, nem que seja a título de necrológio, para o Ministro renunciante, que há um mês esteve nesta Casa e o próprio Senador Lomanto Júnior e seus companheiros foram a ele e se esparramaram de elogios: era o homem que tinha a chave da solução dos problemas nacionais, na economia de guerra, sacrifício... Agora, chega o outro Ministro, sucessor do Prof. Simonsen, dizendo: não há crise; vamos resolver tudo. Tratores e máquinas deste País, preparem-se para produzir... de repente, tudo muda! Será que é por coisas como essas que já se disse que este não é um País sério?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Perfeitamente.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Senador Evelásio Vieira, permite um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço V. Exª

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Senador Evelásio Vieira, estranho mais uma vez a intervenção do meu nobre colega, representante de Pernambuco, quando ele procura gracejar, procura até colocar a personalidade de um Ministro em termos de chacota, como acaba de fazer. O Ministro Simonsen cumpriu o seu dever...

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Muito bem! Até que enfim V. Exª se referiu a ele.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Cumpriu o seu dever e se não fiz essa referência anteriormente, foi porque o seu nome não foi trazido a debate. Cumpriu o seu dever até o momento em que ele achou que deveria entregar — é um problema de foro íntimo, de decisão pessoal que nós não podemos analisar. O Ministro Delfim Netto assumiu a pasta.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Ou assumiu o Governo?

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Assim é difícil debater com V. Exª

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Tenho prazer em debater com vários dos eminentes colegas, seus companheiros. Primeiro, V. Exª parece desprezar o debate, repelir sempre o diálogo. Todas as vezes que pedimos um aparte ou V. Exª considera longo ou interrompe, por isso é que deixarei debatendo com o eminente Senador Evelásio Vieira, de que não quero tomar o seu precioso tempo, mas quero dizer a V. Exª o seguinte: o Ministro Delfim Netto assumindo a Pasta do Ministério do Planejamento vai dar continuidade à política do timoneiro que está à frente do Governo, de combate à inflação, de estimular a agricultura como um dos instrumentos válidos para o combate a esta inflação, a fim de que possamos vencer, e vamos vencer, a crise que assola o País, porque este País tem um potencial muito grande. E, inclusive, vamos vencer — faço justiça — com a contribuição, inclusive, do Senador Evelásio Vieira que, quantas vezes aqui, e hoje estou estranhando, tem trazido a sua colaboração com uma crítica construtiva, séria e, sobretudo, serena a respeito dos problemas que afligem o País.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Faz 15 anos que se ouve essa cantilena, nobre Senador, sem que resolvam esses problemas.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Tenho sempre grande sensação em estabelecer diálogo com todos os colegas nesta Casa.

O Senador Marcos Freire, não apenas nos seus pronunciamentos, mas nas suas intervenções, particularmente conosco, tem sido sempre de uma correção magnífica, de uma grande elegância, de uma grande educação. Sempre interveio e sempre o ouvimos se manifestar nesta Casa com seriedade, com objetividade, com muito talento e, sempre, com o propósito firme de prestar a sua colaboração ao desenvolvimento desta Pátria. Não poderia, por isto, nesta ocasião aceitar as colocações feitas pelo Eminente Senador Lomanto Júnior.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Nobre Senador Evelásio Vieira, concede-me um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o Senador Aloysio Chaves.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Nobre Senador Evelásio Vieira, não apenas com relação às colocações que V. Ex^a fez, mas sobretudo com relação às observações introduzidas no pronunciamento de V. Ex^a, também em nome da Maioria, quero repelir a maneira como foi referida a pessoa do Eminentíssimo Presidente da República, como se fosse um homem empenhado numa campanha vulgar de adquirir notoriedade à base de um populismo, des preocupando-se inteiramente dos seus encargos como Chefe de Estado, Presidente da República. Pequenas coisas, miúdas, foram captadas e apresentadas ao Senado como se estereotipassem um comportamento inusitado ou quase escandaloso. Dizer-se que o eminente Presidente da República compareceu ao hipódromo nacional — não vou citar precedentes neste País e no exterior — é apenas desprezível o argumento. Dizer-se que o Senhor Presidente da República vai passar fim de semana no Rio de Janeiro, como conduta censurável, é um despautério. Nenhum chefe de Estado, nenhum homem público, neste País, pode repousar no fim de uma semana; não tem direito ao lazer, ou a um pequeno descanso no seio de sua família ou onde ele desejar fazê-lo. V. Ex^a encontra outros chefes de estado desfrutando do lazer em residências oficiais, como os Estados Unidos, em campos Davis, pois este é apresentado como padrão de democracia. V. Ex^a vê que se criticou aqui o eminente Presidente da República por receber artistas, artistas populares de rádio, artistas de televisão. Grandes esportistas têm sido recebidos pelos presidentes de vários países, no nosso continente e fora do nosso continente. Na Grã-Bretanha, que é, para muitos um padrão de austeridade, a Rainha recebeu as mais expressivas figuras do *rock and roll* ou da música popular e os condecorou, em nome do Império Britânico. Ninguém censura esses fatos. Mas, se o Presidente da República recebe artistas nacionais de projeção, que têm, realmente, um conceito muito grande, porque são extraordinários intérpretes da música, da arte, neste País, é censurado. Não vejo como se pode chegar a uma crítica da política econômica do Governo, através desse processo de retaliação pessoal, com o qual a Maioria não está absolutamente de acordo e, neste momento, repele as referências desairosas, incabíveis, feitas aqui à figura do eminente Presidente da República.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — V. Ex^a repele, mas confirma tudo o que acabei de dizer, e mais aquilo que eu não disse, de o Presidente sair e ir dançar com as morenas do Sargentelli. Não fica bem para um Chefe de Estado, para um Chefe da Nação, se expor a esse nível. Esta é uma ação que não condiz.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Não é exato o que V. Ex^a está declarando. Inclusive tive participação nesse encontro social e adianto que

esse fato não ocorreu. V. Ex^a está fazendo uma afirmativa e peço a retifique. O Presidente da República não dançou com as mulatas do Sargentelli, não o fez. A afirmativa não é verdadeira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Aliás, já está sendo copiado, porque o Governador de Minas Gerais, o Sr. Francelino Pereira, também já está saindo pelas ruas de Minas a dançar com as morenas mineiras, e isto é um mau exemplo. A que ponto estamos chegando!

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Veja V. Ex^a, nos países moralistas, ou que apresentem padrões de moralidade, como a Romênia, a Tchecoslováquia, a Rússia, ali os Chefes de Estado dançam com populares, na rua, com o povo. E esse ato não é censurado. Se o Governador de um Estado, numa festa eminentemente popular, aceita o convite de uma sua conterrânea e sai, na presença do povo, de uma maneira respeitosa, dançando com essa cidadã, então é motivo de escândalo. Não vejo, nobre Senador, como esse fato possa contribuir, quer para a elevação dos debates nesta Casa, quer para o esclarecimento dos problemas nacionais. Cheguei a ouvir aqui uma observação que me deixou estarrecido. Atribuiu-se à eminente figura do mundo contemporâneo que foi o Presidente De Gaulle uma frase que ofendeu a sensibilidade nacional, os brios nacionais. Ele teria dito, e afinal se esclareceu que a frase não fora do então Presidente De Gaulle, que o Brasil não era um país sério. Infelizmente ouço essa declaração dos lábios de um parlamentar brasileiro neste Senado da República.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Estou só registrando fatos, fatos que provavelmente V. Ex^a, como Governador do Pará, jamais cometeu.

Prossigo, Sr. Presidente, e Srs. Senadores.

Admitamos, só para argumentar, que o General Figueiredo como pessoa vá bem, que esteja agradando, mas é certo também que o Governo vai mal, e vai mal exatamente por falta de quem governe, pois quem viaja para ver jogo de futebol, para passear em feira-livre, para receber Salomé ou ir tomar café em boteco, não tem tempo para governar. Fica o vazio e alguém tem de preenchê-lo.

Se fomos polêmicos, é porque o momento brasileiro assim o exige. É preciso que tenhamos, de uma vez por todas, a capacidade de perceber que outros são os tempos, e que o problema da economia brasileira é estrutural, porque, se fosse meramente conjuntural, a crise de 1973, decorrente da alta dos preços do petróleo, não estaria atuando até agora sobre o País. E a crise estrutural alcança tudo, até mesmo a forma de exercer o poder. O momento é de profundidade e requer, sobretudo, espírito crítico, para saber onde estão os erros e admiti-los. (Muito bem! Palmas.)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Delegação Legislativa nº 02, de 1979 (CN), que "propõe delegação de poderes ao Senhor Presidente da República para elaboração de lei instituindo normas fundamentais para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e determina outras providências".

1ª Reunião (INSTALAÇÃO), realizada em 3 de agosto de 1979.

Aos três dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dez horas e trinta minutos, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Mendes Canale, Passos Pôrto, José Lins, Jutahy Magalhães, Affonso Camargo, Almir Pinto, Dirceu Cardoso e Deputados Simão Sessim, Pedro Germano, Diogo Nomura, Afrísio Vieira Lima, Newton Cardoso, Pedro Faria e Freitas Diniz, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Delegação Legislativa nº 02, de 1979 (CN), que "propõe delegação de poderes ao Senhor Presidente da República para elaboração de lei instituindo normas fundamentais para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e determina outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Milton Cabral, Evandro Carreira, Evelásio Vieira, Orestes Quêrcia e Deputados Vilela Magalhães, Nelson Morro, Hélio Duque e Ralph Biasi.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Pinto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental do Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Senhor Deputado Simão Sessim para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Dirceu Cardoso	12 votos
Senador Evelásio Vieira	02 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Passos Pôrto	11 votos
Senador Jutahy Magalhães	03 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senadores Dirceu Cardoso e Passos Pôrto.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Dirceu Cardoso agradece em nome do Senhor Senador Passos Pôrto e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Afrísio Vieira Lima para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Sarres de Almeida, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1979 (CN), que "revoga o inciso II do artigo 55, que permite ao Presidente da República expedir decretos-leis sobre finanças públicas, inclusive normas tributárias".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 1979

Aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Gastão Müller, Jorge Kalume, Almir Pinto, Jutahy Magalhães, Lázaro Barboza, José Richa e Deputados Milton Figueiredo, Ângelo Magalhães, José Carlos Fagundes, Saramago Pinheiro, Antônio Mazurek, Henrique Turner, Ruy Codo, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1979 (CN), que "revoga o inciso II do artigo 55, que permite ao Presidente da República expedir decretos-leis sobre finanças públicas, inclusive normas tributárias".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Vicente Vuolo, Raimundo Parente, José Lins, Cunha Lima, Amaral Peixoto e Deputados Roberto Carvalho, Ernesto de Marco, Walter Garcia e Joel Lima.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente da Comissão, Senhor Senador José Richa, abre os trabalhos, comunicando o recebimento dos Ofícios das Lideranças da ARENA, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, propondo as substituições dos Senhores Senador Benedito Ferreira e Deputado Adolpho Franco, anteriormente designados, pelos Senhores Senador Gastão Müller e Deputado Antônio Mazurek, respectivamente, para integrarem a Comissão.

Propõe, ainda, o Senhor Presidente a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator da matéria, Senhor Deputado Saramago Pinheiro, que emite parecer opinando pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1979 (CN).

Posto em discussão e votação, é o parecer do Relator aprovado, com votos vencidos dos Senhores Senador Lázaro Barboza e Deputado Ruy Codo.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Sarres de Almeida, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1979-CN, que acrescenta dispositivo transitório que estabelece eleição direta para Governador do Mato Grosso do Sul".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 1979

Aos sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Mendes Canale, Saldanha Derzi, Pedro Pedrossian, Aloysio Chaves, Bernardino Viana, Henrique Santillo, Evandro Carreira e Senhores Deputados Antonio Dias, Gomes da Silva, Nosser Almeida, Rafael Faraco, Epitácio Cafeteira e Gilson de Barros, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1979-CN, que "acrescenta dispositivo transitório que estabelece eleição direta para Governador do Mato Grosso do Sul".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Helvídio Nunes, Lenoir Vargas, Evelásio Vieira, Franco Montoro e Senhores Deputados Jairo Magalhães, Feu Rosa, Antônio Carlos, Jerônimo Santana e Carlos Bezerra.

De acordo com o que preceitua o Regimento comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Saldanha Derzi, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Saldanha Derzi convida o Senhor Senador Evandro Carreira para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Epitácio Cafeteira	13 votos
Em branco	01 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Nosser Almeida	13 votos
Em branco	01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Epitácio Cafeteira e Nosser Almeida.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Epitácio Cafeteira, agradece em nome do Deputado Nosser Almeida e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Aloysio Chaves para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando eu, Eliete de Souza Ferreira, Assistente de Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 60, de 1979-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.684, de 18 de junho de 1979, que "altera o artigo 2º do Decreto-lei nº 1.684, de 18 de junho de 1979, que "altera o artigo 2º do Decreto-lei nº 1.640, de 20 de novembro de 1978".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 1979

Aos sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Affonso Camargo, Vicente Vuolo, Jorge Kalume, Saldanha Derzi, Jutahy Magalhães, Mendes Canale e Senhores Deputados Afro Stefanini, Antônio Ueno, Arnaldo Schmitt, Castejon Branco, Antônio Ferreira, Amílcar de Queiroz e Gomes da Silva, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 60, de 1979-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.684, de 18 de junho de 1979, que "altera o artigo 2º do Decreto-lei nº 1.640, de 20 de novembro de 1978".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Raimundo Parente, Arnon de Mello, Lomanto Júnior, Alberto Silva, Milton Cabral e Senhores Deputados Antônio Ueno, Vicente Guabiroba, Fernando Magalhães, Ângelo Magalhães e José Ribamar Machado.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Vicente Vuolo que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Vicente Vuolo convida o Senhor Deputado Gomes da Silva para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Jorge Kalume	12 votos
Em branco	01 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Affonso Camargo	12 votos
Em branco	01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senadores Jorge Kalume e Affonso Camargo.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Jorge Kalume agradece em nome do Senhor Senador Affonso Camargo e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Antônio Ferreira para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Eliete de Souza Ferreira, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 64, de 1979 (CN), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.685, de 25 de junho de 1979, que "prorroga prazos de vigência de Decretos-leis que dispõem sobre acréscimos às alíquotas do Imposto de Importação, e dá outras providências".

ATA DA REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1979

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Raimundo Parente, Aderbal Jurema, Luiz Cavalcante, Mendes Canale, Aloysio Chaves, Moacyr Dalla, Murilo Badaró e os Deputados Amílcar de Queiroz, Daso Coimbra, Wilson Falcão, Nosser Almeida e Rafael Faraco, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 64, de 1979 (CN), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.685, de 25 de junho de 1979, que "prorroga prazos de vigência de Decretos-leis que dispõem sobre acréscimos às alíquotas do Imposto de Importação, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lomanto Júnior, Eunice Michiles, Alberto Silva, Lenoir Vargas e Deputados Cláudio Philomeno, Adhemar Ghisi, Saramago Pinheiro, Walter de Prá, Sebastião Andrade e Joaquim Coutinho.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Luiz Cavalcante, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Luiz Cavalcante convida o Senhor Deputado Rafael Faraco para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Nosser Almeida	10 votos
Deputado Wilson Falcão	02 votos

Para Vice-Presidente:

Deputado Daso Coimbra	10 votos
Deputado Amílcar de Queiroz	02 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Nosser Almeida e Daso Coimbra.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Nosser Almeida agradece em nome do Deputado Daso Coimbra e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa para relatar a matéria o Senhor Senador Aderbal Jurema.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 60, de 1979-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.684, de 18 de junho de 1979, que "altera o artigo 2º do Decreto-lei nº 1.640, de 20 de novembro de 1978".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 1979

Aos sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Affonso Camargo, Vicente Vuolo, Jorge Kalume, Saldanha Derzi, Jutahy Magalhães, Mendes Canale e Senhores Deputados Afro Stefanini, Antônio Ueno, Arnaldo Schmitt, Castejon Branco, Antônio Ferreira, Amílcar de Queiroz e Gomes da Silva, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 60, de 1979-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.684, de 18 de junho de 1979, que "altera o artigo 2º do Decreto-lei nº 1.640, de 20 de novembro de 1978".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Raimundo Parente, Arnon de Mello, Lomanto Júnior, Alberto Silva, Milton

Cabral e Senhores Deputados Vicente Guabiroba, Fernando Magalhães, Ângelo Magalhães e José Ribamar Machado.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Vicente Vuolo, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Vicente Vuolo convida o Senhor Deputado Gomes da Silva para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Jorge Kalume	12 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Affonso Camargo	12 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Jorge Kalume e Affonso Camargo.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Jorge Kalume agradece em nome do Senhor Senador Affonso Camargo e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Antônio Ferreira para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Eliete de Souza Ferreira, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 30 e 31, de 1979 (CN), que "modifica os artigos nºs 30, 32, 35, 47, 48, 51, 55, 57 e 81 da Constituição Federal".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 1979

Aos três dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dez horas, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Raimundo Parente, Bernardino Viana, Lenoir Vargas, Leite Chaves, Nelson Carneiro, Lázaro Barboza e Deputados Theodorico Ferraço, Epitácio Cafeteira, Oswaldo Macedo, João Gilberto e Edgard Amorim, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 30 e 31, de 1979 (CN), que "modifica os artigos nºs 30, 32, 35, 47, 48, 51, 55, 57 e 81 da Constituição Federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Helvídio Nunes, Murilo Badaró, Henrique de La Roque, Tancredo Neves e Deputados Altair Chagas, Jorge Arbage, Luiz Rocha, Antônio Dias, Feu Rosa e José Frajat.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Lenoir Vargas, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá distribuir cédulas, para se proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente. Em seguida o Senhor Senador Lenoir Vargas convida o Senhor Deputado Epitácio Cafeteira para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Oswaldo Macedo	10 votos
Deputado Edgard Amorim	02 votos

Para Vice-Presidente

Deputado Theodorico Ferraço	11 votos
Deputado João Gilberto	01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Oswaldo Macedo e Theodorico Ferraço.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Oswaldo Macedo, Presidente eleito, agradece em nome do Senhor Deputado Theodorico Ferraço e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Aderbal Jurema para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Elizabeth Gil Barbosa Vianna, Assistente de Comissão, lavrei a presente

Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10 e 17, de 1979 (CN), que "alteram os parágrafos 1º e 2º do artigo 102 da Constituição Federal, que dispõe sobre os proventos da inatividade".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 1979

Aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Almir Pinto, Alberto Silva, Jutahy Magalhães, Passos Pôrto, Evandro Carreira, Pedro Simon e os Deputados Francisco Benjamim, Lygia Lessa Bastos, Oswaldo Melo, Peixoto Filho e José Costa, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10 e 17, de 1979 (CN), que "alteram os parágrafos 1º e 2º do artigo 102 da Constituição Federal, que dispõe sobre os proventos da inatividade".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lenoir Vargas, Aderbal Jurema, Raimundo Parente, Humberto Lucena, Mauro Benevides e os Deputados Ricardo Fiúza, Italo Conti, Francisco de Castro, Benjamim Farah, Alceu Collares e Júnia Marise.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Almir Pinto, de acordo com o § 3º do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal e, em virtude da ausência de *quorum* para a votação da matéria, o Senhor Presidente determina que o parecer será proferido oralmente em Plenário.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e relatório sobre o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 13, de 1979 (CN), que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em obediência ao disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1979

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Mendes Canale, Aloysio Chaves, Adalberto Sena e Deputado Levi Dias, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e relatório sobre o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 13, de 1979 (CN), que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em obediência ao disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados João Faustino e Antônio Carlos de Oliveira.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Mendes Canale, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Mendes Canale convida o Senhor Deputado Levi Dias para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Adalberto Sena 03 votos
Deputado Antônio Carlos de Oliveira 01 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Aloysio Chaves 03 votos
Em branco 01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Adalberto Sena e Aloysio Chaves.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Adalberto Sena, Presidente eleito, agradece em nome do Senhor Senador Aloysio Chaves e no seu pró-

prio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado João Faustino para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Sarres de Almeida, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e relatório sobre o Veto Total ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1977, que "dá nova redação ao § 2º do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata do empregado eleito para o cargo de administração sindical ou representação sindical".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1979

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de mil, novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Pedro Simon e Deputados Joacil Pereira e José Costa, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e relatório sobre o Veto Total ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1977, que "dá nova redação ao § 2º do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata do empregado eleito para o cargo de administração sindical ou representação sindical".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Henrique de La Roque e Deputado Claudino Sales.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Pedro Simon, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Pedro Simon convida o Senhor Deputado Joacil Pereira para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado José Costa 03 votos
Em Branco 01 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Claudino Sales 03 votos
Em Branco 01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados José Costa e Claudino Sales.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado José Costa, Presidente eleito, agradece em nome do Senhor Deputado Claudino Sales e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Jutahy Magalhães para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Sarres de Almeida, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e relatório sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1975, (Mensagem nº 61, de 1979 (CN), Veto Parcial, que "disciplina a profissão de Geógrafo, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 1979

As dezesseis horas e quinze minutos do dia oito de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, na Sala Clóvis Beviláqua, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e relatório sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1975, (Mensagem nº 61, de 1979 (CN), Veto Parcial, que "disciplina a profissão de Geógrafo, e dá outras providências", presentes os Senhores Senadores Mendes Canale e Nelson Carneiro e os Deputados Nosser Almeida e Roberto Galvani.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Helvindo Nunes e o Deputado Cardoso Alves.

Havendo número regimental, é aberto os trabalhos pelo Senhor Senador Nelson Carneiro, que declara instalada a Comissão, de acordo com o artigo 10, § 2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Continuando, o Senhor Presidente eventual, Senador Nelson Carneiro, convida o Senhor Deputado Roberto Galvani para funcionar como *escrutinador*.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Nelson Carneiro	03 votos
Em branco	01 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Mendes Canale	03 votos
Em branco	01 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Senadores Nelson Carneiro e Mendes Canale.

Na Presidência, como Presidente eventual, o Senhor Senador Nelson Carneiro agradece em seu nome e no do Senhor Senador Mendes Canale, a honra com que foram distinguidos, e, designa o Senhor Deputado Nosser Almeida para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e vai à publicação.

MESA

Presidente

Luiz Viana (ARENA — BA)

1º-Vice-Presidente

Nilo Coelho (ARENA — PE)

2º-Vice-Presidente

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

1º-Secretário

Alexandre Costa (ARENA — MA)

2º-Secretário

Gabriel Hermes (ARENA — PA)

3º-Secretário

Lourival Baptista (ARENA — SE)

4º-Secretário

Gastão Müller (ARENA — MT)

Suplentes de Secretários

Jorge Kalume (ARENA — AC)

Benedito Canelas (ARENA — MT)

Passos Pôrto (ARENA — SE)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Aloysio Chaves

Jose Lins

Aderbal Jurema

Lamanto Junior

Moacyr Dalla

Murilo Badaro

Soldanha Derzi

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder

Paulo Brossard

Vice-Líderes

Henrique Santillo

Humberto Lucena

Marcos Freire

Mauro Benevides

Orestes Quercia

Pedro Simon

Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira

Local: Anexo II — Terreo

Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cândido Hippert

Local: Anexo II — Terreo

Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelasio Vieira

Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|---------------------|---------------------|
| 1. Passos Pôrto | 1. Jutahy Magalhães |
| 2. Benedito Canelas | 2. Affonso Camargo |
| 3. Pedro Pedrossian | 3. João Calmon |
| 4. Jose Lins | |

MDB

- | | |
|--------------------|-------------------|
| 1. Evelasio Vieira | 1. Agenor Maria |
| 2. Leite Chaves | 2. Amaral Peixoto |
| 3. José Richa | |

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale

Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|--------------------|---------------------|
| 1. Mendes Canale | 1. Raimundo Parente |
| 2. Jose Lins | 2. Alberto Silva |
| 3. Eunice Michiles | 3. Almir Pinto |
| 4. Vicente Vuolo | |

MDB

- | | |
|---------------------|--------------------|
| 1. Evandro Carreira | 1. Marcos Freire |
| 2. Agenor Maria | 2. Humberto Lucena |
| 3. Mauro Benevides | |

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Henrique de La Rocque

1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves

2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| 1. Henrique de La Rocque | 1. Lenoir Vargas |
| 2. Helvidio Nunes | 2. João Calmon |
| 3. José Sarney | 3. Almir Pinto |
| 4. Aloysio Chaves | 4. Milton Cabral |
| 5. Aderbal Jurema | 5. Bernardino Viana |
| 6. Murilo Badaro | 6. Arnon de Mello |
| 7. Moacyr Dalla | |
| 8. Amaral Furlan | |
| 9. Raimundo Parente | |

MDB

- | | |
|--------------------|-------------------|
| 1. Hugo Ramos | 1. Cunha Lima |
| 2. Leite Chaves | 2. Tancredo Neves |
| 3. Lazaro Barboza | 3. Dirceu Cardoso |
| 4. Nelson Carneiro | |
| 5. Paulo Brossard | |
| 6. Franco Montoro | |

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|----------------------|---------------------|
| 1. Jessé Freire | 1. José Guimard |
| 2. Jose Sarney | 2. Tarso Dutra |
| 3. Passos Pôrto | 3. Benedito Canelas |
| 4. Soldanha Derzi | 4. Moacyr Dalla |
| 5. Affonso Camargo | |
| 6. Murilo Badaro | |
| 7. Benedito Ferreira | |

MDB

- | | |
|--------------------|----------------------|
| 1. Itamar Franco | 1. Henrique Santillo |
| 2. Lázaro Barboza | 2. Roberto Saturnino |
| 3. Adalberto Sena | 3. Gilvan Rocha |
| 4. Mauro Benevides | |

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Itamar Franco

Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|---------------------|----------------------|
| 1. Arnon de Mello | 1. Helvidio Nunes |
| 2. Bernardino Viana | 2. Alberto Silva |
| 3. Jose Lins | 3. Benedito Ferreira |
| 4. Jessé Freire | 4. Vicente Vuolo |
| 5. Milton Cabral | |
| 6. Benedito Canelas | |
| 7. Luiz Cavalcante | |

MDB

- | | |
|----------------------|--------------------|
| 1. Roberto Saturnino | 1. José Richa |
| 2. Itamar Franco | 2. Orestes Quercia |
| 3. Marcos Freire | 3. Tancredo Neves |
| 4. Pedro Simon | |

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
 (9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
 Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	
MDB	
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelasio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
 Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
 (17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima
 Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. Arnon de Mello	2. Henrique de La Rocque
3. Lomanto Júnior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Amaral Furlan	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	
MDB	
1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
 Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
 (9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvidio Nunes
 Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvidio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Henrique de La Rocque	
6. Aloysio Chaves	

MDB

1. Franco Montoro
2. Humberto Lucena
3. Jaison Barreto
1. Nelson Carneiro
2. Marcos Freire

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
 Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
 Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
 Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	
MDB	
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
 Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
 Local: Anexo "B" — Sala ao lado da Gab. do Sr. Senador João Bosco — Ramal 484

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
 (5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso
 Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaro
3. Mendes Canale	3. José Sarney
MDB	
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134
 Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas
 Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
 (15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra
 1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
 2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

MDB

1. Paulo Brossard
2. Nelson Carneiro
3. Itamar Franco
4. José Richa
5. Amaral Peixoto
6. Tancredo Neves
1. Marcos Freire
2. Mauro Benevides
3. Leite Chaves

Assistente: Cândido Hipertt — Ramais 301-313
 Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha
 Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	
MDB	
1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume
 Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaro	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	
MDB	
1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Hugo Ramos	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Correia
 Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de La Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	

MDB
 1. Evandro Carreira
 2. Humberto Lucena
 3. Lazaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
 E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira
 Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares

1. Benedito Ferreira
 2. Vicente Vuolo
 3. Pedro Pedrossian
 4. Affonso Camargo

Suplentes

ARENA

1. Passos Pôrto
 2. Lomanto Junior
 3. Alberto Silva

MDB

1. Evandro Carreira
 2. Lazaro Barboza
 3. Orestes Quercia

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
 E DE INQUÉRITO**

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro
 Local: Anexo II — Terreo
 Telefone: 225-8505 — Ramal 303
 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
 2) Comissões Temporárias para Avaliação de Vetos
 3) Comissões Especiais e de Inquerito, e
 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentaria (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sa — Ramal 310; Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 314.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

PARA O ANO DE 1979

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	SÔNIA
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME
	C.A.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	DANIEL
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	CÂNDIDO				
	C.M.E.	ANEXO "B" Ramal - 484	RONALDO				

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

**3ª edição
agosto de 1978**

— Código Eleitoral, Lei das Inelegibilidades, Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Lei de Transporte e Alimentação e Lei das Sublegendas: textos vigentes e consolidados com índices alfabéticos e remissivos.

Íntegra da legislação alteradora, citada e correlata.

**300 páginas
PREÇO: Cr\$ 55,00**

SUPLEMENTO — Instruções do Tribunal Superior Eleitoral para as Eleições de 1978 (com índice temático).

**124 páginas
PREÇO: Cr\$ 25,00**

Pedidos pelo Reembolso Postal
para Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal — Edif. Anexo I
70160 — BRASÍLIA — DF

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

ATUALIZADO

- Quadro Comparativo das Constituições (Sistema Tributário)
- Lei nº 5.172, de 25-10-66, que "dispõe sobre o Código Tributário Nacional e institui normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios" (*Texto atualizado*)
- Legislação alteradora do Código Tributário Nacional.

Edição 1978

Preço:
Cr\$ 50,00

À VENDA NA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL (Anexo I)

Pedidos pelo reembolso postal à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
BRASÍLIA — DF — CEP: 70.160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00